

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	14
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	15
DMPL - 01/12/2015 à 31/12/2015	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	26
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	27
DMPL - 01/12/2015 à 31/12/2015	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	48
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	126
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	130
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	131
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	134
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.014
Preferenciais	8.290
Total	36.304
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	13.853.374	13.356.144	13.189.449
1.01	Ativo Circulante	6.350.649	5.872.356	6.248.722
1.01.01	Disponibilidades	188.224	178.496	161.467
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.367.311	1.749.587	1.756.509
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.145.127	430.959	506.355
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.222.184	1.318.628	1.246.280
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	0	0	3.874
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	343.033	470.049	356.462
1.01.03.01	Carteira Própria	187.989	134.987	30.416
1.01.03.02	Vinculados a Prestação de Garantias	78.798	1.657	96.010
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	26.112	0	28.188
1.01.03.04	Vinculados a Compromissos de Recompra	50.134	333.405	201.848
1.01.04	Relações Interfinanceiras	583.592	351.947	442.378
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13	15	33
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	583.444	351.932	442.345
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	135	0	0
1.01.05	Relações Interdependências	27.056	701	25.640
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	27.056	701	25.640
1.01.06	Operações de Crédito	2.452.299	2.733.981	3.067.011
1.01.06.01	Setor Público	0	121	122
1.01.06.02	Setor Privado	2.595.940	2.928.879	3.335.162
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-143.641	-195.019	-268.273
1.01.08	Outros Créditos	388.240	386.683	437.296
1.01.08.01	Rendas a Receber	34.069	30.628	32.731
1.01.08.03	Créditos Específicos	0	0	1.619
1.01.08.04	Impostos e Contribuições a Compensar	0	0	31.711
1.01.08.05	Créditos Tributários - IR e CS	235.327	243.928	187.379
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	0	0	30.708

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.01.08.07	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	0	0	30.009
1.01.08.08	Títulos e Créditos a Receber	0	0	360
1.01.08.09	Adiantamentos e Antecipações Salariais	0	0	8.452
1.01.08.12	Correspondentes Não Bancários	0	0	1.975
1.01.08.13	Pendências de Depósitos	0	0	349
1.01.08.14	Diversos	120.007	113.290	111.895
1.01.08.15	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.163	-1.163	0
1.01.08.16	Adiantamentos p/ Pagamentos Nossa Conta	0	0	108
1.01.09	Outros Valores e Bens	894	912	1.959
1.01.09.01	Despesas Antecipadas	137	18	914
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	757	894	1.045
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.813.501	6.880.444	6.402.983
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	939.056	790.308	617.615
1.02.02.01	Carteira Própria	851.332	562.366	462.046
1.02.02.02	Vinculados ao Banco Central	34.816	84.212	112.751
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	52.908	143.730	42.818
1.02.03	Relações Interfinanceiras	90.556	86.417	75.338
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	90.556	86.417	75.338
1.02.05	Operações de Crédito	4.663.724	4.930.205	4.822.640
1.02.05.01	Setor Público	0	61	167
1.02.05.02	Setor Privado	4.860.111	5.173.288	5.044.160
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-196.387	-243.144	-221.687
1.02.07	Outros Créditos	974.833	980.501	875.486
1.02.07.01	Créditos Específicos	5.341	5.764	3.411
1.02.07.02	Devedores para Depósitos em Garantia	0	0	538.933
1.02.07.03	Créditos Tributários - IR e CS	285.370	298.658	324.189
1.02.07.04	Imposto e Contribuições a Compensar	0	0	738
1.02.07.05	Pagamentos a Ressarcir	0	0	3.832

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.07.06	Títulos e Créditos a Receber	0	0	5.646
1.02.07.07	Rendas a Receber	285	67	0
1.02.07.09	Diversos	683.837	676.012	0
1.02.07.10	Provisão para Outros Créditos	0	0	-1.263
1.02.08	Outros Valores e Bens	145.332	93.013	11.904
1.02.08.01	Outros Valores e Bens	149.171	94.722	12.480
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	4	1.096	585
1.02.08.03	Provisão para Desvalorizações	-3.843	-2.805	-1.161
1.03	Ativo Permanente	689.224	603.344	537.744
1.03.01	Investimentos	485.402	433.616	369.851
1.03.01.02	Participações em Controladas	482.881	431.101	367.339
1.03.01.04	Outros Investimentos	2.521	2.515	2.512
1.03.01.04.01	Ações e Cotas	0	0	2.305
1.03.01.04.02	Investimentos para Incentivos Fiscais	0	0	158
1.03.01.04.03	Títulos Patrimoniais	0	0	1
1.03.01.04.04	Outros Investimentos	0	0	48
1.03.02	Imobilizado de Uso	51.407	60.455	66.521
1.03.02.01	Imóveis de Uso	54.989	54.989	54.989
1.03.02.02	Instalações	6.112	6.124	6.035
1.03.02.03	Móveis e Equipamentos de Uso	24.245	24.052	23.529
1.03.02.04	Sistema de Comunicação	2.034	2.039	2.042
1.03.02.05	Sistema de Processamento de Dados	60.784	61.686	57.300
1.03.02.06	Sistema de Segurança	9.192	8.102	6.999
1.03.02.07	Sistema de Transporte	2.258	2.415	2.415
1.03.02.08	Diversos	970	217	606
1.03.02.09	Depreciações Acumuladas	-109.177	-99.169	-87.394
1.03.04	Intangível	152.415	109.273	101.372
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	231.772	159.539	127.041

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-79.357	-50.266	-25.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	13.853.374	13.356.144	13.189.449
2.01	Passivo Circulante	7.058.121	7.407.222	7.389.074
2.01.01	Depósitos	5.880.883	5.923.113	6.216.173
2.01.01.01	Depósito à Vista	814.563	883.165	688.787
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.716.586	1.625.891	1.640.676
2.01.01.03	Depósitos à Prazo	3.124.062	3.179.423	3.811.430
2.01.01.04	Depósitos Interfinanceiros	225.672	234.634	75.280
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	482.849	601.420	658.702
2.01.02.01	Carteira Própria	50.011	333.088	200.990
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	432.838	268.332	457.712
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	201.994	504.048	159.279
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	201.994	504.048	159.279
2.01.04	Relações Interfinanceiras	4	6	4
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	6	4
2.01.05	Relações Interdependências	290	270	267
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	290	270	267
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.340	421	0
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	1.340	421	0
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	46.349	55.902	54.286
2.01.07.01	Tesouro Nacional	195	187	154
2.01.07.02	Banco do Brasil	13.015	15.683	13.413
2.01.07.03	BNDES	10.148	12.953	13.234
2.01.07.04	CEF	0	121	122
2.01.07.05	FINAME	22.991	26.958	27.363
2.01.09	Outras Obrigações	444.412	322.042	300.363
2.01.09.01	Fiscais e Previdenciárias	51.666	37.659	62.865
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	156	5.836	80
2.01.09.03	Cobrança, Arrecadação, Tributos e Assemelhados	10.945	7.124	9.701

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.09.04	Dívidas subordinadas elegíveis a capital	34.316	0	0
2.01.09.05	Provisão para Pagamentos a Efetuar	130.753	119.558	107.773
2.01.09.06	Cheques Administrativos	8.237	11.659	12.726
2.01.09.07	Provisão para Contingências	61.693	10.228	0
2.01.09.08	Obrigações para Convênios Oficiais	30.125	20.494	16.469
2.01.09.09	Obrigações para Aquisição de Bens e Direitos	341	2.971	415
2.01.09.10	Obrigações para Prestação de Serviço de Pagamentos	22.890	17.730	15.595
2.01.09.11	Credores Diversos País - Pend a Regularizar - Diversos	10.647	2.666	8.232
2.01.09.12	Credores Diversos País - Pagamentos a Processar	35.960	30.170	28.366
2.01.09.13	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	35.095	23.407	0
2.01.09.14	Obrigações com bandeiras e associados	1.687	4.319	4.386
2.01.09.15	Credores por Recursos a Liberar	4.541	4.815	11.777
2.01.09.16	Carteira de Câmbio	7	2	2.502
2.01.09.17	Pendências de Depósitos	1.202	2.577	5.879
2.01.09.18	Valores a Pagar de Ligadas	221	2.153	509
2.01.09.19	Pendências a Reg de Sistema	8	5.212	1.195
2.01.09.20	Diversas	3.922	13.462	11.893
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.524.371	4.774.766	4.700.476
2.02.01	Depósitos	3.840.929	3.066.451	2.747.932
2.02.01.01	Depósitos à prazo	3.840.929	3.066.451	2.747.932
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	85.914	125.150	453.701
2.02.03.01	Recursos e Letras Hipotecárias	85.914	125.150	453.701
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	177.851	213.570	243.519
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.232	1.327	1.390
2.02.07.02	Banco do Brasil	38.167	39.632	42.608
2.02.07.03	BNDES	63.120	75.098	74.845
2.02.07.04	CEF	0	61	167
2.02.07.05	FINAME	75.332	97.452	124.509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.09	Outras Obrigações	1.419.677	1.369.595	1.255.324
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	35.345	28.458	8.066
2.02.09.02	Provisão para Passivos Contingentes	0	0	597.527
2.02.09.03	Obrigações Atuariais CVM 695/2012	315.855	263.326	168.868
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas Elegíveis do Capital	135.160	152.959	195.942
2.02.09.06	Provisões para Contingências	469.941	517.958	0
2.02.09.07	Diversas	6.817	655	2.305
2.02.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis de Capital	456.559	406.239	282.616
2.05	Patrimônio Líquido	1.270.882	1.174.156	1.099.899
2.05.01	Capital Social Realizado	900.000	900.000	900.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	860.500	860.500	860.500
2.05.01.02	Aumento de Capital	39.500	39.500	39.500
2.05.04	Reservas de Lucro	566.923	438.068	285.294
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-196.041	-163.912	-85.395
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-196.041	-163.912	-85.395

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.440.119	2.645.393	2.473.562
3.01.01	Operações de Crédito	2.095.989	2.195.952	2.051.755
3.01.02	Resultados c/ op. Tit. e Val. Mobiliários	310.357	418.743	381.000
3.01.03	Resultado de Operação de Câmbio	3.424	3.252	9.764
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	30.349	27.388	30.964
3.01.05	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	58	79
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.071.644	-1.430.975	-1.500.862
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-840.665	-1.123.444	-1.079.740
3.02.02	Operações de Emp., Cessões e Repasses	-3.713	-9.182	-7.952
3.02.03	Provisões para Operações de Crédito	-227.266	-298.349	-413.170
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.368.475	1.214.418	972.700
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-993.789	-965.440	-995.007
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	185.202	165.107	158.881
3.04.02	Despesas de Pessoal	-763.114	-801.361	-726.551
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-450.319	-439.965	-410.424
3.04.04	Despesas Tributárias	-94.932	-91.710	-83.898
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	162.988	288.493	166.563
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-136.658	-154.600	-150.867
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	103.044	68.596	51.289
3.05	Resultado Operacional	374.686	248.978	-22.307
3.06	Resultado Não Operacional	-2.990	-11.880	3.036
3.06.01	Receitas	0	5.073	9.624
3.06.02	Despesas	0	-16.953	-6.588
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	371.696	237.098	-19.271
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-28.034	-19.574	-31.258
3.08.01	Imposto de Renda	-14.935	-12.234	-18.008
3.08.02	Contribuição Social	-13.099	-7.340	-13.250
3.09	IR Diferido	-45.014	13.260	119.463

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-38.716	-30.251	-13.060
3.10.01	Participações	-38.716	-30.251	-13.060
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	259.932	200.533	55.874
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	7,1597	5,5236	2,3196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	259.932	200.533	55.874
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-32.129	-78.518	117.490
4.02.01	Ganhos/Perdas Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.906	2.398	-6.391
4.02.02	Efeito Fiscal TVM	-1.875	-1.136	3.201
4.02.04	Passivo Atuarial	-55.796	-94.546	201.133
4.02.05	Efeito Fiscal Passivo Atuarial	21.636	14.766	-80.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	227.803	122.015	173.364

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	705.791	150.803	346.495
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	705.791	150.803	346.495
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	259.932	200.533	55.874
6.01.01.02	Outras Obrigações	19.742	35.792	-113.902
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	44.160	36.619	25.354
6.01.01.04	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-103.044	-68.596	-51.289
6.01.01.05	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-262.121	104.296	142.133
6.01.01.07	Passivos Fiscais	14.007	-25.206	45.500
6.01.01.08	Provisão para Operação de Crédito e Contingências	261.956	242.901	490.777
6.01.01.09	Provisão para perdas/desvalorizações	-2.990	1.645	126
6.01.01.10	Créditos Tributários/Passivos Fiscais	28.776	-10.626	-42.209
6.01.01.11	Outros Valores e Bens	5.134	540	250
6.01.01.12	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-71.213	57.707	-110.145
6.01.01.13	Outros Créditos	-17.778	-23.384	-186.447
6.01.01.14	Operações de Crédito	320.897	-72.884	-567.221
6.01.01.15	Títulos e Valores Mobiliários	-26.501	-288.134	-190.700
6.01.01.16	Depósito	732.248	25.459	449.055
6.01.01.17	Captações no Mercado Aberto	-118.571	-57.282	304.716
6.01.01.18	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-44.353	-27.912	21.199
6.01.01.19	Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	-341.290	16.218	73.424
6.01.01.20	Outros ajustes	6.800	3.117	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-81.441	-115.870	-47.340
6.02.01	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos Recebidos	65.372	19.098	13.155
6.02.04	Alienação de Bens - Não de Uso Próprio	8.164	2.693	1.781
6.02.05	Inversão de Bens - Não de Uso Próprio	-62.609	-84.940	-6.696
6.02.06	Inversão Imobilizado de Uso	-2.884	-6.462	-17.648
6.02.07	Inversão de Intangível	-78.197	-32.512	-22.907
6.02.08	Inversão em Investimentos	-14.114	-14.267	-14.264

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
6.02.10	Alienação de Imobilizado de Uso	255	513	-3.925
6.02.11	Alienação de Intangível	2.572	7	3.164
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.111	32.881	49.942
6.03.01	Dividas Subordinadas Elegíveis a Capital	62.966	80.640	77.465
6.03.03	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos Pagos	-131.077	-47.759	-27.523
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	556.239	67.814	349.097
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.767.737	1.699.923	1.350.826
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.323.976	1.767.737	1.699.923

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	438.068	0	-163.912	1.174.156
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	438.068	0	-163.912	1.174.156
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	259.932	0	259.932
5.05	Destinações	0	0	0	128.855	-259.932	0	-131.077
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-32.082	-15.545	0	-47.627
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-83.450	0	-83.450
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	160.937	-160.937	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-32.129	-32.129
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.031	2.031
5.07.04	Ajustes de Passivo Atuarial	0	0	0	0	0	-34.160	-34.160
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	566.923	0	-196.041	1.270.882

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	900.000	0	0	309.733	0	-134.352	1.075.381
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	900.000	0	0	309.733	0	-134.352	1.075.381
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	128.335	-159.094	0	-30.759
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	128.335	-159.094	0	-30.759
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	7.954	-7.954	0	0
5.05.03.02	Reserva p/ Margem Operacional	0	0	0	120.381	-120.381	0	0
5.05.03.03	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-25.000	0	-25.000
5.05.03.04	Dividendos	0	0	0	0	-5.759	0	-5.759
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	159.094	-29.560	129.534
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	830	830
5.07.04	Ajustes de Passivo Atuarial	0	0	0	0	159.094	-30.390	128.704
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	438.068	0	-163.912	1.174.156

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	860.500	12.341	0	295.027	0	-2.562	1.165.306
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	860.500	12.341	0	295.027	0	-2.562	1.165.306
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	84.214	0	84.214
5.05	Destinações	0	0	0	56.691	-84.214	0	-27.523
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-523	0	-523
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-27.000	0	-27.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	56.691	-56.691	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	4.211	-4.211	0	0
5.05.03.02	Reserva para Margem Operacional	0	0	0	52.480	-52.480	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-3.190	-3.190
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.190	-3.190
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	39.500	-12.341	0	-27.159	0	0	0
5.13	Saldo Final	900.000	0	0	324.559	0	-5.752	1.218.807

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.228.322	2.452.061	2.074.458
7.01.01	Intermediação Financeira	2.440.119	2.645.393	2.473.562
7.01.02	Prestação de Serviços	185.202	165.107	158.881
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-227.266	-298.349	-413.170
7.01.04	Outras	-169.733	-60.090	-144.815
7.01.04.01	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-166.743	-48.210	-147.851
7.01.04.02	Resultado Não Operacional	-2.990	-11.880	3.036
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-844.378	-1.132.626	-1.087.692
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.735	-203.180	-203.913
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-21.668	-22.491	-24.381
7.03.02	Serviços de Terceiros	-174.067	-180.689	-179.532
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.188.209	1.116.255	782.853
7.05	Retenções	-44.160	-36.619	-25.354
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.160	-36.619	-25.354
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.144.049	1.079.636	757.499
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	103.044	68.596	51.289
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	103.044	68.596	51.289
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.247.093	1.148.232	808.788
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.247.093	1.148.232	808.788
7.09.01	Pessoal	801.830	831.612	739.611
7.09.01.01	Remuneração Direta	450.396	474.507	412.024
7.09.01.02	Benefícios	89.849	89.673	81.719
7.09.01.03	F.G.T.S.	35.459	38.115	31.534
7.09.01.04	Outros	226.126	229.317	214.334
7.09.01.04.01	Participação no Lucro	38.716	30.251	13.060
7.09.01.04.02	Previdência Complementar	63.584	72.174	83.509
7.09.01.04.03	Treinamento	2.653	1.616	2.190
7.09.01.04.04	INSS	121.173	125.276	115.575

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	167.980	98.024	-4.307
7.09.02.01	Federais	150.047	86.597	-13.427
7.09.02.03	Municipais	17.933	11.427	9.120
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.351	18.063	17.610
7.09.03.01	Aluguéis	17.351	18.063	17.610
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	259.932	200.533	55.874
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	83.450	42.000	27.000
7.09.04.02	Dividendos	47.627	5.759	523
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.855	152.774	28.351

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	14.183.834	13.667.381	13.807.386
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.342.280	621.672	680.070
1.02	Aplicações Financeiras	1.409.729	1.384.873	1.119.416
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.068.194	976.844	804.710
1.02.01.01	Títulos para Negociação	73.746	111.735	133.442
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	994.448	865.109	671.268
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	341.535	408.029	314.706
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	341.535	408.029	314.706
1.03	Empréstimos e Recebíveis	9.529.716	9.932.424	10.292.742
1.04	Tributos Diferidos	562.486	539.418	457.128
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	562.486	539.418	457.128
1.05	Outros Ativos	1.114.552	993.030	1.061.304
1.05.03	Outros	1.114.552	993.030	1.061.304
1.05.03.01	Outros Ativos	1.063.883	966.100	1.010.004
1.05.03.02	Créditos Tributários Correntes	50.669	26.930	51.300
1.07	Imobilizado	66.644	84.034	93.112
1.07.01	Imobilizado de Uso	66.644	84.034	93.112
1.08	Intangível	158.427	111.930	103.614
1.08.01	Intangíveis	158.427	111.930	103.614

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	14.183.834	13.667.381	13.807.386
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	10.973.197	10.641.097	10.754.803
2.04	Provisões	542.304	539.693	734.195
2.05	Passivos Fiscais	86.271	47.543	46.985
2.06	Outros Passivos	1.113.878	1.025.917	895.338
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.468.184	1.413.131	1.376.065
2.08.01	Capital Social Realizado	900.000	900.000	900.000
2.08.04	Reservas de Lucros	602.818	532.751	439.925
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-174.292	-163.912	-85.395
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	139.658	144.292	121.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.748.523	2.929.559	2.712.835
3.01.01	Receita de Juros e Similares	2.681.340	2.860.933	2.670.754
3.01.02	Outros Ganhos/Perdas Líquidas com Empréstimos e adiantamentos e Clientes	100.327	84.831	60.962
3.01.03	Resultado com Operações de Câmbio	1.336	662	7.036
3.01.04	Ganho/Perda Líquidos com Ativos Mantidos para Venda	0	0	4.096
3.01.05	Outros Ganhos e Perdas com Ativos Financeiros	-34.480	-16.867	-30.013
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.147.531	-1.596.364	-1.463.636
3.02.01	Despesas com Juros Similares	-806.649	-1.088.097	-1.053.139
3.02.02	Perdas por Redução ao Valor recuperável de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-340.882	-508.267	-410.497
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.600.992	1.333.195	1.249.199
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-1.257.963	-1.137.342	-1.137.397
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	320.937	325.236	315.516
3.04.02	Despesas de Pessoal	-891.011	-916.923	-815.804
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-453.232	-447.366	-426.960
3.04.03.01	Despesas de Depreciação e Amortização	-50.110	-43.025	-30.545
3.04.03.02	Outras Despesas Administrativas	-402.445	-404.341	-396.415
3.04.03.03	Ganhos/Perdas Líquidos com Ativos Mantidos para Venda	-677	0	0
3.04.04	Despesas Tributárias	-141.856	-132.003	-120.572
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	148.903	314.374	176.712
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-241.704	-280.660	-266.289
3.04.06.02	Outras Despesas Operacionais	-241.704	-280.660	-266.289
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	343.029	195.853	111.802
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-123.959	-25.410	10.885
3.06.01	Corrente	-102.690	-70.369	-88.028
3.06.02	Diferido	-21.269	44.959	98.913
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	219.070	170.443	122.687
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	219.070	170.443	122.687
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	200.457	140.585	105.102

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	18.613	29.858	17.585
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	3,79	2,83
3.99.01.02	PN	0	4,17	3,11

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	219.070	170.443	122.687
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.380	-78.517	117.490
4.02.01	Ganhos/Perdas Ativos Financeiros Disponíveis para Vendas	3.906	2.399	-6.391
4.02.02	Efeito Fiscal	-1.875	-1.136	3.201
4.02.03	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.411	-79.780	120.680
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	208.690	91.926	240.177
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	190.077	62.068	222.592
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	18.613	29.858	17.585

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	868.699	-41.915	139.805
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	642.647	631.278	631.801
6.01.01.01	Lucro Líquido	200.457	170.443	122.687
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	50.110	43.025	30.545
6.01.01.03	Provisões	32.894	-45.426	85.631
6.01.01.04	Redução ao Valor Recuperável de Empréstimo e Adiantamento a Clientes	340.882	508.267	410.497
6.01.01.05	Ganhos/Perdas com Ativos Financeiros	34.480	16.867	4.096
6.01.01.06	Créditos Tributários Diferidos	-16.176	-61.898	-21.683
6.01.01.07	Outros Ajustes	0	0	28
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	226.052	-673.193	-491.996
6.01.02.01	Reservas no Banco Central	-232.688	90.007	145.868
6.01.02.02	Ativos Financeiros para Negociação	37.989	12.200	-63.500
6.01.02.03	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-127.308	-196.501	-180.852
6.01.02.04	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	32.014	-96.764	-10.775
6.01.02.05	Empréstimos e Adiantamentos	294.514	-237.956	-921.790
6.01.02.06	Créditos Tributários Correntes	-23.739	24.370	-11.292
6.01.02.07	Outros Ativos	-97.096	43.904	-183.073
6.01.02.08	Depósitos de Instituições Financeiras	-128.309	112.479	252.490
6.01.02.09	Depósitos de Clientes	779.215	-295.131	421.243
6.01.02.10	Outros Passivos Financeiros	-385.643	-11.690	94.622
6.01.02.11	Outras Obrigações	75.550	50.799	-13.363
6.01.02.12	Provisões	-30.283	-149.076	-8.505
6.01.02.13	Passivos Fiscais	31.836	-19.834	-13.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.217	-42.263	-58.847
6.02.01	Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	0	0	-6.696
6.02.02	Aquisição de Ativos Tangíveis	-8.730	-8.985	-36.744
6.02.03	Aquisição de Ativos Intangíveis	-83.004	-33.775	-23.765
6.02.04	Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	0	0	9.133

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
6.02.05	Alienação de Ativos Tangíveis	9.945	489	-3.939
6.02.06	Alienação de Ativos Intangíveis	2.572	8	3.164
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.874	25.780	44.931
6.03.01	Dívidas Subordinadas	66.837	80.640	77.465
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-131.077	-47.759	-27.523
6.03.03	Variação do Não Controlador	-4.634	-7.101	-5.011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	720.608	-58.398	125.889
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	621.672	680.070	554.181
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.342.280	621.672	680.070

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	900.000	0	532.751	0	-163.912	1.268.839	144.292	1.413.131
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.000	0	532.751	0	-163.912	1.268.839	144.292	1.413.131
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-32.082	-98.995	0	-131.077	-23.247	-154.324
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-47.627	-83.450	0	-131.077	-23.247	-154.324
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.545	-15.545	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.457	-10.380	190.077	18.613	208.690
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.457	0	200.457	18.613	219.070
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.380	-10.380	0	-10.380
5.05.02.06	Ajustes Passivo Atuarial	0	0	0	0	-12.411	-12.411	0	-12.411
5.05.02.07	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	2.031	2.031	0	2.031
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	102.149	-101.462	0	687	0	687
5.06.04	Reserva Legal	0	0	12.997	-12.997	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	89.152	-88.465	0	687	0	687
5.07	Saldos Finais	900.000	0	602.818	0	-174.292	1.328.526	139.658	1.468.184

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	900.000	0	439.925	0	-85.395	1.254.530	121.535	1.376.065
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.000	0	439.925	0	-85.395	1.254.530	121.535	1.376.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.759	0	-47.759	-7.101	-54.860
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.759	0	-5.759	-7.101	-12.860
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-42.000	0	-42.000	0	-42.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.585	-78.517	62.068	29.858	91.926
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.585	0	140.585	29.858	170.443
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-78.517	-78.517	0	-78.517
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.263	1.263	0	0
5.05.02.06	Ajustes Passivo Atuarial	0	0	0	0	-79.780	-79.780	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.826	-92.826	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	10.026	-10.026	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	82.800	-82.800	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	900.000	0	532.751	0	-163.912	1.268.839	144.292	1.413.131

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	860.500	12.341	389.505	0	-202.885	1.059.461	108.961	1.168.422
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	860.500	12.341	389.505	0	-202.885	1.059.461	108.961	1.168.422
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.500	-12.341	-27.159	-27.523	0	-27.523	-5.011	-32.534
5.04.01	Aumentos de Capital	39.500	-12.341	-27.159	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.011	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.523	0	-27.523	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.102	117.490	222.592	17.585	240.177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	105.102	0	105.102	17.585	122.687
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	117.490	117.490	0	117.490
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.190	-3.190	0	-3.190
5.05.02.06	Ajustes Passivo Atuarial	0	0	0	0	120.680	120.680	0	120.680
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	77.579	-77.579	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucro	0	0	4.211	-4.211	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Margem Operacional	0	0	73.368	-73.368	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	900.000	0	439.925	0	-85.395	1.254.530	121.535	1.376.065

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.452.376	2.576.660	2.339.473
7.01.01	Intermediação Financeira	2.681.340	2.860.933	2.670.754
7.01.02	Prestação de Serviços	320.937	325.236	315.516
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-340.882	-508.267	-410.497
7.01.04	Outras	-209.019	-101.242	-236.300
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-806.649	-1.088.097	-1.053.139
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-199.463	-181.532	-188.892
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-26.729	-26.394	-27.902
7.03.02	Serviços de Terceiros	-172.734	-155.138	-160.990
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.446.264	1.307.031	1.097.442
7.05	Retenções	-50.110	-43.025	-30.545
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.110	-43.025	-30.545
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.396.154	1.264.006	1.066.897
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.396.154	1.264.006	1.066.897
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.396.154	1.264.006	1.066.897
7.09.01	Pessoal	760.194	782.557	691.353
7.09.01.01	Remuneração Direta	497.487	520.504	453.469
7.09.01.02	Benefícios	109.148	107.092	132.154
7.09.01.03	F.G.T.S.	39.647	41.999	35.045
7.09.01.04	Outros	113.912	112.962	70.685
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	396.632	291.779	234.826
7.09.02.01	Federais	378.562	275.021	220.924
7.09.02.02	Estaduais	18.070	16.758	13.902
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.258	19.227	18.031
7.09.03.01	Aluguéis	20.258	19.227	18.031
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	219.070	170.443	122.687
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	83.450	42.000	34.000
7.09.04.02	Dividendos	15.545	5.759	523

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/12/2015 à 31/12/2015
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.462	92.826	70.580
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	18.613	29.858	17.584

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM IFRS EXERCÍCIO 2017



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES AÇIONISTAS,

Apresentamos o Relatório da Administração do BRB - Banco de Brasília S.A., relativo ao exercício de 2017. Informamos que as análises financeiras referem-se às demonstrações em IFRS. Para os demais aspectos segue as disposições legais estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - Bacen, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DIRETORIA COLEGIADA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da
Administração em IFRS**

Exercício de 2017

Sumário

1. Apresentação	4
1. Conjuntura Econômica	5
2. Plano Estratégico e Perspectiva do Negócio	5
3. Destaques de 2017	6
4. Desempenho.....	7
4.1. Números do Resultado	7
4.2. Indicadores de Resultado	7
4.3. Números Patrimoniais	7
4.4. Indicadores Patrimoniais.....	7
4.5. Desempenho do Ativo	8
4.6. Desempenho do Passivo	9
5. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	9
5.1. Gestão do Capital	10
5.2. Gestão de Risco.....	10
5.3. Risco de Mercado.....	10
5.4. Risco de Liquidez	10
5.5. Risco de Crédito	11
5.6. Risco Operacional	11
5.7. Risco Socioambiental.....	11
5.8. Risco Reputacional.....	11
6. Rede e Canais de Atendimento	11
6.1. Rede e Canais de Atendimento	12
7. Clientes.....	12
8. Modernização Tecnológica	13
9. Segurança Empresarial.....	13
9.1. Segurança da Informação	13
9.2. Prevenção de Lavagem de Dinheiro.....	14
10. Gestão de Pessoas	14
11. Sustentabilidade Socioambiental	14
11.1. Gestão Ambiental	14
11.2. Instituto BRB	15
12. Governança Corporativa	15
13. Relações com Investidores (RI)	15
14. Informações Legais.....	15
15. Agradecimentos	16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da
Administração em IFRS

Exercício de 2017

1. Apresentação

Em cumprimento às exigências legais pertinentes e regramentos aplicáveis, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras em IFRS e o parecer dos auditores independentes, relativos ao segundo semestre de 2017. Em complementação a estes documentos, recomenda-se a leitura dos RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE DESEMPENHO (BRGAAP) trimestrais, publicados em nosso site RELAÇÕES COM INVESTIDORES [<http://ri.brb.com.br>], destinados a analistas de mercado, acionistas e investidores, onde constam informações, indicadores e análises sobre a atuação e a performance do Banco de Brasília S.A..

O Banco de Brasília S.A é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista, cujo capital social é dividido em ações na seguinte proporção: 80,33% do Distrito

Federal, 16,52% do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e 3,15% destinadas à livre negociação no mercado (*free float*).

Em 51 anos de existência, se destaca pela força da carteira comercial, que contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e áreas de influência.

Está posicionado entre os maiores bancos brasileiros. É o 14º em depósitos a prazo, 9º em crédito imobiliário, 12º em depósitos em poupança e o 1º em pontos de atendimento no Distrito Federal com 106 agências.

O Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A.. A seguir, apresentamos a estrutura e a composição acionária.



Imagem 1 - Estrutura Societária

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração em IFRS**

Exercício de 2017

1. Conjuntura Econômica**Economia Internacional**

A melhora do crescimento econômico global de 3,6% em 2017, acima do resultado de 2016, de 3,2%, confirma o bom desempenho da região do Euro, Japão, China e Rússia. Por outro lado, a desaceleração da atividade nos EUA conteve um maior dinamismo para a economia mundial.

Economia Nacional

O crescimento expressivo da safra agrícola, a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, a diminuição das tensões políticas e melhora da demanda global favoreceram a recuperação da confiança dos empresários e consumidores, ainda que de maneira moderada e gradativa, como também a perspectiva de expansão de 1,0% do Produto Interno Bruto – PIB nacional em 2017. Ademais, a política monetária expansionista (redução de 6,75 pontos percentuais na taxa Selic em 2017 e a simplificação das regras de compulsório), desinflação, uma política fiscal restritiva (contingenciamento de gastos públicos, aprovação da Taxa de

Longo Prazo – TLP), e a proposta da reforma da Previdência completaram o ambiente macroeconômico nacional.

Economia Regional

No Distrito Federal, o Idecon-DF, publicado em dezembro, recuou 0,5% no terceiro trimestre de 2017. Nesse mesmo período, o IBGE apresentou alta de 1,4% para o Brasil. A agropecuária segue apresentando o melhor resultado, com alta de 7,1%, ao passo que indústria e serviços registraram queda de 2,4% e de 0,4%, respectivamente.

Perspectiva

Em 2018 a economia brasileira tem perspectivas alvissareiras diante da melhora da demanda externa proporcionada pela aceleração do crescimento global. Além disso, as evidências de melhora da demanda interna, amparada principalmente por uma significativa redução da taxa básica de juros, sugerem haver perspectivas de intensificação do crescimento da economia brasileira em 2018.

2. Plano Estratégico e Perspectiva do Negócio

No Plano Estratégico do quinquênio 2017-2021, o BRB tem como principais objetivos o investimento na modernização tecnológica para suportar o negócio, o aumento e a rentabilização da base de clientes, a ampliação do portfólio de serviços digitais e a execução de projetos e investimentos que proporcionem diversidade no mercado de atuação e atendimento de qualidade aos clientes.

Com vistas a elevar a eficiência e a produtividade, foram promovidas evoluções nos canais de relacionamento com o cliente, como o lançamento de funcionalidades e implementação de recursos que proporcionem mais segurança e agilidade na realização de transações bancárias, como por exemplo, os novos BRB Banknet e BRB Mobile e a substituição de todos os terminais de autoatendimento.

Em razão do cenário econômico à época da elaboração do Plano Estratégico 2017-2021, de recessão, de alto nível de desemprego e da alta inadimplência, acompanhando a tendência de desaceleração do crédito em todo o país, o Banco vem adotando estratégia mais conservadora, priorizando a contenção da inadimplência e a preservação da qualidade da carteira de crédito. A atual gestão, no sentido de explorar o potencial e promover um crescimento sólido e sustentável, tem concentrado o foco nas carteiras cujos riscos são menores e que trazem um relacionamento de longo prazo e de qualidade com o cliente.

Como resultado dessas estratégias, no médio e longo prazo, a perspectiva é que a margem financeira tenha crescimento, sustentado por ativos de qualidade e com custos reduzidos.

3. Destaques de 2017

- Considerando o Lucro Acumulado, o Patrimônio Líquido do BRB apresentou rentabilidade de 15,4%.
- Visando a melhor eficiência na utilização da riqueza gerada, a Administração controlou os gastos operacionais e reduziu os custos de captação, aumentando o resultado operacional.
- Em 21 de dezembro de 2017, foi realizada a transferência de 5.996.583 ações ordinárias do Distrito Federal para o Instituto de Previdência dos Servidores do DF.

Resultado

No exercício de 2017, o Banco obteve Lucro Líquido de R\$ 200,5 milhões, evolução de 42,6% em relação ao ano anterior. O Resultado Antes dos Tributos alcançou R\$ 343 milhões, crescimento de 75,1% no período, em decorrência de avanços no resultado da intermediação financeira e redução das Perdas por Valor Recuperável de Empréstimos e Adiantamentos.

Total de Receitas

Alcançou, em 2017, R\$ 1.778 milhões, crescimento de 7,8%, em relação ao exercício de 2016. O crescimento da margem decorreu da redução das Despesas de Juros e Similares e das Perdas por Redução ao Valor Recuperável.

Despesa de Pessoal

As Despesas de Pessoal reduziram 2,8% em comparação ao exercício de 2016. Decorrente principalmente da redução do quadro, com o Plano de Demissão Voluntária.

Outras Despesas Administrativas

As Outras Despesas Administrativas reduziram 0,5% em comparação ao exercício de 2016, impactadas pela revisão de contratos de serviços e propaganda.

Liquidez

Dado o cenário restrito ao crédito e a baixa necessidade de *funding* para as operações, o indicador de Liquidez Geral manteve-se estável em 1,12. A estabilidade do índice evidencia que a evolução dos ativos e passivos ocorre de forma equilibrada e sustentável, preservando a solidez da estrutura patrimonial.

Patrimônio Líquido e VPA

O Patrimônio Líquido encerrou 2017 em R\$ 1.329 milhões e o Valor Patrimonial por Ação (VPA) em R\$ 36,6, ambos com aumento de 4,7% em relação ao exercício anterior. A última negociação de ações ocorreu pelo valor unitário de R\$ 88,62, conforme fato relevante publicado em 22/12/2017.

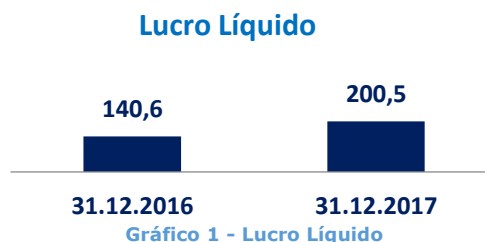
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS

Exercício de 2017

4. Desempenho

Considerando a redução das receitas em patamares inferiores à redução das despesas, com consequente ganho de margem, o Lucro Líquido, no exercício de 2017 foi de R\$ 200,5 milhões, o que representa crescimento de 42,6% em relação a 2016.



4.1. Números do Resultado

IFRS			
	2017	2016	Δ%
Receita Líquida de Juros	1.875	1.773	5,7
Resultado com Tarifas	321	325	-1,3
Resultado Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	(275)	(440)	-37,5
Outros	(142)	(9)	-
Total de Receitas	1.778	1.649	7,8
Despesas Administrativas	(1.435)	(1.453)	-1,2
Lucro antes da Tributação	343	196	75,1
Impostos	(124)	(25)	387,8
Participação de Não Controladores	(19)	(30)	-37,7
Lucro Líquido	200,5	140,6	42,6

Tabela 1 – Composição do Resultado

4.2. Indicadores de Resultado

IFRS			
[% em 12 meses]	2017	2016	Δ% p.p.
Rentabilidade do Ativo [ROAA]	1,4	1,0	0,4
Retorno Sobre os Empréstimos de Clientes [RSEC]	25,6	25,6	-
Rentabilidade do Patrimônio Líquido [ROAE]	15,4	11,1	4,3
Custo sobre os Passivos Financeiros Médio [CPFM]	7,5	10,2	-2,7

Tabela 2 – Indicadores de Resultado

4.3. Números Patrimoniais

IFRS			
ITENS PATRIMONIAIS [R\$ milhões]	31.12.17	31.12.16	Δ%
Ativo Total	14.184	13.667	3,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.342	622	115,9
Reservas no Banco Central do Brasil	585	352	66,3
Ativos Financeiros	1.415	1.385	2,1
Empréstimos e Adiantamentos	8.945	9.580	-6,6
Outros Ativos	1.897	1.728	9,8
Passivo Total	12.716	12.254	3,8
Depósitos	9.834	9.183	7,1
Provisões	542	540	0,5
Passivos Fiscais	86	48	81,5
Outras Obrigações	1.114	1.026	8,6
Patrimônio Líquido	1.329	1.268	4,7

Tabela 3 – Números Patrimoniais

4.4. Indicadores Patrimoniais

IFRS			
[% em 12 meses]	31.12.17	31.12.16	Δ p.p.
Alocação	61,4	68,9	-10,9
Liquidez Geral	1,12	1,12	-
Inadimplência	2,8	4,3	-1,5

Tabela 4 – Indicadores Patrimoniais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da
Administração em IFRS

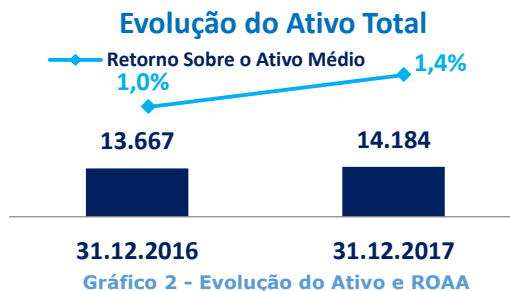
Exercício de 2017

4.5. Desempenho do Ativo

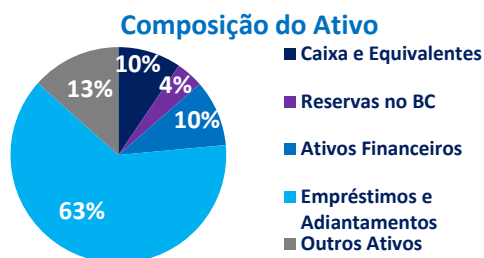
Variação e Rentabilidade do Ativo

Os Ativos Totais cresceram 3,8% em 2017, resultado do crescimento do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

No que se refere à rentabilidade anualizada do Ativo médio, observou-se o aumento de 0,4 pontos percentuais, alcançando 1,4%.



Composição do Ativo



Ativos financeiros, que compõem 10% do ativo total, incluem três espécies de títulos:

- Títulos para Negociação: que representam 6% dos ativos financeiros e reduziram 29,7% no ano de 2017.
- Disponíveis para Venda: que representam 70% dos ativos financeiros e cresceram 15,0% no período.
- Mantidos até o Vencimento: que representaram 24% dos ativos financeiros e reduziram 16,3%.

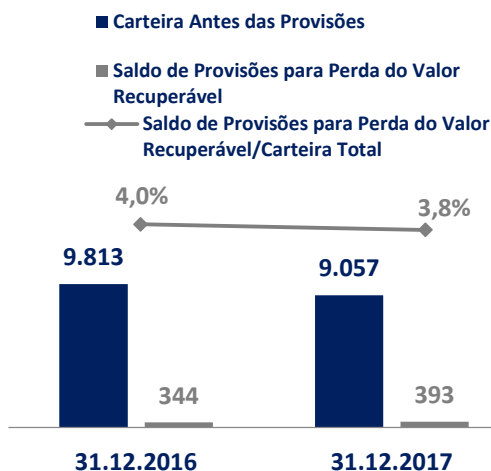
Empréstimos e Adiantamentos e Provisões

Empréstimos e Adiantamentos (R\$ milhões)

IFRS			
	31.12.16	31.12.15	Δ%
A Instituições Financeiras	232	160	44,4
A Clientes (Líquido)	8.713	9.421	-7,5
A Clientes (Bruto)	9.057	9.813	-7,7
(-)Provisões para Perdas por <i>Impairment</i>	(344)	(392)	-12,3
TOTAL LÍQUIDO	8.945	9.581	-6,6

Tabela 4 - Empréstimos e Adiantamentos

Empréstimos a Clientes



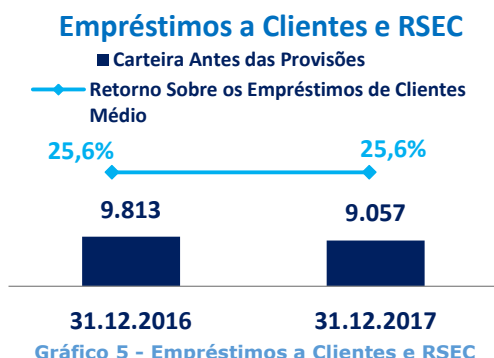
A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes antes da perda por *Impairment*, reduziu 7,7%. Quando considerada essa perda, a redução foi de 7,5%.

Cabe ressaltar, que no entendimento da administração do Banco, é necessário maior rigor nas suas concessões, resultando assim na redução da oferta de crédito,. Esse rigor passa pelo aumento das exigências por garantias, com a vinculação da liberação de crédito a critérios mais rígidos. Tais medidas têm como objetivo buscar a proteção dos ativos e a redução dos níveis de provisionamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da
Administração em IFRS
Exercício de 2017

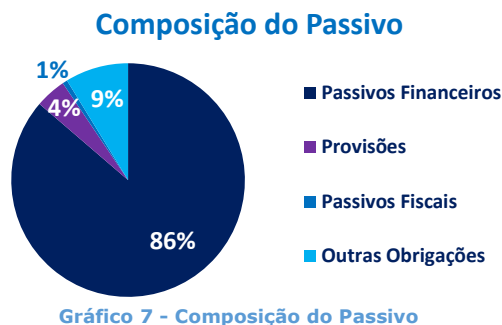
Retorno sobre os Empréstimos de Cliente (RSEC)



Apesar do cenário adverso, a rentabilidade da Carteira de Crédito manteve-se estável. Considerando a Receita de Juros com Operações de Crédito sobre o saldo médio da carteira de Empréstimos e Adiantamento de Clientes antes das Perdas por *Impairment*, o Retorno sobre Empréstimos de Clientes Médio - RSEC permaneceu em 25,6% em 2017.

4.6. Desempenho do Passivo

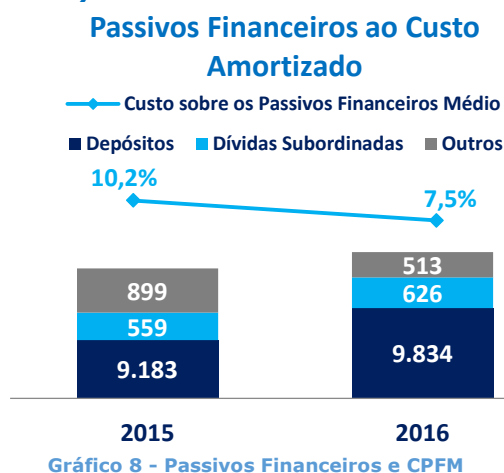
Variação do Passivo e Composição do Passivo



Os passivos totais cresceram 3,7% no exercício, impactado pelo crescimento de 3,1% nos passivos financeiros, que representam 86% do total.

Diante das perspectivas de um cenário de elevação da demanda por crédito, o BRB adotou uma estratégia de ampliar as captações de baixo custo, como preparação para atender a retomada de crédito.

Composição do Passivo Financeiro e Custo do Passivo Financeiro Médio (CPFM)



Resultado do trabalho desempenhado em busca da redução do custo de *funding* do Banco, mais concentrado em depósitos à vista e a prazo, assim como de poupança, o BRB apresentou melhora significativa de seu resultado no período, sem que para isso tenha aumentado sua exposição a risco.

Dado o atual cenário de redução da taxa de juros, houve redução de 2,7 pontos percentuais do Custo com os Passivos Financeiros Médio - CPFM, que mede a relação entre as despesas com juros e o saldo médio dos passivos financeiros.

5. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da
Administração em IFRS
Exercício de 2017

5.1. Gestão do Capital

	31.12.17	30.09.17	30.06.17	31.03.17	31.12.16
PR – Patrimônio de Referência	1.409	1.392	1.395	1.437	1.465
Capital de Nível I (R\$ milhões)	1.079	1.062	1.034	1.050	1.079
Capital Principal	1.079	1.062	1.034	1.050	1.079
Capital de Nível II (R\$ milhões)	330	330	361	387	386
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	8.982	9.108	9.230	9.321	9.599
Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA)	12,01%	11,66%	11,20%	11,26%	11,24%
Índice de Capital de Nível I (Nível I/RWA)	12,01%	11,66%	11,20%	11,26%	11,24%
Índice de Basileia (PR/RWA)	15,69%	15,28%	15,11%	15,41%	15,26%
Índice de Nível I (INI)	12,01%	11,66%	11,20%	11,26%	11,24%

Tabela 5 - Composição do Capital

O gerenciamento do capital regulamentar é pautado pelas diretrizes do acordo de Basileia III, tendo esse como principal indicador de gestão do nível do capital e os requerimentos mínimos de capital do Conglomerado Prudencial.

Como forma de garantir a solidez e o crescimento dos negócios, é realizado um monitoramento constante da necessidade de capital frente às exposições aos riscos inerentes, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e do Plano de Capital Quinquenal.

5.2. Gestão de Risco

A Administração dispõe de políticas, normas e procedimentos para o gerenciamento de riscos e do capital.

empresas controladas elaboram suas próprias normas a partir das diretrizes também estabelecidas pelo controlador.

As subsidiárias integrais (BRB DTVM e Financeira BRB) seguem as políticas de gestão de riscos estabelecidas pelo controlador, por meio de termo de adesão, enquanto que as demais

O processo de gestão de riscos encontra-se disponível no sítio de relações com investidores (<http://ri.brb.com.br>), no link "Relatório de Gestão de Riscos".

5.3. Risco de Mercado

Nesse processo, é avaliado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição – também para a definição de limites de exposição – de forma

segregada para as carteiras de negociação e bancária.

Todas as posições sujeitas ao risco de mercado são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de governança.

5.4. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez é realizada por meio de projeções dos indicadores de gestão do risco de liquidez (Reserva Mínima de Liquidez – RML, Índice de Liquidez de Curto Prazo – ILCP e Fluxo de Caixa Projetado), dos testes de estresse, de simulações de movimentações financeiras relevantes,

com o objetivo de prever antecipadamente os impactos na gestão do risco de liquidez e de *backtestings* trimestrais do modelo, sendo esses modelos validados pelo Bacen e Alta Administração e aplicados em todas as operações financeiras do Conglomerado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS Exercício de 2017

5.5. Risco de Crédito

Trimestralmente, são realizados testes de estresse para risco de crédito, com o objetivo de verificar os impactos das simulações de estresse, quais sejam: variações da inadimplência, provisão e

índice de cobertura – em nível gerencial – das carteiras de crédito, cujos resultados são avaliados e considerados quando do estabelecimento ou revisão das políticas e limites operacionais.

5.6. Risco Operacional

A gestão do Risco Operacional tem contribuído para a melhoria dos resultados da Instituição, por permitir a identificação e o correto tratamento de perdas relevantes.

As principais ferramentas utilizadas para a gestão do Risco Operacional são: acolhimento das perdas, mapeamento de riscos e acompanhamento de indicadores chaves.

5.7. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é tema que perpassa toda a Instituição, atingindo desde a educação financeira de nossos colaboradores e clientes até a concessão consciente de crédito. A análise de sensibilidade da Instituição aos riscos

socioambientais e a avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços são práticas institucionalizadas e que demonstram a relevância do tema.

5.8. Risco Reputacional

Foram criados mecanismos que buscam avaliar os impactos dos relacionamentos que o BRB possa vir a estabelecer, na credibilidade e confiança da Instituição perante partes relacionadas, demonstrando a preocupação do Banco

com a qualidade, transparência, veracidade, equidade e a tempestividade na prestação de informações a todos os públicos com os quais exista relacionamento, bem como com a perenidade da Instituição.

6. Rede e Canais de Atendimento

O BRB presta atendimento de qualidade aos clientes de modo acessível e ágil, com respeito, segurança e credibilidade.

Atualmente, conta com sua rede de agências, correspondentes não

bancários, terminais de autoatendimento próprios e compartilhados, *internet banking* (BRB *Banknet*), aplicativo *mobile* e o atendimento por telefone (BRB Telebanco).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da
Administração em IFRS
Exercício de 2017

6.1. Rede e Canais de Atendimento

	31.12.17	31.12.16	31.12.15	Δ%12M
Total de Agências	126	127	127	-0,8
Distrito Federal e Entorno	118	119	119	-0,8
Outros (GO, MG, RJ, SP, MT e MS)	8	8	8	0,0
ATM's Próprios	673	761	791	-13,4
Terminais no Distrito Federal	608	687	716	-13,2
Outros estados	65	74	75	-14,9
Correspondentes	154	193	286	-46,1
Terminais de Autoatendimento Compartilhados	43.000	49.958	50.946	-17,9

Tabela 8 - Canais de Atendimento Físico

No que se refere aos canais físicos, o BRB conta com uma rede de agências presente na maioria das Regiões Administrativas do DF e em diversas cidades do Entorno, além de possuir agências em outros seis Estados da Federação, num total de 126 pontos de atendimento, e se mantém como a terceira instituição financeira em presença física no DF.

Quanto aos correspondentes bancários, houve uma redução de 34 pontos em relação a dezembro de 2016, em decorrência da implantação de novo processo de avaliação da atuação dessas unidades. Entretanto, manteve-se uma presença significativa desse canal de atendimento em todas as cidades do DF, bem como na maioria dos municípios da região do Entorno.

Transações - Tipo de Canal (mil transações)

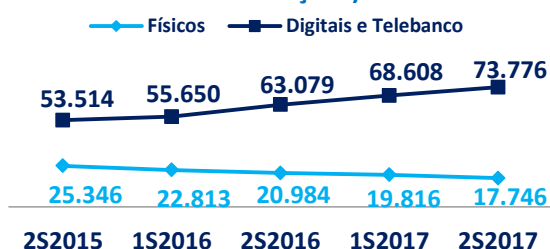


Gráfico 9 - Evolução das Transações por Canais

Com os novos *banknet* e *mobile* observa-se migração das transações realizadas anteriormente em canais físicos para canais digitais e telefônicos, representando aproximadamente 80% do total, conforme apresentado no gráfico 9:

Tal aumento se dá principalmente pelo incremento gradual de produtos e serviços no canal frente ao portfólio do banco.

7. Clientes

Clientes (milhares)

	31.12.17	30.06.17	31.12.16	30.06.16	Δ%6M
Pessoa Física	686	681	677	653	0,6
Setor Privado	491	481	474	451	0,6
Setor Público	195	200	203	202	1,5
Pessoa Jurídica	37	37	37	39	-1,5
Total	723	718	714	692	0,5

Tabela 9 - Carteira de Clientes

Atualmente, 28% dos clientes são servidores públicos, possuem alto nível de interação e consumo de produtos e serviços bancários.

Apesar dessa identidade junto aos servidores públicos, a carteira de clientes pessoa física é composta, em sua maioria, por clientes do setor privado.

No que se refere aos tipos de contas, 34% são contas correntes, 30% são contas de poupança e 5% são contas de depósito judiciais. As contas salário representam 31% da base, o que demonstra o potencial de relacionamento entre clientes e a instituição.

Para aprimorar continuamente a experiência do cliente, gerar eficiência

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS

Exercício de 2017

nos processos e rentabilizar as carteiras de clientes, o modelo de atendimento foi estabelecido sobre dois pilares: segmentação e encarteiramento de clientes e segregação das atividades nas agências.

Essa metodologia permite aos gerentes o acompanhamento contínuo da carteira sob seu gerenciamento e enfatiza o atendimento personalizado, com foco em necessidades pontuais e sazonais desses clientes.

8. Modernização Tecnológica

No ambiente tecnológico, no que se refere a controle e monitoramento na gestão de acessos, em 2017, foram implantadas novas ferramentas de segurança. Essas soluções têm por finalidade proporcionar maior rastreabilidade das ações dos usuários e aplicações. Em relação ao controle de contas de usuários com perfil privilegiado foi implantado o PAM e, em relação a gerenciamento de identidades corporativa foi implantado o IDM no ambiente SAP, solução reconhecida no mercado tecnológico por automatizar e auditar as concessões, revisões e revogações de acesso do Banco no mesmo repositório, através de fluxos integrados a uma plataforma centralizada, a partir de perfis de usuários mapeados.

O Gerenciamento de Mudanças tem por objetivo Gerenciar a Configuração e Mudanças dos itens tecnológicos para melhorar a análise de impacto no ambiente produtivo, a gestão das implantações tecnológica, o mapeamento dos serviços, aplicações e demais ativos de TI. Essas atividades permitem que o processo de desenvolvimento de software ocorra com maior fluidez e celeridade. Em 2017, tivemos um aumento de 163% das implantações em condição ideais, sem necessidade de aprovação adicional pela Comissão de Implantação e 27% maior satisfação dos gestores negociais com as implantações sistêmicas.

9. Segurança Empresarial

Os procedimentos operacionais são constantemente avaliados para que sejam implementadas melhorias e ações antifraudes tempestivas e eficazes. Em que pesem os canais de Internet, como o Banknet, serem os mais visados por

criminosos e de maior fluxo de operações, este alcançou redução de 29,17% na quantidade de fraudes detectadas, em comparação ano anterior.

9.1. Segurança da Informação

O destaque ocorreu com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com objetivo de auxiliar na produção e gestão de documentos e

processos eletrônicos, minimizando os riscos operacionais arquivísticos e aumentando a celeridade dos processos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS

Exercício de 2017

9.2. Prevenção de Lavagem de Dinheiro

A ferramenta utilizada para detecção e análise das transações suspeitas está cada vez mais robusta, apresentando casos bastante consistentes e, com isso, gerando informação valiosa para combate à lavagem de dinheiro. Além

de adequar todos os processos para atender à Circular BACEN 3.839/2017, a qual dispõe sobre novas formas e valor para comunicações de operações ocorridas em espécie

10. Gestão de Pessoas**Quadro de Pessoal**

Categoria	31.12.17	30.06.17	31.12.16	Δ% 6m
Empregados	3.107	3.168	3.185	-2,4
Terceirizados	966	938	1.017	-5,0
Estagiários e Jovens Aprendizes	567	546	524	8,2
TOTAL	4.640	4.652	4.726	-1,8

Tabela 10 - Quadro de Pessoal

O Banco encerrou o exercício de 2017 com 4.640 colaboradores, incluindo empregados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes, representando uma redução de aproximadamente 1,8% comparada com o exercício de 2016.

Treinamentos

	Internos	Externo	TOTAL
Horas de Treinamento	199.505	1.567	201.072
Participantes (P)	2.854	303	3.157
Média (Horas/P)	69,9	5,2	63,7

Tabela 11 - Treinamentos

Dados Adicionais

Categoria	2S2017	1S2017	2S2016
Turn Over (Rotatividade)	0,16	0,11	0,30
Absenteísmo	3,51%	3,47%	2,72%

Tabela 12 - Dados Adicionais do Quadro Funcional

11. Sustentabilidade Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade como agente de desenvolvimento da região Centro-Oeste, atua no âmbito social e ambiental, através de

investimentos, financiamentos e soluções em alternativas sustentáveis para a melhoria do Planeta.

11.1. Gestão Ambiental

Em 2017, reforçou o compromisso com as questões ambientais e atuou pela proteção do meio ambiente por meio de ações que visaram reduzir os impactos negativos na natureza, resultantes de

suas atividades, e por meio do apoio às ações públicas que estimulam a preocupação e discussão de soluções para aquecimento global.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS

Exercício de 2017

11.2. Instituto BRB

Visando à otimização e expansão das ações de responsabilidade socioambiental, em setembro de 2017 foi reativado o Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental.

O Instituto BRB foi concebido como o braço institucional em desenvolvimento

humano, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, congregando instituições financeiras e não financeiras do Conglomerado, com ações de natureza ambiental, cultural, educacional, esportiva e social, dentre outras, voltadas ao interesse interno e externo, e atuação em forma de rede.

12. Governança Corporativa

Partindo da premissa de melhoria contínua dos processos, busca aprimorar constantemente o nível de excelência em relação à governança, para garantir o correto funcionamento e o bom gerenciamento das atividades bancárias.

Assim, as boas práticas de Governança Corporativa são fundamentais para se tornar cada mais sólido e estruturado para sobreviver a todas as circunstâncias, inclusive em momentos de incertezas e instabilidades.

13. Relações com Investidores (RI)

Atuando com o mercado de modo permanente, disseminando informações relevantes à sociedade, aos acionistas, aos clientes, aos empregados, às agências de *rating*, aos órgãos reguladores e partes interessadas (*stakeholders*). Essa atuação visa, além

de atender à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência com o compromisso de repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Ratings

Empresa	Longo Prazo	Curto Prazo	Escala Global
Fitch Ratings	A+	F1+	BB-
Standard&Poor's	A-	A-2	B+
RiskBank	8,91		

Tabela 13 - Notas de Rating

14. Informações Legais

Conforme disposto no art. 8º da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devem

auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deve exercer funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado BRB, para as quais a Ernst & Young Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A.; BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.; BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração em IFRS

Exercício de 2017

Cartão BRB S.A.; BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A.; BSB – Participações S.A.; e BSB – Administradora de Ativos S.A.

informa que o valor total dos seus investimentos em Controladas e Coligadas é de R\$ 452 milhões, conforme detalhado na nota explicativa n.º 13.

De acordo com o art. 243, da Lei 6.404/76 e suas alterações, o BRB

15. Agradecimentos

O Banco de Brasília agradece a confiança e a fidelidade de seus clientes, o apoio da população do Distrito Federal, o trabalho e a dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e a orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Marco Aurelio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Sumário das Notas Explicativas

Nota 1	Informações gerais.....	2
Nota 2	Contexto operacional das controladas	2
Nota 3	Base da apresentação	3
Nota 4	Pronunciamentos e interpretações adotados	4
Nota 5	Políticas contábeis	6
Nota 6	Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável	18
Nota 7	Caixa e equivalentes de caixa	22
Nota 8	Reservas no Banco Central do Brasil	23
Nota 9	Ativos financeiros para negociação	23
Nota 10	Ativos financeiros disponíveis para venda	23
Nota 11	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	24
Nota 12	Empréstimos e adiantamentos	26
Nota 13	Ativos tangíveis.....	28
Nota 14	Ativos intangíveis	28
Nota 15	Créditos tributários.....	28
Nota 16	Outros ativos	30
Nota 17	Valor equivalente em Reais de ativos e passivos em moeda estrangeira	31
Nota 18	Passivos financeiros ao custo amortizado.....	32
Nota 19	Provisões.....	34
Nota 20	Outras obrigações	37
Nota 21	Valor justo de instrumentos financeiros	39
Nota 22	Receita líquida com juros.....	41
Nota 23	Receitas de tarifas e comissões	41
Nota 24	Despesas com tarifas e comissões	42
Nota 25	Ganhos/perdas líquidos com ativos e passivos financeiros	42
Nota 26	Resultado de operações de câmbio	42
Nota 27	Outras receitas/despesas operacionais	42
Nota 28	Depreciação e amortização	43
Nota 29	Despesas administrativas	43
Nota 30	Imposto de renda e contribuição social.....	44
Nota 31	Segmentos operacionais.....	45
Nota 32	Patrimônio líquido.....	49
Nota 33	Gerenciamento de riscos (informações não auditadas)	50
Nota 34	Gestão do capital.....	64
Nota 35	Partes relacionadas.....	65
Nota 36	Benefícios a empregados	68
Nota 37	Outras informações	75

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Nota 1 Informações gerais

O BRB – Banco de Brasília S.A. (“Banco” ou “BRB”), controlador do Conglomerado BRB, é uma instituição financeira de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco “E”, Edifício Brasília, em Brasília - DF, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário, com atuação, principalmente, na região geoeconômica do Distrito Federal.

O Conglomerado BRB é formado pelo controlador BRB – Banco de Brasília S.A., pelas suas controladas diretas BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira BRB), BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRB-DTVM) e Cartão BRB S.A. (BRBCard) e pelas suas controladas indiretas BSB Participações S.A., BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A. (Corretora de Seguros BRB) e BSB Serviços S.A. (BRB - Serviços), bem como o Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

O Banco iniciou suas atividades em 12 de julho de 1966, se expandiu pelas diversas cidades satélites do Distrito Federal e do entorno, consolidando sua marca na região.

Por meio de suas controladas, exerce atividades de distribuição de títulos e valores mobiliários, administração de fundos, crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito, serviços e corretagem de seguros.

Nota 2 Contexto operacional das controladas

I. Controladas diretas

a) Financeira BRB

Tem como objetivo principal operar com crédito direto ao consumidor, crédito pessoal e outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

b) BRB-DTVM

Tem como objetivo principal atuar com operações no mercado financeiro, incluindo a administração de carteiras de investimentos, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Bacen.

c) BRBCard

Tem como objetivo principal atuar na administração e comercialização dos cartões de crédito associados ao sistema Visa MasterCard no mercado nacional e internacional. A BRBCard tem como controlada a BSB – Participações S.A. e a BSB Administradora e Corretora de Seguros S.A.

II. Controladas indiretas

a) BSB Participações

A BSB Participações S.A. é uma empresa integrante do Conglomerado BRB, constituída em 23 de março de 2011, com sede em Brasília, tendo por objetivo a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócio, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

b) Corretora de Seguros BRB

Tem por objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e capitalização e planos previdenciários. A BRB – Corretora é detentora do controle integral da BRB Serviços S.A.

c) BRB Serviços

Tem por objetivo a prestação de serviços de cobrança extrajudicial a empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do país ou do exterior. Ainda, atua na prestação de Serviços de Atendimento a Clientes – SAC, teleatendimento, atendimento presencial, telecobrança, *telemarketing*, *Contact Center* e serviços de Tecnologia da Informação. Possui participação do capital de outras sociedades ou associações sediadas no país ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessário ao atingimento do seu objeto social.

d) Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado

O Fundo Corporativo é destinado, exclusivamente, a investidores profissionais, assim entendidas as pessoas naturais e jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor profissional, nos termos da Instrução CVM 554/2014 e alterações, desde que pertencentes ao conglomerado BRB. O Fundo tem como objetivo propiciar aos cotistas rendimentos por meio de atuação no mercado de taxa de juros pós ou prefixados e/ou índice de preços.

Nota 3 Base da apresentação

I. Práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas

Práticas contábeis críticas são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados que requerem os julgamentos mais difíceis, complexos ou subjetivos por parte da Administração, decorrentes da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

II. Entidades consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem o BRB – Banco de Brasília S.A. suas controladas diretas e indiretas e o Fundo de Investimento exclusivo do conglomerado.

Entidades consolidadas	Status	Participação
BRB – Banco de Brasília S.A.	Controlador	
BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Subsidiária integral	100%
BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Subsidiária integral	100%
BRB – Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo	Fundo de investimento investidor qualificado	69,74%
Cartão BRB S.A.	Controlada direta	69,74%
BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A.	Controlada indireta	69,74%
BRB – Serviços S.A.	Controlada indireta	69,74%
BSB – Participações S.A.	Controlada indireta	69,74%

As participações apresentadas representam o percentual detido pela controladora, direta e indiretamente, no capital das controladas.

Controladas: empresas sobre as quais o Banco exerce controle diretamente ou através de outras controladas e que lhe é assegurada a prevalência de gerir as políticas financeiras e operacionais das empresas para obter benefícios de suas atividades, além de eleger a maioria dos seus diretores.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

a) Principais procedimentos de consolidação

Para consolidação das demonstrações contábeis, o Conglomerado BRB efetuou os seguintes procedimentos:

- Eliminação dos saldos de ativos e passivos entre as empresas do Conglomerado BRB;
- Eliminação do resultado originado nas operações do Banco com as controladas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados nas empresas do Conglomerado BRB;
- Eliminação dos saldos das receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas do Grupo, com exceção dos ganhos e perdas não realizados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores.

b) Declaração de conformidade

O Conglomerado BRB utilizou os pronunciamentos emitidos *pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, traduzidas para a língua portuguesa, pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pelo *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*.

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado BRB, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* e com as demais normas emitidas pelos órgãos que os antecederam, traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado BRB, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 25.04.2018.

Nota 4 Pronunciamentos e interpretações adotados

Pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir do exercício de 2018
Alteração do IFRS 9

Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*.

A IFRS 9 trata da nova classificação de e mensuração dos ativos financeiros de acordo com as características contratuais do ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração:

- a) custo amortizado;
- b) valor justo por meio do resultado (VJR) e
- c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Espera-se alterações quanto a apresentação das demonstrações contábeis de acordo com os requerimentos do IFRS 9. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

Quanto a metodologia para cálculo da provisão, englobará a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 - Operações em curso normal: Os ativos classificados neste estágio estão em curso normal, com atraso inferior ou igual a 30 dias, ou sem indicativo de aumento significativo de risco. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco: Os ativos classificados neste estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou que tenha seu risco aumento significativamente, são incluídos também os créditos renegociados, para essas operações a perda esperada é calculada até o final da operação.

Estágio 3 - Operações problemáticas: Os ativos classificados neste estágio estão fora do seu curso normal, com atraso superior a 90 dias, com indicativa que o cliente não honrará integralmente contrato para essas operações a perda esperada é calculada até o final da operação.

De acordo com o normativo, periodicamente, o Banco deverá reavaliar os riscos inerentes aos contratos a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Portanto podem ocorrer reclassificações entre os estágios.

O novo modelo de cálculo da provisão está em processo de validação interna, em estudo preliminar aplicado na data-base de 2017. A simulação indicou um decréscimo de provisão para perda, de acordo com os estudos realizados pela área de modelagem de crédito de aproximadamente 30% do saldo da provisão atual.

Alteração do IFRS 15

Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

Alteração do IFRS 16

Arrendamentos - O pronunciamento substitui a **IAS 17** - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Adoção antecipada das normas publicadas

As normas anteriormente mencionadas têm efetividade para períodos anuais posteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, mas com aplicação antecipada permitida pelo IASB. Entretanto, o Banco Central do Brasil não permite adoção antecipada, conforme Resolução CMN n.º 3.853/2010. Como consequência, as normas acima mencionadas não foram adotadas em 2017.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Nota 5 Políticas contábeis

I. Classificação de ativos e passivos

Os ativos e os passivos estão apresentados em ordem decrescente de liquidez, conforme recomendado pelo IAS 1.

II. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Os ganhos e as perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

III. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado BRB são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, respeitando o ambiente econômico primário no qual o Banco atua. As informações financeiras quantitativas são expressas em milhares de reais (R\$ mil).

IV. Regime de competência

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o regime de competência, com exceção da demonstração dos fluxos de caixa.

V. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e aplicações em moedas estrangeiras, com vencimento de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos e valorizações e desvalorizações de mercado.

VI. Instrumentos Financeiros

a) Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados em uma das categorias apresentadas a seguir:

i) Mantidos para negociação: são aqueles mantidos pelo Conglomerado BRB com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

A receita de dividendos de ações de empresas nas quais o Banco possui participação e são avaliadas pelo método de custo, são reconhecidas no resultado no momento em que o Conglomerado BRB passa a ter direito aos dividendos.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

(ii) Valor justo contra resultado no reconhecimento inicial: alguns instrumentos financeiros são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

(iii) Disponíveis para venda: são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais ativas ou passivas sobre investimentos em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido, reclassificado para outra categoria ou uma perda por redução ao valor recuperável seja verificada, quando então o saldo da reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iv) Mantidos até o vencimento: são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e com vencimento fixado que o Conglomerado BRB tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.

Os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, com adoção do método dos juros efetivos diminuídos de eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de recebimento. O custo amortizado é o custo de aquisição do ativo financeiro, aumentado ou reduzido dos pagamentos do principal e a amortização acumulada da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento.

Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os instrumentos de dívida “mantidos até o vencimento” para “disponíveis para venda”, e impedirá que o Conglomerado BRB classifique instrumentos de dívida como “mantidos até o vencimento” no exercício social corrente e nos próximos dois anos subsequentes.

(v) Empréstimos e adiantamentos: são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado, com adoção do método dos juros efetivos, diminuídos de eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de recebimento. O custo amortizado é o custo de aquisição do ativo financeiro, aumentado ou reduzido dos pagamentos de principal e a amortização acumulada da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento.

Os empréstimos e adiantamentos são apresentados em “operações com instituições financeiras” e em “operações com clientes”.

Operações com instituições financeiras: são basicamente as aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas, que são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na Demonstração de Resultado como “Receita Líquida com Juros”.

Operações com clientes: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e que o Conglomerado BRB não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo. Basicamente composto de operações de crédito e adiantamentos a clientes originadas pelo Conglomerado BRB, que não são classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo. Essas operações são registradas quando liberados os recursos aos tomadores e baixadas quando há a liquidação da obrigação.

(vi) Quando vendidas com transferência de todos os riscos e benefícios ou transferidas para prejuízo. Passivos financeiros ao custo amortizado: são passivos financeiros, independentemente de sua

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

forma e vencimento, não classificados como passivo financeiro contra resultado e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras. São mensurados ao custo amortizado, com adoção do método dos juros efetivos, correspondente ao custo de aquisição do ativo financeiro, aumentado ou reduzido dos pagamentos de principal e a amortização acumulada da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, menos as amortizações de principal e de juros, mais juros acumulados, calculados com base na taxa de juros efetiva menos qualquer redução.

Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados: são as fontes de captação do Conglomerado BRB para financiamento dos ativos.

Quando o Conglomerado BRB vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações contábeis do Conglomerado BRB.

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Conglomerado BRB designa os passivos a valor justo contra resultado.

b) Baixas

Ativos e passivos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Conglomerado BRB deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Conglomerado BRB efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Conglomerado BRB realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Conglomerado BRB. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não são baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

O Conglomerado BRB realiza a baixa para prejuízo de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.

c) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser aglutinados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Conglomerado BRB possuir legalmente o direito de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

d) Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

da amortização acumulada, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer valores por redução ao valor recuperável.

e) Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Conglomerado BRB determina o valor justo dos instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares e método de fluxos de caixa descontados.

As técnicas de avaliação utilizadas pelo Conglomerado BRB utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se o mínimo possível em estimativas específicas internas, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros.

Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Conglomerado BRB ajusta as técnicas de avaliação utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornam-se completamente observáveis.

VII. Ativos e passivos não financeiros

a) Ativos não-correntes mantidos para venda

Ativos não-correntes são classificados como mantidos para venda quando o seu valor contábil for recuperável principalmente através de uma transação de venda imediata e a venda for altamente provável, incluindo aqueles adquiridos exclusivamente com o objetivo de venda ou aqueles recebidos em dação de pagamentos.

Imediatamente antes da classificação inicial como mantido para venda, a mensuração dos ativos não-correntes e grupos de alienação é efetuada de acordo com as normas IFRS aplicáveis. No caso dos bens recebidos em dação de pagamento, deve ser reconhecido inicialmente pelo menor valor entre o valor justo menos os custos de venda e o saldo contábil da operação de crédito objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos devem ser avaliados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o valor justo menos os custos de venda, e não são amortizados. Caso não exista expectativa de geração de benefícios econômicos futuros o ativo será baixado. O Conglomerado BRB realiza avaliações regulares, efetuadas por peritos, para os bens recebidos em dação de pagamento.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Os ativos não-correntes mantidos para venda são registrados no balanço patrimonial em "Ativos não-correntes mantidos para venda".

b) Ativos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários a operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. *Softwares* adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na rubrica "Perdas por redução ao valor recuperável com outros ativos (líquidas)".

Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo tangível é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Conglomerado BRB e o seu custo poderá ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos tangíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear pelo tempo de vida útil estimado conforme abaixo:

Itens	Prazo de vida útil
Imóveis de uso	
Edificações	25 anos
Imobilizações em Curso	Não depreciável
Terrenos	Não depreciável
Outras imobilizações	
Móveis e equipamentos em estoque	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	10 anos
Sistema de transporte	5 anos

c) Ativos intangíveis

Software

Os *softwares* adquiridos pelo Conglomerado BRB são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

recuperável e as respectivas reversões são reconhecidas na rubrica "Perdas por redução ao valor recuperável com outros ativos (líquidas)".

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o prazo de vida útil, utilizando o prazo contratual ou o prazo de 05 anos.

Prazo de vida útil e amortização do intangível: Os intangíveis com vida útil definida são amortizados em função do tempo de vida útil. Sendo que o prazo de vida útil é definido da seguinte forma: a) pelo prazo do contrato original; b) se não for possível vincular o prazo de vida útil do intangível ao contrato, será estimado o tempo de vida útil do intangível, levando em consideração a tecnologia utilizada, a evolução do mercado, o segmento em que é utilizado internamente, etc; c) a Administração analisa se o prazo de vida útil é indeterminado; e d) caso não haja definição contundente de que o prazo é indeterminado, ficará estabelecido o prazo de 5 anos com prazo de vida útil.

d) Sociais e estatutárias

A distribuição de dividendos: os estatutos sociais das empresas do Conglomerado BRB determinam que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, seja distribuído como dividendo obrigatório. Portanto, cada empresa do Conglomerado BRB registra no passivo, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo obrigatório e/ou eventual valor além do mínimo obrigatório, desde que este já tenha sido aprovado pela alta administração (nota 32).

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo e o que excedê-lo fica retido no Patrimônio Líquido até a autorização da AGO.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Conglomerado BRB tem uma obrigação legal ou construtiva presente, como resultado de um evento passado, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

As provisões para contingência decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, em ações de natureza cível, trabalhista e fiscal ou previdenciária. Essas contingências, coerentes com práticas contábeis adotadas, são avaliadas por consultores internos e externos, que levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar das incertezas quanto ao prazo e valor.

f) Contingências

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídas provisões, quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida;
- Possíveis: as contingências são apenas divulgadas sem que sejam provisionadas;

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

- Remotas: as contingências não requerem provisão e nem divulgação.

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos abaixo:

- Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas Demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
 - Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando na opinião da Administração e dos consultores jurídicos avaliam a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. Os casos com probabilidade de perda classificados como possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa e quando classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
 - Obrigações legais: são reconhecidas e provisionadas integralmente no balanço patrimonial quando, na opinião da Administração e dos consultores jurídicos, avalia-se a probabilidade de perda como provável;
 - O detalhamento dos ativos e passivos contingentes está divulgado na nota explicativa 19 – Provisões.
- g) Passivos Fiscais

Os tributos a recolher e os diferidos estão mensurados pelos valores iniciais e eventuais ajustes na formação da base de cálculo.

- Tributos a recolher: são representados por impostos dos períodos correntes e anteriores reconhecidos no passivo.
- Tributo diferido: é o reconhecimento de um ativo ou passivo cujo valor contábil se tornará obrigatório para entidade quando ocorrer a realização do ganho ou perda que lhe deu origem. Estes tributos diferidos surgem quando o valor contábil do ativo ou passivo exceder sua base fiscal e o valor dos benefícios econômicos tributáveis ou dos gastos dedutíveis exceder o valor que será permitido como adição ou dedução das bases de cálculos dos tributos.

VIII. Créditos tributários

Tributos correntes e diferidos

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo, com observância da legislação vigente pertinente a cada encargo (notas 15 e 30).

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda -IR	15%
Adicional de Imposto de Renda – IR	10%
Contribuição Social – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	Até 5%

Os impostos ativos diferidos foram constituídos com as mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil e sobre prejuízo fiscal para o imposto de renda e base negativa para contribuição social e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

As despesas de imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e ISS correntes são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes, para cada tributo. Periodicamente, a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social, conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, inclusive, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando a legislação vigente na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Esses tributos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a ocorrência de base tributável positiva, comprovada através de estudo técnico levantado na oportunidade de cada Balanço.

IX. Benefícios a empregados

O Conglomerado BRB possui diversos benefícios a empregados incluindo benefícios de curto prazo, planos de previdência privada, assistência médica e de participação nos lucros.

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa à medida que os serviços são prestados pelos empregados. O Conglomerado BRB oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte, sendo que esses benefícios são considerados como parte integrante do salário.

Plano de previdência privada

O superávit ou déficit dos planos de benefícios são calculados anualmente por atuário externo e reconhece o ganho ou perda com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos dos planos, adotando as seguintes práticas:

- Valor presente da obrigação atuarial é apurado utilizando a aplicação do Método do Crédito Unitário Projetado – PUC, o qual considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício e mensura cada unidade separadamente para se quantificar a obrigação final;
- A melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados;
- Premissas biométricas: tábua de mortalidade geral, tábua de entrada em invalidez, tábua de mortalidade de inválido e tábua de serviço;
- Premissas econômicas: taxa real de desconto atuarial de longo prazo, taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano, taxa nominal do custo dos juros, taxa de rotatividade, taxa real de progressão salarial, taxa real de reajuste de benefícios, taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social, fator de capacidade para salários, fator de capacidade para benefícios e taxa esperada de inflação no longo prazo. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor justo;
- O IAS 19 estabelece regras com objetivo de apresentar mais detalhadamente os procedimentos a serem adotados para a mensuração da obrigação atuarial, do valor justo dos ativos do plano e dos passivos/ativos atuariais a serem reconhecidos pelas entidades em suas demonstrações contábeis, estabelecendo,

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

também, as premissas atuariais que podem ser utilizadas, especialmente as relacionadas com o cálculo do passivo de benefício de plano de saúde;

- Em relação aos cálculos elaborados na avaliação de benefícios pós-emprego do Conglomerado BRB, essas modificações não implicaram em alterações substanciais no valor do passivo/ativo atuarial, exceto pela regra de transição, que determina o completo reconhecimento das perdas e ganhos atuariais acumulados no momento da implantação do pronunciamento;

- As premissas atuariais e o método de acumulação definidos no IAS 19 que disciplina o cálculo da obrigação atuarial dos planos previdenciários de benefícios pós-emprego. O pronunciamento determina a adoção do Método de Crédito Unitário para o cálculo do valor presente da obrigação atuarial e do respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, do serviço passado;

- Quando a avaliação atuarial resultar em um ativo, o valor a ser reconhecido no balanço será o menor entre: a) o valor presente da obrigação atuarial mais ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, menos o custo do serviço passado não reconhecido e o valor justo dos ativos do plano; b) quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos; e c) o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano. Sendo que eventual benefício econômico que o Conglomerado BRB possa efetivamente usufruir, decorrente do superávit existente nos planos de benefício definido, está condicionado à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar n.º 26/2008;

- Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. A Administração do Conglomerado BRB entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Contábeis.

Assistência médica

- O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado por seus empregados, participantes ativos e seus dependentes. É administrado pela Saúde BRB – Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e a manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

O BRB não tem nenhuma obrigação pós-emprego para com o plano de saúde.

Participação nos Lucros

O Conglomerado BRB possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico, sendo reconhecido sob a rubrica “Despesas de Pessoal” na Demonstração Consolidada do Resultado.

X. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas controladas, às pessoas-chave da Administração (incluindo ascendentes e/ou descendentes consaguíneos ou por afinidade), aos órgãos, às secretarias e às entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e às entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB (nota 35).

XI. Investimentos

Em empresas controladas e coligadas

O BRB consolidou integralmente nas Demonstrações Contábeis do Conglomerado BRB todas as empresas controladas, em que exerce controle.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Contábeis das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Administração.

As participações de terceiros no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido das controladas são apresentadas separadamente no Balanço Patrimonial Consolidado e na Demonstração Consolidada do Resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

XII. Reconhecimento das receitas e das despesas

As receitas de juros, de tarifas e comissões e de demais rendas são reconhecidas dentro do mês em que são auferidas, pelo regime de competência. Os tributos sobre as rendas de juros e similares, de tarifas e de demais rendas tributáveis são reconhecidos quando são apropriadas pelo regime de competência. O Conglomerado BRB não apropria rendas de créditos vencidos a mais de 60 dias, visto que a partir desse prazo o fluxo de caixa não é homogêneo e com baixa liquidação espontânea, portanto, as efetivações dessas rendas passam a ser apropriadas quando da sua efetiva liquidação.

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pró-rata-die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas em moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

As receitas de serviços realizadas pela BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e seguradoras e são reconhecidas na competência da prestação de serviço, assim as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

O Conglomerado BRB reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas de dividendos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são registradas em contrapartida do investimento, para os demais investimentos são reconhecidas contra resultado, para ambas ocorrem no momento em que é estabelecido o direito de receber o pagamento.

XIII. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas, mas em volume que não distorce significativamente os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas referentes à:

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros disponíveis para venda quanto à avaliação ao valor justo níveis II e III;
- Ajuste ao valor recuperável de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes quanto ao volume de provisões para perdas;
- Ativos tangíveis em relação à vida útil dos bens;
- Ativos intangíveis em relação à determinação de sua vida útil;
- Provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social;
- Provisões e passivos fiscais quanto ao volume de provisões; e
- Plano de benefícios aos empregados – Plano de previdência privada quanto à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários.

XIV. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Conglomerado BRB pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. O passivo de garantia financeira é subsequentemente contabilizado pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em "Outros passivos".

XV. Apresentação de informação por segmentos

Conforme IFRS 8, as informações financeiras de segmentos operacionais são apresentadas com base nas divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance.

As informações estão apresentadas por segmentos operacionais consistentes com os relatórios internos fornecidos para a Diretoria Colegiada, que é a principal tomadora de decisões estratégicas do Conglomerado BRB.

XVI. Valor justo de instrumentos financeiros

O BRB classifica a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados utilizados para efetuar as mensurações, considerando os seguintes níveis:

- Nível 1 – para preços cotados em mercado ativo – quando os instrumentos financeiros idênticos possuem cotação em mercado de alta liquidez.
- Nível 2 – com utilização de técnica de avaliação com dados observáveis – ativos avaliados com base em modelos internos, cujos "inputs" para construção dos cálculos são dados observáveis no mercado, quando há cotação para instrumentos financeiros similares em mercados com alta liquidez ou para instrumentos financeiros idênticos com baixa liquidez ou utilização de modelo com observância de todos os dados significativos internos e externos.
- Nível 3 - utilização de modelo interno – os instrumentos financeiros são avaliados com base em modelos internos, cujos "inputs" para construção dos cálculos são utilizados dados internos.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

A cotação de mercado de alta liquidez é a melhor avaliação para mensuração do valor justo, sendo que para os ativos utilizam-se as cotações de venda e para os passivos as cotações de compra. Para os itens em que não estão disponíveis preços cotados no mercado, o valor justo é baseado em estimativas, com utilização de fluxo de caixa descontado ou outras metodologias de precificação, não podendo ser comparável com mercados independentes.

XVII. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social (nota 32).

b) Reservas e dividendos

Reserva legal - 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal (nota 34), limitado a 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

Reserva para equalização de dividendos - será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- Equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;
- Equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- Decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos;

Reserva para margem operacional - será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

XVIII. Lucro por ação

O Conglomerado BRB apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível pela quantidade de ações.

XIX. Unidade geradora de caixa

Entende-se por unidade geradora de caixa cada ponto de atendimento da rede do Banco e de suas controladas, denominado Agência, cuja definição é uma dependência destinada ao atendimento aos clientes e ao público em geral no exercício de atividades da instituição, não podendo ser móvel ou transitória.

XX. Demonstração do valor adicionado

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

A Administração elaborou, voluntariamente, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), como informação suplementar para fins de IFRS.

Nota 6 Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável

a) Perdas com empréstimos e adiantamentos a clientes

Operações de empréstimos e adiantamentos a clientes são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não fossem cotados em um mercado ativo e que o Conglomerado BRB não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado.

As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociadas incluem situações de acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos em virtude de problemas oriundos de eventos de crédito. As operações renegociadas são avaliadas coletivamente dentro do grupo homogêneo em que se classificar e caso se enquadre, será avaliada de acordo com as regras da avaliação individual de perdas coletiva.

As perdas por redução ao valor recuperável das operações de créditos são avaliadas segundo os critérios a seguir descritos e são reconhecidas no resultado do período em que são identificadas as evidências objetivas de perdas, não havendo reconhecimento de perdas esperadas em eventos futuros. As operações são avaliadas e calculadas individualmente ou coletivamente.

De acordo com o IAS 39, a avaliação de evidências objetivas de perdas deve ser realizada de forma diferente dentre as operações consideradas ou não individualmente significativas da carteira. Para tanto, a Administração elaborou estudo para a formalização dos critérios para definição de operações de crédito com saldo "individualmente significativo" e para estabelecer análise de evidências de perdas com operações de créditos.

Com base nesse estudo foi estabelecido que fosse individualmente significativas as operações com saldo devedor superior a 1% do patrimônio líquido do banco, coincidindo com a alçada de aprovação de operações de crédito pelo Conselho Diretor, resultando na definição de duas metodologias para evidenciar as perdas incorridas na carteira: uma com base em evidências coletivas e outra com base em evidências individuais.

Para as operações vencidas há mais de 360 dias, o Conglomerado BRB utiliza como prática efetuar a baixa dessas operações como perda, pois após esse prazo as recuperações são extremamente improváveis, sem prejuízo das cobranças administrativas e/ou judiciais.

Avaliação coletiva de perdas

Enquanto as operações individualmente significativas devem ser avaliadas de forma singular, as que não se enquadrarem nesse conceito são avaliadas coletivamente. Na avaliação coletiva as perdas são calculadas com base no histórico de perdas incorridas em determinado período de performance das carteiras.

De acordo com o IAS 39, parágrafo 59, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado com problemas de recuperação e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e somente se, existir evidência objetiva de perda como resultado de eventos passados ocorridos subsequentemente ao reconhecimento inicial do ativo. Perdas esperadas como resultado de eventos futuros não importa o quanto sejam prováveis, não foram consideradas, mensuradas ou reconhecidas.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

É utilizada a atual política de *rating* interno para a segregação das operações de crédito e estudo sobre método de formação de grupos homogêneos, com base nos:

- Modelos de regressão desenvolvidos pela Administração: discriminam a propensão à adimplência de determinada operação, que contemplam dezenas de informações contratuais, cadastrais e comportamentais, tendo bastante flexibilidade para a criação de grupos que possuam comportamentos similares dentre os membros de uma mesma categoria e distintos dentre cada uma delas;
- Nos dados de produtos, tipo de cliente e pontuação das operações de crédito obtidas pela aplicação dos modelos de *Credit Scoring* para se obter grupos em que a perda é homogênea e discriminantemente distinta dentre as classificações;
- Através da metodologia chamada de “árvore de decisão” nas operações foram estabelecidos pontos de cortes para separá-las em grupos similares, que garantem a distinção entre os grupos e a homogeneidade dentre eles.

A metodologia da “árvore de decisão” consiste em especificar quais são os pontos de cortes ideais de forma a criar grupos internamente homogêneos e com diferenças de níveis sensíveis, quando comparados com os demais. Os grupos são formados com base nos tipos de clientes, produtos similares e faixas de pontuação de riscos com os mesmos comportamentos de perdas, uma vez que a pontuação de risco de cada operação permite classificá-la individualmente e de forma crescente quanto a sua perda.

Avaliação individual de perdas

O objetivo da avaliação individual é caracterizar com maior detalhe a comprovação da perda incorrida de determinada operação significativa, já ponderadas as formas de recuperação dos ativos, tais como garantias, valor do ativo no mercado ou o valor presente da operação, redefinindo o novo fluxo de caixa esperado.

As garantias são avaliadas quanto ao prazo de realização trazendo a valor presente a data de Balanço.

A Administração definiu como limite para análise individual de perda o percentual de 1% do patrimônio líquido do banco para o saldo devedor por operação, limite que coincide com a alçada do Conselho Diretor para liberação de crédito.

De acordo com estudo da Administração, foram estabelecidas e adotadas as seguintes evidências objetivas de perdas individuais que são utilizadas para análise periódica das operações:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou credor: quando o tomador do crédito não consegue honrar seus compromissos devido à inexistência de fluxos financeiros futuros que faça frente aos compromissos contratados;
- Quebra de contrato: não pagamento ou inadimplência em relação ao pagamento dos juros ou do principal da dívida, é a principal caracterização da quebra de um contrato;
- Concessões feitas pelo credor para o devedor de tal maneira que o credor não faria em condições normais: qualquer aprovação de proposta de crédito que repactue condições anteriormente avençadas em termos não previstos nos Manuais de Produtos das Carteiras, mas apenas o Manual de Cobrança e Recuperação de Crédito do Conglomerado BRB pode caracterizar esta evidência;
- O desaparecimento de mercado ativo para um ativo financeiro em razão de dificuldades financeiras, sendo que esse ativo financeiro pode ser entendido como caixa, título patrimonial ou um direito de recebimento em outros ativos ou títulos patrimoniais;
- Operações com atraso superior a 90 dias: operações com parcelas vencidas há mais de 90 dias;

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

- Fraude material: a fraude, de forma ampla, pode ser definida como um “artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”; o artifício, dentro desse conceito, é a fraude material, na qual há uma alteração exterior da coisa, como falsidade, disfarce, etc;
- Deterioração de *rating*: o *rating* é a opinião sobre a capacidade de uma empresa saldar seus compromissos financeiros, emitida por empresas especializadas, ou seja, as agências de classificação de risco expressam na forma de letras e sinais aritméticos, que apontam para o maior ou menor risco de ocorrência de um *default*, isto é, da suspensão de pagamentos. A deterioração de *rating* pode ser entendida como um decréscimo na capacidade de pagamento e, conseqüentemente, elevação do risco de inadimplência;
- Ressalvas nos relatórios dos auditores internos e externos que indiquem redução da capacidade de pagamento.

Em análise mais detalhada das evidências, algumas podem ser aplicadas automaticamente, outras necessitam de intervenção para coleta e registro, dentre elas algumas têm importante contribuição na justificativa de perda, enquanto outras só podem definir tal situação se contemplada uma análise conjunta de todos os fatores.

Somente as operações com saldo devedor acima de 1% do patrimônio líquido do banco são selecionadas para serem analisadas individualmente quanto à ocorrência de perda e alteração no fluxo de caixa esperado.

Perdas com títulos e valores mobiliários

As perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários são reconhecidos no período em que há a evidência objetiva de perda registrando contra resultado, não sendo reconhecidas as perdas esperadas em eventos futuros.

As principais evidências para análise de perdas com títulos e valores mobiliários, com base nas premissas internas, são as seguintes:

- Dificuldade financeira significativa do emissor - situação em que o emissor do ativo financeiro não consegue honrar seus compromissos devido à inexistência de fluxos financeiros futuros que faça frente aos compromissos contratados;
- Quebra de contrato – caracteriza-se pelo não cumprimento de cláusulas contratuais previstas no instrumento financeiro e ensejam vencimento antecipado do título, é a principal caracterização da quebra de um contrato;
- Operações com atraso superior a 90 dias – quando o título atingir atraso igual ou superior a 90 dias de vencido, inclusive para as amortizações periódicas;
- Deterioração de *rating* – considera-se as reduções expressivas nas pontuações obtidas no *rating* como evidência de impairment nas operações individualmente significativas;
- Desaparecimento de mercado ativo - quando determinado título ou valor mobiliário deixa de existir em razão de dificuldades financeiras, deixando de ser negociado em mercado ativo.

Perdas com outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da sua recuperabilidade. Esses ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente na estimativa de seu fluxo de caixa futuro, levando em conta as evidências objetivas de perda:

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

- Registros com prazos superiores a um ano;
- Os registros serão objetos de análise mais criteriosa com base na qualidade do ativo, na origem e na condição contingencial;
- Na sequência todas as informações são analisadas para avaliação do valor recuperável dos registros/contas selecionadas; e
- Quando houver a interrupção do serviço contratado, o valor remanescente da despesa será realizada integralmente.

Provisão para perdas com direitos creditórios juntos ao fundo de compensações de variações salariais (FCVS)

A Administração avalia anualmente os direitos creditórios do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS visando o ajuste ao seu valor recuperável, sendo que para essas demonstrações contábeis a Administração entende ser suficiente o provisionamento de acordo com as faixas de maturação e percentuais abaixo:

Classificação	%
Terceiros	100,00%
Próprios	
Não homologados	59,31%
Homologados	0,00%
Homologados com restrição	56,08%
Encerrados não novados	0,00%
Com negativa de cobertura	69,74%
VAF – 3	39,09%
VAF – 4	26,13%
Não habilitados	79,55%
Com multiplicidade/sinistro	100,00%

VAF-3 – Valor Apurado do Fundo de Compensação de Variação Salarial - são contratos derivados de outros contratos, com origem de recurso de terceiros que apresentaram perdas devido à aplicação do pró-rata da TR no primeiro reajustamento dos saldos devedores, conforme Decreto nº. 97.222/1988 e VAF-4 são perdas pela Novação, em decorrência da alteração de taxa de juros contratual.

As estimativas quanto às perdas dos créditos são realizadas com base em estudo que contempla a classificação dos créditos dado o processo instituído de novação, bem como as normas aplicáveis para realização dos ativos registrados. Dessa forma, a provisão reflete as perdas incorridas quanto a não realização dos direitos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Conglomerado BRB são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. No caso de alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente,

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

utilizando-se uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a ágio não é revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida até o limite do valor reconhecido como perda para determinado ativo, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Perdas com tangíveis

Os ativos tangíveis são testados anualmente quanto à redução de seu valor recuperável e por ocasião de uma indicação de que o ativo apresente problema de redução de seu valor recuperável.

A Administração faz análise ao final de cada período para ajuste ao valor recuperável do imobilizado, confrontando os custos de depreciação com as expectativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa.

Perdas com intangíveis

Os ativos intangíveis são testados anualmente quanto à redução de seu valor recuperável e por ocasião da indicação de que o ativo apresente problema de redução, levando em conta:

- a expectativa de geração de caixa;
- sua utilização;
- possível substituição por outra tecnologia;
- desativação ou obsolescência da tecnologia.

Havendo redução na capacidade de geração de caixa ou redução de sua recuperabilidade o intangível terá seu valor reduzido, contra resultado. Não havendo a expectativa de benefícios econômicos futuros com a utilização do software o saldo remanescente será integralmente baixado.

Perdas com ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda são avaliados a valor justo contra resultado, utilizando-se de laudos de avaliações emitidos por técnicos externos na data de sua aquisição e periodicamente no fechamento de Balanço anual, sendo que eventuais perdas por redução ao valor recuperável são registradas contra resultado do período.

Nota 7 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	188.555	178.822
Caixa	185.743	173.153
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.812	5.669
Equivalentes de caixa	1.153.725	442.850
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.145.127	430.959
Aplicações em moeda estrangeira	3.769	1.652

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Títulos e valores mobiliários	4.829	10.239
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.342.280	621.672

Equivalentes de caixa

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.145.127	430.959
Aplicações no Mercado Aberto	1.145.127	430.959
Notas do Tesouro Nacional (Posição Bancada)	712.297	162.627
Notas do Tesouro Nacional (Posição Financiada)	432.830	268.332
Aplicações em Moedas Estrangeiras (*)	3.769	1.652
Títulos e Valores Mobiliários	4.829	10.239
Debênture	-	4.301
Fundo de Investimento FIF Mais	4.829	5.326
Fundo de Investimento Banco do Brasil	-	612
Total	1.153.725	442.850

(*)Trata-se de aplicações interfinanceiras em moedas estrangeiras, referente a saldo excedente de conta do Banco junto à Agência do Banco do Brasil S.A., em New York, aplicado automaticamente em *overnight* e resgatado no dia seguinte, portanto, com vencimento de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor justo.

Nota 8 Reservas no Banco Central do Brasil

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Reservas compulsórias em espécie	215.082	157.058
Recolhimentos obrigatórios	368.363	194.688
Depósitos de moeda eletrônica	1.411	422
Total	584.856	352.168

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

Do montante depositado referente ao compulsório de poupança, R\$ 324.369 (R\$ 168.293 em 31.12.2016) é remunerado.

Nota 9 Ativos financeiros para negociação

O valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para negociação por tipo de ativos foram os seguintes:

	Valor justo/ contábil	
	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida	210	24.939
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	139	18.260
Título de capitalização	71	70
CCB*	-	6.609
Instrumentos de patrimônio	73.536	86.796
Fundo de investimento em participações - FIP	-	18.602
FII - SAI corporate	2.722	2.770
Fundo FI RF Longo Prazo	70.814	65.424
Total	73.746	111.735

* A partir da identificação de evidências, foi realizado um ajuste ao valor recuperável no montante de R\$ 5.858.

Nota 10 Ativos financeiros disponíveis para venda

a) Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda por tipo de ativo:

	31.12.2017	31.12.2016
--	------------	------------

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	Custo/Custo amortizado	Ganhos/perdas não realizados	Valor justo/contábil	Custo/Custo amortizado	Ganhos/perdas não realizados	Valor justo/contábil
Instrumento de dívida	963.630	(1.939)	961.691	853.208	(1.968)	851.240
Letras financeiras do tesouro	865.316	(192)	865.124	853.208	(1.968)	851.240
Letras do Tesouro Nacional	93.908	1.337	95.245	-	-	-
Debêntures	4.406	(3.084)	1.322	-	-	-
Instrumento de patrimônio	37.896	(5.139)	32.757	19.957	(6.088)	13.869
Ações de companhias abertas	10.811	(7.879)	2.932	10.811	(8.342)	2.469
FII- Banrisul novas fronteiras	8.231	2.740	10.971	8.717	2.254	10.971
Santos virtual – FIR	309	-	309	429	-	429
FIP - LSH	18.545	-	18.545	-	-	-
Total	1.001.526	(7.078)	994.448	873.165	(8.056)	865.109

b) Ganhos e perdas não realizadas

	31.12.2017	31.12.2016
Ganhos/(perdas) não realizadas líquidas dos efeitos tributários	(2.458)	(4.489)
Resultado líquido dos tributos	(2.458)	(4.489)

O valor justo para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor justo que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na ANBIMA. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na B3;
- Na falta da taxa devida para o vencimento, usa-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado;
- Letras Financeiras do Tesouro-A (LFT-A) foi utilizado o fluxo de caixa descontado, onde o valor do título é atualizado a valor futuro e descontado a valor presente, conforme a curva de juros da BM&F.

Nota 11 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento por tipo de ativo:

	Custo amortizado/ contábil	
	31.12.2017	31.12.2016
Instrumentos de dívida	331.378	398.543
Notas do Tesouro Nacional	286.797	279.799
Títulos públicos federais – CVS	4.335	4.821
Títulos da dívida agrária	28	55
MOP - títulos caucionados	14.841	16.506
CDB - pré fixado	15.151	13.779
Debêntures	10.226	28.056
LCI-Poupex	-	55.527
Instrumentos de patrimônio	10.157	9.486
FF ind. cinemat. nacional BRB Brasília Funcine	6.402	6.721
Criatec II - FIP	3.755	2.765
Total	341.535	408.029

b) Composição por vencimento dos títulos mantidos ao vencimento

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Vencimento em dias	31.12.2017							31.12.2016		
	Valor justo				Total			Total		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Ganho (perda) não realizado	Valor justo	Valor de Custo	Ganho (perda) não realizado	Valor justo
Instrumentos de dívida	176	64.665	68.679	197.858	331.378	5.401	336.779	398.543	(5.660)	392.883
CDB	-	-	-	15.151	15.151	-	15.151	13.779	-	13.779
Notas do tesouro nacional	-	58.150	66.854	161.793	286.797	5.401	292.198	279.799	(5.660)	274.139
Títulos da dívida agrária	-	28	-	-	28	-	28	55	-	55
Títulos públicos federais (CVS)	40	199	238	3.858	4.335	-	4.335	4.821	-	4.821
Debêntures	-	5.607	770	3.849	10.226	-	10.226	28.056	-	28.056
MOP – títulos caucionados(*)	136	681	817	13.207	14.841	-	14.841	16.506	-	16.506
LCI - Pouplex	-	-	-	-	-	-	-	55.527	-	55.527
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	10.157	10.157	-	10.157	9.486	-	9.486
Funcine	-	-	-	6.402	6.402	-	6.402	6.721	-	2.765
Criatec II FIP	-	-	-	3.755	3.755	-	3.755	2.765	-	6.721
Total	176	64.665	68.679	208.015	341.535	5.401	346.936	408.029	(5.660)	402.369

(*) Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes a cartas de fiança e depósitos judiciais.

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao banco. A referida emissão, no valor de R\$ 29.000, possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a;
- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, a iniciar em 25.05.2017;
- Amortizações semestrais, a iniciar em 25.11.2017;
- Vencimento: 25.05.2021.

Foi constituída provisão para a debênture do Correio Braziliense nos moldes da Resolução n.º 2.682/1999, no valor de 70% do saldo atualizado, a partir de 29.12.2017. A administração do BRB avaliou a operação específica e entendeu que essa, por ter características de operação de crédito, deveria atender a mesma norma das provisões de operações de crédito. Atualmente está em processo de renegociação, mantendo-se a provisão já mencionada de 70%. Cabe esclarecer que o imóvel dado em garantia, por meio de alienação fiduciária, é mais do que suficiente para arcar com o total da dívida.

Os títulos TDA não possuem mercado secundário ativo e possuem valor total de R\$ 28.

Para o cálculo das CVSs, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as CVS's possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela B3, a qual apura o valor atual do papel conforme o seu regramento de remuneração, optou-se por adotar o valor calculado pela clearing para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos conforme seu vencimento.

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e a prazo, sendo tais aplicações efetuadas com reciprocidade de aplicação do mesmo montante no BRB por suas contrapartes, mitigando assim o risco de crédito e liquidez. Sob a mesma finalidade foi realizada a aplicação de DI Imobiliário junto a POUPEX no valor inicial de R\$ 50 milhões a vencer em 22.01.2018, contendo tal operação acordo de compensação e liquidação (netting) devidamente registrado na Cetip, sendo emitido pelo BRB CDI de mesmo valor e vencimento em contrapartida. Dessa forma, considera-se que os valores registrados refletem as condições pactuadas e estão devidamente ajustados.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. Durante o exercício de 2017 não houve reclassificação de títulos entre as categorias, exceto em decorrência do

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

encerramento do Fundo de Investimento Exclusivo - FIM, classificado na categoria para negociação, cujos ativos foram incorporados à carteira própria da BRB-DTVM (Consolidado), na categoria disponível para venda.

Nota 12 Empréstimos e adiantamentos

I - Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	56.283	-	175.276	231.559	-
Total em 31.12.2017	56.283	-	175.276	231.559	-
Total em 31.12.2016	113.491	46.855	-	-	160.346

II - Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito do Conglomerado BRB está mensurada pelo valor líquido das perdas apuradas de acordo com a política contábil.

a) Taxa efetiva de juros

A Administração fez análise dos encargos diretamente atribuídos à concessão dos créditos e constatou que é imaterial o refazimento dos fluxos de caixa e apropriação das rendas, visto que, os custos incrementais são insignificantes frente ao volume das operações de crédito, que não distorce significativamente a apresentação das demonstrações contábeis, quanto ao volume dos créditos ou à geração de resultados.

b) Composição da carteira por tipo de devedor

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Pessoa física	8.274.786	90	8.477.126	86
Pessoa jurídica				
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	50.873	1	51.070	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.308	-	1.679	-
Alojamento e alimentação	28.030	1	33.845	-
Artes, cultura, esporte e recreação	8.779	-	12.808	-
Atividades administrativas e serviços complementares	10.870	2	203.585	2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19.801	-	24.248	-
Atividades imobiliárias	9.448	-	20.657	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	24.017	-	33.042	-
Comércio	91.528	1	204.781	2
Construção	381.838	4	496.547	5
Educação	19.080	-	22.368	-
Governo da Administração Indireta	-	-	182	-
Indústrias de transformação	25.116	-	57.674	1
Indústrias extrativas	812	-	1.842	-
Informação e comunicação	37.371	1	34.884	1
Saúde humana e serviços sociais	28.179	-	42.939	1
Transporte, armazenagem e correio	20.682	-	43.443	1
Outras atividades de serviços	19.534	-	28.077	-
Outros	5.113	-	22.052	-
Total	9.057.165	100	9.812.849	100

c) Concentração das operações de crédito

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017		31.12.2016	
Carteira	Valores	%	Valores	%
10 maiores devedores	151.977	2	317.582	3
50 maiores devedores seguintes	389.576	4	524.749	6
100 maiores devedores seguintes	185.728	2	281.648	3
Demais devedores	8.329.884	92	8.688.870	88
Total de operações de crédito	9.057.165	100	9.812.849	100

d) Composição por grupos homogêneos e faixa de vencimento

Operações Vincendas

Avaliação	0 a 14 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 360 dias	mais de 360 dias	2017	2016
Coletivas (a)	138.967	384.752	323.356	443.183	57.380	60.508	669.105	1.191.478	5.627.616	8.896.345	-
2016 (b)	271.558	352.590	323.715	507.115	78.666	74.731	682.904	1.284.838	5.996.227	-	9.572.344

Operações Vencidas

Avaliação	0 a 14 dias	15 a 30 dias	30 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	mais de 181 dias	mais de 360 dias	2017	2016
Coletivas (c)	22.631	22.967	17.194	13.632	14.009	10.368	8.322	51.697	-	160.820	-
2016 (d)	14.230	39.846	18.739	18.987	38.963	20.704	14.020	75.016	-	-	240.505
2017(a+c)	161.598	407.719	340.550	456.815	71.389	70.876	677.427	1.243.175	5.627.616	9.057.165	-
2016(b+d)	285.788	392.436	342.454	526.102	117.629	95.435	696.924	1.359.854	5.996.227	-	9.812.849

A instituição não possui operações vencidas com mais de 360 dias, pois após esse prazo as recuperações são extremamente improváveis, sem prejuízo das cobranças administrativas e/ou judiciais, conforme análise da área técnica.

e) Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

A Administração realizou o teste de redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes de acordo com as evidências de perdas descritas na política contábil (nota 6), identificando perdas ao valor recuperável de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes do Banco Múltiplo e da Financeira, as quais ajustaram os saldos das respectivas operações de crédito, conforme demonstração abaixo:

	31.12.2017				31.12.2016			
	Bruta	Líquida	Impairment	%	Bruta	Líquida	Impairment	%
Totais	9.057.165	8.713.301	(343.864)	3,94	9.812.849	9.419.910	(392.939)	4,17

f) Reconciliação das variações das perdas do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo anterior	392.939	321.921
Perdas do período	340.971	508.267
Transferência para prejuízo no período	(390.046)	(437.249)
Saldo atual	343.864	392.939

g) Outros eventos da carteira de operações de crédito

	31.12.2017	31.12.2016
--	------------	------------

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Créditos recuperados	100.157	84.831
Renegociações (*)	2.242.208	2.658.530

(*) Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo.

Nota 13 Ativos tangíveis

Movimentação	Vida útil	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017
Imóveis de uso		65.648	1.136	(131)	(461)	66.192
Edificações	25 anos	46.577	-	-	(283)	46.294
Imobilizações em Curso	Sem vida útil	2.214	1.136	(131)	(461)	2.758
Terrenos	Sem vida útil	16.857	-	-	283	17.140
Outras imobilizações		135.860				
Móveis e equipamentos em estoque	10 anos	217	230	-	(252)	195
Instalações	10 anos	7.899	15	(83)	-	7.831
Móveis e equipamentos de uso	10 anos	35.058	662	(678)	(7.682)	27.360
Sistema de comunicação	5 anos	2.042	11	(16)	11	2.048
Sistema de processamento de dados	5 anos	79.509	5.654	(18.816)	8.401	74.748
Sistema de segurança	10 anos	8.102	1.022	(134)	229	9.219
Sistema de transporte	5 anos	3.033	-	(157)	(246)	2.630
Subtotal		201.508	8.730	(20.015)	-	190.223
Depreciação acumulada		(117.474)	(16.175)	10.070	-	(123.579)
Total		84.034	(7.445)	(9.945)	-	66.644

Estudo técnico sobre o mobiliário efetuado pela Administração demonstrou que o valor residual, ou seja, o valor de venda ao final da vida útil é imaterial ou inexistente, visto que são levados a leilão por valores de sucatas ou doados a entidades de caridade.

A Administração entende ser imaterial a redefinição da vida útil estimada dos bens devido ao custo benefício, portanto, a depreciação desses bens está apresentada da seguinte forma: 25 anos para edificações; 5 anos para equipamentos de processamento de dados, sistemas de comunicação e de transporte e de 10 anos para os demais imobilizados de uso.

Nota 14 Ativos intangíveis

Movimentação dos ativos intangíveis

Movimentação	Vida útil	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017
Licenças de software	5 anos	167.880	83.004	(5.964)	-	244.919
Amortização acumulada	-	(55.950)	(33.934)	3.392	-	(86.492)
Total	-	111.930	49.070	(2.572)	-	158.427

Nota 15 Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Correntes	50.669	26.930
Diferidos	527.136	510.960
Ativos	562.486	539.418
Passivos	(35.350)	(28.458)
Total	577.805	537.890

b) Correntes

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições a compensar(*)		

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
IRPJ estimativa - ano corrente	43.955	25.419
CSLL estimativa - ano corrente	4.878	-
Outros	1.836	1.511
Total	50.669	26.930

c) Diferidos

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Circular n.º 2.746 – realização tempo indeterminado	1.367	1.367
Resolução n.º 3.355 – realização em 10 anos	371.463	384.964
Prejuízo fiscal	24.354	30.289
Base negativa de CSLL	19.769	24.530
Ajuste TVM a mercado – circular n.º 3068	5.153	4.641
Efeito tributário passivo atuarial CVM 695	140.380	93.627
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(35.350)	(28.458)
Total	527.136	510.960

Os créditos tributários contabilizados são decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e de diferenças intertemporais. Estes créditos tributários são constituídos e realizados à alíquota de 25%, relativos ao IRPJ e à 15% ou 20%, referente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os passivos fiscais diferidos são constituídos e realizados sobre as atualizações monetárias dos depósitos judiciais de riscos fiscais e sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários.

d) Movimentação do crédito tributário diferido

Descrição	Diferenças Temporais	Aj. Vr.Justo de TVMs	Benefícios aos Empregados	Prejuízo Fiscal IR	Base Negativa da CSLL	Passivo Fiscal Diferido	Total
Total em 31.12.2015	380.613	4.725	67.547	2.324	1.919	(8.066)	449.062
Constituição	402.500	827	26.080	38.261	30.881	(21.027)	477.522
Realização	(396.782)	(912)	-	(10.295)	(8.270)	635	(415.624)
Total em 31.12.2016	386.331	4.640	93.627	30.290	24.530	(28.458)	510.960
Constituição	328.504	1.836	55.213	6.088	4.861	(8.784)	387.718
Realização	(342.003)	(1.324)	(8.460)	(12.023)	(9.622)	1.892	(371.540)
Total em 31.12.2017	372.832	5.153	140.380	24.354	19.769	(35.350)	527.138

e) Cálculo do crédito tributário ativado

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	31.12.2017	31.12.2016
	IR e CSLL 40%	IR e CSLL 40%
Provisão para ajuste ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes	274.086	273.406
Licença prêmio	73	64
Litígios trabalhistas	22.426	39.876
Outros litígios	15.430	14.471
Provisão sobre precatório do DER	298	275
Perdas com FCVS	19.987	16.915

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	31.12.2017	31.12.2016
	IR e CSLL 40%	IR e CSLL 40%
Provisão despesas de pessoal – Abono	28	32
Provisão riscos fiscais (INSS)	7.204	11.057
Provisão riscos fiscais (IRPJ)	2.299	-
Provisão riscos fiscais (Multa FNDE)	736	736
Provisão riscos fiscais (PIS E Cofins)	2.551	2.556
Outros valores e bens	1.375	961
Previdência complementar	140.380	93.627
Outras	26.337	25.982
Subtotal	513.210	479.958
Base negativa da CSLL 15%	19.769	24.530
Prejuízo Fiscal do IR 25%	24.354	30.290
Ajuste de TVM	5.153	4.640
Total	562.486	539.418
Passivo fiscal	(35.350)	(28.458)
Crédito tributário líquido	527.136	510.960

f) Estimativa de realização do crédito tributário

	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023 a 2027	%
Valor/%	249.007	44,27	119.672	21,28	28.820	5,12	26.824	4,77	26.824	4,77	111.339	19,79

g) Valores realizados do crédito tributário

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Valor projetado	243.746	304.401
Valor realizado	373.432	416.259
Percentual de realização	153,21%	136,75%

De acordo com estudo técnico e orçamentário, a Administração concluiu que a Instituição irá gerar resultados suficientes para realizar os créditos tributários ativados.

Nota 16 Outros ativos

a) Resumo

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações	5.349	5.946
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	181	330
Devedores por depósitos em garantia (*)	689.539	642.071
Pagamentos a ressarcir	27.173	29.915
Títulos e créditos a receber	6.992	9.213
Devedores diversos - País	42.594	60.054
Material em estoque	1.102	1.348
Despesas antecipadas	6.716	17.214
Relações Interfinanceiras	13	14
Créditos vinculados	90.691	86.603
SFH - FGTS a ressarcir	135	186
SFH - Fundo de compensação de variação salarial (Nota 16b)	156.208	144.882
(-) Provisão para perda do valor recuperável	(65.652)	(58.465)
Relações Interdependência	27.056	700
Transferências internas de recursos	27.056	700
Valores a receber	13.514	13.994
Rendas a receber	13.514	13.994
Negociação e intermediação de valores	-	-

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Créditos específicos (**)	5.011	4.160
Investimentos	2.623	2.617
Investimentos por incentivos fiscais	158	158
Títulos patrimoniais	1	1
Ações e Cotas	2.340	2.333
Outros Investimentos	124	125
Bens não de uso próprio	145.329	91.921
Total	1.063.883	966.100

(*) São depósitos judiciais e recursais para garantir litígios trabalhistas, cíveis e fiscais, sendo que o montante encontra-se devidamente provisionado no Passivo.

(**) Referem-se à renegociação de dívidas de crédito rural.

b) SFH/FCVS - Fundo de compensação de variação salarial

Os créditos junto ao "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento. Esses processos estão em fase de habilitação junto aquele Fundo para recebimento de títulos CVS, cujo êxito está condicionado à aderência a um conjunto de pré-requisitos e procedimentos normatizados pelo FCVS. O total de créditos – carteira própria e carteira adquirida de terceiro, sem coobrigação - alcança o montante de R\$ 156.208, e, quando deduzidas as provisões, o saldo líquido é de R\$ 90.556 Esta provisão é constituída com base em estudo histórico das perdas ocorridas nessa carteira, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atendem às normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

Composição da carteira de FCVS

	31.12.2017			31.12.2016		
Carteira FCVS	Saldo	Provisão	Saldo Líquido	Saldo	Provisão	Saldo Líquido
Não habilitados (I)	6.108	(5.179)	929	4.214	(3.694)	520
Habilitados e não homologados (II)	2.540	(1.507)	1.033	10.726	(6.362)	4.364
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (III)	85.989	(56.944)	29.045	70.507	(46.455)	24.052
Habilitados e homologados (IV)	55.550	-	55.550	53.624	-	53.624
Outros	6.021	(2.022)	3.999	5.811	(1.954)	3.857
Total	156.208	(65.652)	90.556	144.882	(58.465)	86.417

(I) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(II) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(III) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(IV) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

O BRB realizou teste de redução do valor recuperável de "outros ativos", havendo ajuste de valor recuperável registrado para os títulos de FCVS, conforme quadro abaixo, sendo que não há ajustes de perdas a valor recuperável para os demais "outros ativos" a registrar e, também, não há indicação de que algum outro crédito registrado em "outros ativos" esteja com problema de redução ao valor recuperável.

Nota 17 Valor equivalente em Reais de ativos e passivos em moeda estrangeira

No Balanço Patrimonial encontram-se registrados valores em moeda estrangeira, apresentados a seguir de acordo com sua natureza:

	31.12.2017	31.12.2016
Ativos		
Depósito no exterior em moedas estrangeiras (a)	-	3.712

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidade em moedas estrangeiras (b)	2.812	1.957
Aplicações em moedas estrangeiras (c)	3.769	1.652
Financiamento em moeda estrangeira (d)	-	450
Total	6.581	7.771
Obrigações em moeda estrangeira (f)	1.340	421
Ordem de Pagamento (g)	-	271
Operações de câmbio (h)	7	2
Total	1.374	694

a) Depósitos no exterior em moedas estrangeiras – recursos depositados em contas do Banco em instituições financeiras correspondentes, provenientes de operações interbancárias e ordens de pagamento recebidas. Os saldos são mantidos para atendimento de operações diárias de câmbio com clientes (nota 7);

b) Disponibilidades em moedas estrangeiras – moedas estrangeiras, em espécie, depositados nos cofres das agências que operam câmbio e compradas de clientes e/ou do Banco Central (nota 7);

c) Aplicações em moedas estrangeiras – referem-se a saldo excedente na conta do Banco junto ao Banco do Brasil S.A., na Agência de New York, aplicado automaticamente em overnight e resgatado no dia seguinte (nota 7);

d) Financiamentos em moeda estrangeira – linha de crédito concedida aos clientes para importação de bens e mercadorias. Os recursos são captados junto ao correspondente no exterior e repassados aos clientes;

e) Depósitos em moedas estrangeiras – “Special Accounts” - são depósitos recebidos dos organismos internacionais (BID, BIRD, etc) referente a empréstimos contraídos pelo GDF, que ficam aguardando a conversão para reais, a pedido do GDF;

f) Obrigações em moeda estrangeira – são empréstimos em moedas estrangeiras oriundas de operações de crédito, referente a financiamento de importação e garantia prestada no exterior;

g) Ordens de pagamentos em moedas estrangeiras – são ordens a cumprir referente o registro das ordens de pagamentos recebidas do exterior até o devido pagamento ao cliente, pelo prazo de até 90 dias;

h) Câmbio vendido a liquidar - Operações de venda de moeda estrangeira, ainda não liquidadas no exterior, referente à venda de moeda ao cliente, com a ordem de pagamento ainda não enviada (nota 20).

Nota 18 Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros avaliados ao custo amortizado estão representados pelo custo atualizado reduzido pelas amortizações até a data de Balanço.

a) Composição dos passivos financeiros ao custo amortizado

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos	9.833.714	9.182.808
Dívidas subordinadas	626.035	559.198
Outros passivos financeiros	513.448	899.091
Total	10.973.197	10.641.097

b) Depósitos

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos de instituições financeiras:	732.381	860.690
Depósitos à vista	30.338	48.889

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos interfinanceiros	701.909	811.728
Depósito de poupança	134	73
Depósitos de clientes:	9.101.333	8.322.118
Pessoa Física e Jurídica	6.654.817	5.993.458
Depósitos à vista	573.313	582.881
Depósitos de poupança	1.709.198	1.614.757
Depósitos a prazo	4.372.306	3.795.820
Depósitos Governo	2.444.983	2.327.179
Depósitos à vista	207.663	246.796
Depósitos de poupança	7.254	11.061
Depósitos a prazo	2.224.531	2.061.605
Obrigações para depósitos específicos e de fundos e programas	5.535	7.717
Depósitos Outros	1.533	1.481
Depósitos outros	1.533	1.481
Total	9.833.714	9.182.808

Segregação por vencimento

	Sem Vencto	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	811.314	-	-	-	-	-	811.314	878.566
Depósitos de poupança	1.716.586	-	-	-	-	-	1.716.586	1.625.891
Depósitos interfinanceiros	-	530.707	171.202	-	-	-	701.909	811.728
Depósitos a prazo	-	1.222.059	493.026	1.378.075	1.950.075	150.343	5.193.578	4.478.981
Depósitos judiciais com remuneração	1.403.259	-	-	-	-	-	1.403.259	1.378.444
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.535	-	-	-	-	-	5.535	7.717
Moeda eletrônica – cartão pré-pago	1.533	-	-	-	-	-	1.533	1.481
Total em 31.12.2017	3.938.227		664.228	1.378.075	1.950.075	150.343	9.833.714	-
Total em 31.12.2016	2.505.938	3.438.341	460.752	978.199	1.631.604	167.974	-	9.182.808

c) Dívidas subordinadas

	31.12.2017	31.12.2016
Dívidas subordinada elegível ao capital	169.476	152.959
Outras dívidas subordinadas	456.559	406.239
Total	626.035	559.198

Dívidas Subordinadas elegíveis ao capital

A letra financeira subordinada – LFS/LFSN foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada por meio da Resolução CMN n.º 4.123/2012.

	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
CDI (LFS)	71.192	-	-	71.192	63.282
IPCA (LFS)	98.284	-	-	98.284	89.677
CDI (LFSN)	-	117.637	82.472	200.109	175.749
IPCA (LFSN)	-	256.450	-	256.450	230.490

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
Total em 31.12.2017	169.476	374.087	82.472	626.035	-
Total em 31.12.2016	123.790	361.737	73.671	-	559.198

d) Outros passivos financeiros

	31.12.2017	31.12.2016
Recurso de aceite, letra imobiliária, hipotecária e créditos similares (a)	287.908	629.198
Obrigações em moeda estrangeira (b)	1.340	421
Obrigações por repasse do país - instituições oficiais (c)	224.200	269.472
Repasse no país - instituições oficiais - Tesouro Nacional	1.427	1.514
Repasse no país - instituições oficiais - FCO - Banco do Brasil	51.182	55.315
Repasse no país - instituições oficiais - BNDES	73.268	88.051
Repasse no país - instituições oficiais - CEF	-	182
Repasse no país - instituições oficiais - Finame	98.323	124.410
Total	513.448	899.091

(a) Os recursos de aceites e títulos são representados por letras hipotecárias emitidas no país, sobre as quais incidem encargos financeiros correspondentes à taxa de referência (TR) mais juros.

(b) As obrigações em moedas estrangeiras estão convertidas para moeda local na data do Balanço e estão apresentados pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço (nota 17f).

(c) As obrigações por repasses do país – instituições oficiais estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

Os repasses no país são recursos captados para empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso.

Origem dos recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/programas	Vencimento final	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	3% a.a.	POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF	Outubro de 2025	1.427	1.514
Banco do Brasil - FCO	2,94% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento turismo reg., desenvolvimento set. com., serv. e rural e infraestrutura econômica	Dezembro de 2023	51.182	55.315
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/FINEM, comércio e serviços e rural	Junho de 2023	73.268	88.051
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	Finansa	Outubro de 2018	-	182
Finame	0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP	Programa automático, especial e agrícola	Novembro de 2024	98.323	124.410
Total				224.200	269.472

Nota 19 Provisões

a) Contingências de risco provável

BRB – Consolidado						
Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2017
Trabalhistas	91.461	8.570	(30.093)	(23.728)	5.355	51.565

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

BRB – Consolidado						
Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2017
Cíveis	33.219	9.938	(3.646)	(8.955)	4.304	34.860
Subtotal	124.680	18.508	(33.739)	(32.683)	9.659	86.425
Fiscais – CSLL	368.127	15.939	-	(4.160)	23.384	403.290
INSS – PLR	17.432	-	-	(38)	617	18.011
INSS – PLR abonos	10.212	-	-	(10.403)	191	-
IRPJ	-	14.542	-	-	34	14.576
Salário Educação	2.293	-	-	-	58	2.351
PIS	10.956	-	-	-	461	11.417
Cofins	2.643	-	-	-	155	2.798
Outros tributos	3.350	-	-	-	86	3.436
Subtotal	415.013	30.481	-	(14.601)	24.986	455.879
Total	539.693	48.989	(33.739)	(47.284)	34.645	542.304

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

a.2 - Contingências cíveis

As contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, diferenças de alugueres, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor, o Banco possui 294 processos em curso.

a.3 - Contingências fiscais

As contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita. A provisão foi de R\$ 402.290 (R\$ 367.169 em 31.12.2016).

Em setembro de 2016 foi publicada sentença favorável ao BRB na qual consta a nulidade das autuações feitas no âmbito dos processos administrativos decorrentes do não recolhimento da CSLL nos exercícios de 1992, 1993 e 1994. Diante desse fato, relativamente aos valores envolvidos nas autuações anuladas, a

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

probabilidade de perda foi alterada de provável para possível, ensejando na reversão parcial da provisão no montante de R\$ 118.666, sendo R\$ 651 correspondente ao estorno da atualização do período e R\$ 118.015 receita de reversão de provisão, conforme quadro de movimentação apresentado no item a. O saldo atualizado da provisão revertida está compondo o quadro do item b "Contingências de risco possível – natureza fiscal".

Controladas Financeira BRB e BRB – DTVM: A BRB - DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas, a BRB CFI aguarda levantamento do saldo remanescente no valor de R\$ 796, em 31.12.2017, enquanto a BRB – DTVM espera o levantamento do valor de R\$ 204, na data-base de 31.12.2017.

PIS – Emendas Constitucionais n.º 01/1994 e n.º 10/1996: Ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/1994, a qual alargou a base de cálculo do PIS/Pasep para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os artigos 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, em 18.06.1996 o BRB e a Financeira BRB ajuizaram ação Ordinária contra a União, ocasião em que postularam o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela Emenda Constitucional de Revisão n.º 01/1994 e pela Emenda Constitucional n.º 10/1996.

Com a improcedência do pleito, o BRB aguarda a conversão dos depósitos em rendas da União para a baixa da provisão no valor de R\$ 10.650 (R\$ 10.227 em 31.12.2016). Para a Financeira BRB parte dos depósitos foram convertidos em rendas da União. Restam os depósitos de janeiro a junho de 1997 que ainda não foram levantados pela União, e possui a provisão de R\$ 311 (R\$ 299 em 31.12.2016). A DTVM possui provisão de R\$ 456 (R\$ 430 em 31.12.2016).

Salário Educação: Em razão de discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que aplicou multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3, foi efetivada provisão em 31.08.2007, no montante de R\$ 1.680, o saldo atualizado é de R\$ 2.351 (R\$ 2.293 em 31.12.2016).

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS - PLR/Abonos: Três autuações de 2001, relativas ao INSS (NFLD n.º 35.360.575-1 - R\$ 1.202; NFLD n.º 35.360.577-8 - R\$ 2.831 e NFLD n.º 35.360.579-4 - R\$ 3.614), referem-se ao não recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo, com valor principal de R\$ 7.647.

O Banco decidiu pela adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária no segundo semestre de 2017, para fins de quitação do débito à vista, com a reversão da provisão.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9), no valor total de R\$ 37.513, são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.851, refere-se às contribuições

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco, sendo provisionado o valor de R\$ 18.011 (R\$ 17.432 em 31.12.2016).

IRPJ: Em reavaliação dos processos tributários, especificamente no que tange à autuação oriunda de Termo de Verificação Fiscal, iniciado em 19.12.2007, consoante Mandado de Procedimento Fiscal – MPF nº 01.1.01.00-2007-00666-4, da Receita Federal do Brasil, na parte que trata do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, cujo valor principal da autuação é de R\$ 4.355, que, acrescido de juros de mora e multa, atingiu o montante de R\$ 14.576, decidiu-se pela alteração da probabilidade de perda, alterando-a de possível para provável. O débito é discutido na ação Anulatória nº 74082-94.2015.4.01.3400, em trâmite na 6ª Vara da Seção Judiciária de Brasília, ainda sem decisão de primeira instância, sendo efetivado provisionamento do valor atualizado.

b) Contingências de risco possível

BRB - Consolidado				
Natureza	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	534	234.927	884	282.496
Trabalhista	122	19.182	159	18.262
Fiscal	11	127.874	4	134.973
Total	667	381.983	1.047	435.731

Para as ações promovidas contra o Conglomerado BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3p.

Movimentação das contingências com perdas possíveis

O BRB – Consolidado possui 534 processos de natureza cível, no montante de R\$ 234.927, promovidos contra o Conglomerado, cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvendo, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Há, também, 122 processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível, no montante de R\$ 19.182, que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, 11 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 127.874 com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falha no recolhimento da CSLL/IRPJ.

Nota 20 Outras obrigações

As outras obrigações estão mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2017	31.12.2016	Ref.
Relações interfinanceiras	4	6	(a)
Relações interdependências	290	271	(a)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11.361	7.561	(b)
Sociais e Estatutárias	12.219	19.363	
Fiscais e previdenciárias	44.765	43.016	(c)
Negociação de intermediação e valores	12		
Recursos para destinação específica	240	42	(d)
Obrigações com câmbio a liquidar (*)	7	2	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016	Ref.
Provisão para despesas de pessoal encargos e benefícios	103.576	105.888	(e)
Provisão para despesas administrativas	53.015	37.954	(f)
Diversas	537.432	525.081	(g)
Passivo atuarial	350.950	286.733	NE39
Total	1.113.878	1.025.917	

(*) Nota 17h

a) As relações interfinanceiras e interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências estão apresentadas pelo custo amortizado, ajustados a valor presente para a data de Balanço.

	31.12.2017	31.12.2016
Relações interfinanceiras	4	271
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4	271
Relações Interdependências	290	6
Recursos em trânsito de terceiros	290	6
Total	294	277

b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Trata-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

	31.12.2017	31.12.2016
IOF a recolher	3.092	574
Recursos proagro	-	1
Recebimentos de tributos estaduais e municipais	3.894	2.918
Recebimentos do FGTS	4.375	4.068
Total	11.361	7.561

c) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.088	3.485
Impostos e contribuições sobre salários	27.228	27.704
Outros	15.449	11.827
Total	44.765	43.016

d) Recurso para destinação específica de fundos e programas

	31.12.2017	31.12.2016
FUNDEFÉ – Recursos disponíveis	42	42
FDR/DF – Fundo de desenvolvimento rural	198	-
Total	240	42

e) Provisões para despesas de pessoal, encargos e benefícios

	31.12.2017	31.12.2016
Férias	74.991	76.512
Licença prêmio	148	142
Abono assiduidade anual	42	89
PLR - participação nos lucros e resultados	27.564	28.393
Outros	831	752

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Total	103.576	105.888

f) Provisões para despesas administrativas

	31.12.2017	31.12.2016
Manutenção e conservação de bens	-	264
Processamento de dados	15	12.130
Propaganda e publicidade	2	2.376
Serviços de arrecadação/BRB - conveniência	420	4.160
Patrocínios	49	880
BRBCard	5.540	13.682
Outros pagamentos	46.370	-
Outros	619	4.462
Total	53.015	37.954

g) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Cheques administrativos	8.237	11.659
Credores por recursos a liberar	4.542	4.814
Obrigações por aquisição de bens e direitos	341	2.971
Obrigações convênios oficiais	30.125	20.493
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	22.891	17.730
Recursos do FGTS para amortizações	998	871
Valores a pagar a sociedades ligadas	7.492	863
Credores diversos - país	462.806	465.680
Total	537.432	525.081

g.1) Credores diversos – país

	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos a processar	36.565	31.907
Pendências de depósitos	3.557	1.390
MTR - Maestro/Cirrus	678	8.518
Fornecedores	1.559	10.970
Transações Visa Electron	1.009	4.319
Obrigações com bandeiras e associados da BRBCard (*)	402.120	394.699
Programa de bonificação	-	7.018
Outros	17.319	6.859
Total	462.806	465.680

(*) Refere-se a obrigações com a Visa e a Mastercard.

Nota 21 Valor justo de instrumentos financeiros

Para divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a Instituição utilizou-se da hierarquia do valor justo que reflete as mensurações nos seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumento financeiro idêntico;
- Nível 2 - dados observáveis internamente e no mercado, para instrumentos financeiros similares; e
- Nível 3 - avaliados com base em modelos internos, cujos “inputs” para construção dos cálculos são utilizados dados internos.

Demonstração dos valores justos comparados aos saldos contábeis

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

a) Por categoria

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros	2.563.454	2.571.940	1.827.723	1.822.063
Equivalente de caixa	1.153.725	1.153.725	442.850	442.850
Ativos financeiros para negociação	73.746	73.746	111.735	111.735
Ativos financeiros disponíveis para venda	994.448	997.532	865.109	865.109
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	341.535	346.937	408.029	402.369
Empréstimos e adiantamentos	8.944.860	8.944.860	9.580.256	9.580.256
Aplicações interfinanceiras	231.559	231.559	160.346	160.346
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.713.301	8.713.301	9.419.910	9.419.910
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.973.197	10.973.197	10.641.097	10.641.097
Depósitos de Instituições Financeiras	732.381	732.381	860.690	860.690
Depósitos de clientes	9.101.333	9.101.333	8.322.118	8.322.118
Dívidas subordinadas	626.035	626.035	559.198	559.198
Outros passivos financeiros	513.448	513.448	899.091	899.091

b) Por nível de hierarquia de valor justo

	31.12.2017		31.12.2016	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros	2.563.454	2.568.856	1.827.723	1.822.063
Nível 1 - valor de mercado	2.531.024	2.536.426	1.775.556	1.769.896
Equivalente de caixa	1.153.725	1.153.725	442.850	442.850
Ativos financeiros para negociação	73.746	73.746	111.735	111.735
Ativos financeiros disponível para venda	994.448	994.448	865.109	865.109
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	309.105	314.507	355.862	350.202
Nível 2 - precificação interna com dados externos	32.402	32.402	52.112	52.112
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	32.402	32.402	52.112	52.112
Nível 3 - precificação interna com dados internos	28	28	55	55
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	28	28	55	55
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.973.197	10.973.197	10.641.097	10.641.097
Depósitos de Instituições Financeiras	732.381	732.381	860.690	860.690
Depósitos de clientes	9.101.333	9.101.333	8.322.118	8.322.118
Dívidas subordinadas	626.035	626.035	559.198	559.198
Outros passivos financeiros	513.448	513.448	899.091	899.091

c) Títulos e valores mobiliários

I. Para os títulos públicos federais foi utilizado o preço de mercado divulgado pela ANBIMA;

II. Letras Financeiras do Tesouro-A (LFT-A) foi utilizado o fluxo de caixa descontado, onde o valor do título é atualizado a valor futuro e descontado a valor presente, conforme a curva de juros da BM&F;

III. Para as ações foi utilizada a cotação divulgada pela BM&Fbovespa;

IV. Para as cotas de fundos foi utilizada a cota divulgada pelo administrador de cada fundo, visto que essas cotas não possuem redução ao seu valor recuperável;

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

V. Para as debêntures foi utilizado preço de negociação médio divulgado no site www.debentures.com.br, que representa o preço negociado do ativo;

VI. Para os Títulos da Dívida Agrária – TDA foi considerada a própria curva do papel devido o seu volume ser insignificante dentro da carteira e por não possuir negociação no mercado; e

VII. Para os CVS foi realizada uma cotação de mercado, que representa o valor aproximado dos negócios realizados.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros não sofrem variação de mercado significativa que possa influenciar no seu valor justo, assim, a Administração entende que o valor justo desses passivos se aproxima do valor contábil.

Nota 22 Receita líquida com juros

a) Receitas com juros e similares

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas com operações de crédito	2.412.284	2.528.975
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	112.388	113.303
Rendas com TVM	126.319	191.267
Receitas de aplicações compulsórias	30.349	27.388
Total	2.681.340	2.860.933

As receitas com juros e similares são rendas de operações de crédito e de aplicações interfinanceiras de liquidez que compõe o resultado efetivo da instituição no período.

b) Despesas com juros e similares

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas depósitos de poupança	(103.219)	(124.988)
Despesas de depósitos a prazo	(395.496)	(582.017)
Despesas de letras financeiras	(131.572)	(109.559)
Despesas de operações compromissadas	(70.407)	(84.895)
Outros	(105.955)	(186.638)
Total	(806.649)	(1.088.097)

Nota 23 Receitas de tarifas e comissões

	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de Administração de Fundos	17.314	16.062
Receitas de comissões de títulos	-	2.028
Receitas de comissões de cartão	327	1.886
Receitas de custódia	2.148	18.469
Rendas de corretagem de seguros	105.015	106.850
Rendas de serviços para Pessoa Jurídica	77.804	80.799
Rendas de Pessoa Física	80.620	115.861
Rendas de Pacotes de Serviços	31.575	28.710
Rendas de Serviços Prioritários	25.968	26.689
Rendas de Serviços Diferenciais	21.538	20.800
Rendas de Serviços Especiais	1.539	1.877
Rendas de outros serviços	59.688	37.785

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Total	342.916	341.955

Nota 24 Despesas com tarifas e comissões

	31.12.2017	31.12.2016
Cadastro	(10.559)	(5.276)
Custódia de Títulos e valores mobiliários	(5.348)	(5.477)
Tarifas bancárias e interbancárias	(5.558)	(5.880)
Outras	(514)	(86)
Total	(21.979)	(16.719)

Nota 25 Ganhos/perdas líquidos com ativos e passivos financeiros

a) Perdas por redução ao valor recuperável de Empréstimos e adiantamentos a clientes

	31.12.2017	31.12.2016
Perdas com empréstimos e adiantamentos a clientes	(340.882)	(508.267)
Outros ganhos/perdas líquidos com operações de crédito	100.327	84.831
Principal/Não varejo	18.947	13.364
Rendas/Não varejo	1.450	4.256
Recuperação de TVM	171	-
Principal	57.303	43.122
Rendas	22.456	24.089
Ganhos líquidos com outros ativos e passivos financeiros	(34.480)	(16.867)
Lucro com títulos de renda fixa	27	2.137
Rendas de aplicação no exterior - Depósito	7	5
Outras perdas líquidas com ativos e passivos financeiros	(34.514)	(19.009)
Total de ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	(275.035)	(440.303)

Nota 26 Resultado de operações de câmbio

	31.12.2017	31.12.2016
Ganhos com operações de câmbio	4.630	5.143
Perdas com operações de câmbio	(3.294)	(4.481)
Total	1.336	662

Variação cambial líquida - registra o valor das variações, positivas e negativas, e diferenças de taxas entre compras e vendas apuradas em operações de câmbio (taxas livres).

Nota 27 Outras receitas/despesas operacionais

	31.12.2017	31.12.2016
Outras receitas operacionais	148.903	314.374
Recuperação de encargos e despesas	20.440	24.597
Reversão de provisões operacionais	21.299	31.815
Reversão de provisão de CSLL	-	118.015
Atualização sobre depósito judicial	38.645	60.643
Reversão de provisões operacionais - FCVS	63	5.530
Ressarcimento de despesas administrativas	5.805	6.520
Litígios trabalhistas	25.920	12.682
Outros litígios	8.686	10.769
Atualização de tributos	1.967	1.491
Outras	26.078	42.313
Outras despesas operacionais	(241.704)	(280.661)
Litígios trabalhistas	(8.138)	(23.646)
Atualização Monetária	(38.814)	(66.233)

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas convênios	(27.408)	(25.691)
Outros litígios	(9.249)	(7.933)
Tarifas ressarcidas	(190)	(8.753)
Perdas com FCVS - Diferença de taxas	(8.522)	(4.902)
Ressarcimento - Custo de operações de cobrança	(4.279)	(4.895)
Prejuízos/Perdas/Fraudes	(12.579)	(5.116)
Processamento de cartões	(445)	(9.007)
Bonificação	(7.814)	(6.282)
Despesas com cobrança	(11.914)	(9.478)
Taxa de serviços	(31.198)	(12.538)
Ganhos com ativos não financeiros	-	(779)
Outras despesas	(66.612)	(95.408)
IRPJ Riscos fiscais	(14.542)	-
Total	(92.801)	33.714

Nota 28 Depreciação e amortização

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de depreciação de imóveis	(4.034)	(670)
Despesas de depreciação de outras imobilizações	(10.330)	(13.334)
Depreciação leasing	(1.755)	(3.509)
Despesas de amortização	(33.991)	(25.512)
Total	(50.110)	(43.025)

Nota 29 Despesas administrativas

a) Despesas de pessoal

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de pessoal - benefícios	(109.148)	(107.092)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(234.145)	(249.072)
Despesas de pessoal - proventos	(481.690)	(505.218)
Despesas de pessoal - treinamento	(3.113)	(2.183)
Despesas de honorários	(9.767)	(9.040)
Despesas com remuneração de estagiários	(6.030)	(6.246)
Despesas com participação no lucro	(47.118)	(38.072)
Total	(891.011)	(916.923)

b) Despesas tributárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos sobre serviços - ISS	(14.310)	(12.905)
Contribuição ao COFINS	(98.041)	(91.758)
Contribuição ao PIS/PASEP	(16.526)	(15.355)
Outras	(12.979)	(11.985)
Total	(141.856)	(132.003)

c) Outras despesas administrativas

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas água, energia e gás	(8.659)	(9.073)
Despesas de aluguéis	(20.259)	(19.227)
Despesas de comunicações	(6.347)	(6.971)
Despesas manutenção e conservação de bens	(10.799)	(8.699)
Despesas de processamento de dados	(165.183)	(149.512)

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas propaganda e publicidade	(34.203)	(41.398)
Despesas de serviços de terceiros	(72.477)	(91.866)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(31.827)	(34.089)
Despesas de serviços técnicos especializados	(8.578)	(8.324)
Despesas de transportes	(5.446)	(8.738)
Outras despesas administrativas	(38.667)	(26.444)
Total	(402.445)	(404.341)

Nota 30 Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes do IR e CSLL antes da participação nos lucros	343.029	195.853
(-) Participação nos lucros	(47.117)	(38.072)
(+) Adição	913.706	1.387.612
Permanente	85.644	19.186
Outras adições	85.644	19.186
Não permanente	828.062	1.368.426
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	665.371	1.172.795
Provisão para contingências	16.021	94.167
Provisão para PDVI	10.493	14.902
Provisão para Perdas c/ FCVS	8.522	-
Previdência Complementar	29.571	-
IRPJ/Riscos Fiscais	14.542	-
Outras adições	83.542	86.562
(-) Exclusão	(945.676)	(1.484.757)
Permanente	(87.229)	(161.462)
Rev. Prov. CSLL de Período Anterior	(1)	(118.015)
Outras exclusões	(3.778)	(1.447)
Juros sobre o capital próprio	(83.450)	(42.000)
Não permanente	(858.447)	(1.323.295)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(663.860)	(1.042.676)
Provisão de contingências	(74.916)	(96.062)
Provisão de PDVI	(10.493)	(14.902)
Previdência Complementar	(21.150)	-
Perdas/reversão com FCVS	(63)	(139.504)
Outras exclusões	(87.965)	(30.151)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	263.942	60.636
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(22.520)	(2.294)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	241.422	58.342
Imposto de renda à alíquota 15%	(36.213)	(25.841)
Imposto de renda adicional 10%	(24.028)	(17.126)
(-) Incentivos fiscais	3.355	1.050
(+/-) Ajustes despesa IR/exercícios anteriores	101	(30)
Despesa com IR à alíquota de 25%	(56.785)	(41.947)
Provisão para IRPJ – valores diferidos	(2.253)	(12.306)
Total IRPJ	(59.038)	(54.253)
Ativo fiscal diferido - IRPJ	(11.532)	36.385
Base de cálculo antes da compensação de base negativa	272.852	59.171
(-) Compensação de base negativa	(32.847)	(2.232)
(=) Base de cálculo da CSLL	240.005	56.939
Valor da CSLL	(42.341)	(28.406)
(+/-) Ajuste de CSLL período anterior	40	(16)
Despesa com CSLL	(42.301)	(28.422)
Provisões para CSLL – Valores diferidos	(1.351)	(7.384)

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Total CSLL	(43.652)	(35.806)
Ativo fiscal diferido	(9.737)	28.264
Ativo fiscal diferido – IRPJ + CSLL	(21.269)	64.649
IRPJ e CSLL	(123.959)	(25.410)

b) Alíquotas efetivas de imposto de renda e da contribuição social

	31.12.2017	31.12.2016
Lucros antes da tributação	343.029	195.853
Imposto de renda	(56.785)	(41.947)
Alíquota efetiva de imposto de renda	16,55%	21,42%
Contribuição social	(42.301)	(28.422)
Alíquota efetiva de contribuição social	12,33%	14,51%

Nota 31 Segmentos operacionais

Para fins de apresentação considera-se como componente de uma entidade, conforme IFRS 8, um segmento operacional:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas;
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras operacionais estejam disponíveis.

O Conglomerado BRB considera como segmento operacional a natureza do ambiente observando sua atuação no mercado e com base na avaliação de desempenho e tomada de decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

As operações ativas e passivas e os resultados do Conglomerado BRB estão concentrados na região geoeconômica do Distrito Federal, assim a Administração não apresenta nesse relatório a segregação dos ativos, dos passivos e do resultado de acordo a região geográfica.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: intermediação financeira banco múltiplo e financeira, administração de recursos de terceiros e seguros e ativos e operadora de cartões de crédito.
 Intermediação financeira

A intermediação financeira compreende o resultado mais significativo, com grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição.
 Administração de recursos de terceiros

A administração de recursos de terceiros opera com os serviços de aplicação de recursos, de custódia de títulos e valores mobiliários e de administração de fundos.
 As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação de serviços de administração e a custódia de títulos e valores mobiliários.

Administração de recursos de seguros e de ativos

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

A administração de seguros opera com corretagem e administração de carteiras de seguros de veículos, de residências, de vida entre outros. A administradora de ativos em tem como objeto títulos de capitalização, cobrança, gestão e securitização de ativos, financeiros ou não, de bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamentos e investimentos, caixas econômicas, administradoras de cartão de crédito, de créditos da Fazenda Pública, Federal, Estaduais ou Distrital, serviços de Atendimento a Clientes - SAC, Teletendimento, Telemarketing, Call Center e Consultoria no Desenvolvimento de Sistemas de Informática.

Operadora de cartões de créditos

Operadora de cartões de créditos compreende a administração e comercialização de cartões de crédito. Oferece soluções financeiras, corporativos, institucionais e investidores privados possibilitando transações globais e trazendo inovações ao processo de pagamentos, tornando as operações comerciais mais rápidas, mais seguras e mais valiosas a todos os participantes.

a) Demonstração do resultado por segmento operacional do exercício de 2017

	Intermediação financeira						
	Banco Múltiplo	Financeira	Administração de Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado	Operadora de Cartões de crédito	Eliminações	Total
Receitas da intermediação financeira	2.440.120	264.284	1.067	9.346	187.227	(151.433)	2.750.611
Operações de crédito	2.095.990	264.284	171	-	154.232	(2.066)	2.512.611
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	310.357	-	896	9.346	32.995	(149.367)	204.227
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.902	-	-	-	-	(1.902)	-
Resultado de operações de câmbio	16.097	-	-	-	-	(12.673)	3.424
Resultado de aplicações compulsórias	15.774	-	-	-	-	14.575	30.349
Despesas da intermediação financeira	(1.150.537)	(114.000)	-	-	(37.034)	153.952	(1.147.619)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.289.583	150.284	1.067	9.346	150.193	2.519	1.602.992
Outras receitas/Despesas operacionais	(1.012.863)	(48.193)	3.090	44.953	(73.074)	(126.759)	(1.212.846)
Receitas de prestação de serviços	23.195	1.207	19.812	121.730	38.733	(20.185)	184.492
Rendas de tarifas bancárias	162.007	7	-	-	23.361	(26.951)	158.424
Despesas de pessoal	(763.114)	(1.415)	(1.483)	(47.018)	(30.864)	1	(843.893)
Outras despesas administrativas	(408.188)	(22.935)	(14.167)	(12.204)	(15.942)	15.555	(457.881)
Depreciação e amortização	(50.110)	(4)	(2.389)	(1.801)	(16.653)	54.304	(16.653)
Despesas tributárias	(103.038)	(6.967)	-	(13.732)	(23.713)	5.594	(141.856)
Resultado de participações em coligadas e controladas	103.045	37	1.576	-	34.153	(138.811)	-
Outras receitas operacionais	162.988	973	(236)	2.003	27.450	(49.382)	143.796
Outras despesas operacionais	(136.658)	(19.096)	-	(4.025)	(109.571)	33.447	(235.903)
Resultado não operacional	(2.990)	-	(23)	-	(28)	(331)	(3.372)
Resultado bruto antes da tributação sobre o lucro e as participações	276.720	102.091	4.157	54.299	77.119	(124.240)	390.146
Imposto de renda e		(40.443)	(1.884)	(16.477)	(18.058)	(9.550)	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	Intermediação financeira		Administração de Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado	Operadora de Cartões de crédito	Eliminações	Total
	Banco Múltiplo	Financeira					
contribuição social	(37.547)						(123.959)
Participação no lucro	(38.716)	(335)	(227)	(3.649)	(4.211)	21	(47.117)
Não controlador	-	-	-	-	-	(18.613)	(18.613)
Lucro Líquido	200.457	61.313	2.046	34.173	54.850	(152.382)	200.457
JCP	83.451						83.451

b) Demonstração do resultado por segmento operacional do exercício de 2016

	Intermediação financeira		Administração de		Operadora de Cartões de crédito	Eliminações	Total
	Banco Múltiplo	Financeira	Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado			
Receitas da intermediação financeira	2.645.393	240.602	8.067	11.936	214.223	(188.070)	2.932.151
Operações de crédito	2.195.952	240.525	-	-	177.329	-	2.613.806
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	418.743	77	11.968	11.936	36.895	(191.972)	287.647
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	58	-	(3.901)	-	-	3.901	58
Resultado de operações de câmbio	3.252	-	-	-	-	-	3.252
Resultado de aplicações compulsórias	27.388	-	-	-	-	-	27.388
Despesas da intermediação financeira	(1.589.310)	(171.594)	(94)	-	30.794	133.839	(1.596.365)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.056.083	69.008	7.973	11.936	245.017	(54.231)	1.335.786
Outras receitas/Despesas operacionais	(949.717)	(45.047)	2.882	43.719	(91.745)	(61.953)	(1.101.861)
Receitas de prestação de serviços	26.296	1.134	19.968	122.335	38.010	(24.662)	183.081
Rendas de tarifas bancárias	138.811	6	-	-	21.465	(1.408)	158.874
Despesas de pessoal	(801.361)	(763)	(1.171)	(42.542)	(33.014)	-	(878.851)
Outras despesas administrativas	(397.971)	(17.851)	(12.432)	(16.471)	(19.941)	34.722	(429.944)
Depreciação e amortização	(36.619)	(2.833)	(2.574)	(1.498)	(15.658)	16.157	(43.025)
Despesas tributárias	(91.710)	(4.299)	(2.593)	(13.055)	(20.346)	-	(132.003)
Resultado de participações em coligadas e controladas	87.509	68	-	-	33.760	(121.337)	-
Outras receitas operacionais	291.808	9.308	2.433	2.074	49.850	(45.296)	310.177
Outras despesas operacionais	(154.600)	(29.697)	(749)	(7.124)	(145.870)	79.870	(258.170)
Resultado não operacional	(11.880)	(120)	-	-	-	-	(12.000)
Resultado bruto antes da tributação sobre o lucro e as participações	106.366	23.961	10.855	55.655	153.272	(116.184)	233.925
Imposto de renda e contribuição social	64.469	(10.817)	(5.964)	(18.491)	(32.056)	(22.551)	(25.410)
Participação no lucro	(30.250)	(150)	(308)	(3.405)	(3.959)		(38.072)
Não controlador	-	-	-	-	-	(29.858)	(29.858)
Lucro Líquido	140.585	12.994	4.583	33.759	117.257	(168.593)	140.585
JCP	42.000	-	-	-	-	-	42.000

c) Saldos dos ativos e passivos por segmento operacional do exercício de 2017

	Intermediação financeira	Administração de			
--	--------------------------	------------------	--	--	--

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	Banco Múltiplo	Financeira	Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado	Operadora de Cartões de crédito	Eliminações	Saldo Final
ATIVO							
Caixa e equivalentes de caixa	2.323.976	1.817	101	640	1.647	(985.901)	1.342.280
Reservas no Banco Central do Brasil	583.445	-	-	-	1.411	-	584.856
Ativos financeiros para negociação	-	-	-	115.143	441.787	(483.184)	73.746
Ativos financeiros disponíveis para venda	954.621	-	42.910	-	-	(3.083)	994.448
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	327.468	359	12.244	-	1.464	-	341.535
Empréstimos e adiantamentos	7.417.246	1.124.238	-	-	403.376	-	8.944.860
Participações em coligadas e controladas	476.307	505	6.037	5.181	-	(488.030)	-
Ativos tangíveis	62.811	13	10	2.633	15.213	(14.036)	66.644
Ativos intangíveis	152.415	-	-	-	27.051	(21.039)	158.427
Créditos tributários	601.516	32.116	2.627	-	34.440	(57.544)	613.155
Outros ativos	1.018.440	6.522	6.139	15.437	18.247	(902)	1.063.883
Total dos ativos	13.918.245	1.165.570	70.068	139.034	944.636	(2.053.719)	14.183.834
PASSIVO							
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.342.582	988.795	-	-	-	(1.358.180)	10.973.197
Depósitos	10.204.430	988.795	-	-	-	(1.359.511)	9.833.714
Dívidas subordinadas	626.035	-	-	-	-	-	626.035
Outros passivos financeiros	512.107	-	-	-	-	1.341	513.448
Provisões	49.914	146	-	-	2.019	490.225	542.304
Passivos fiscais	48.078	31.811	3.271	-	3.111	-	86.271
Outras obrigações	1.149.155	16.023	9.396	51.791	533.783	(646.270)	1.113.878
Patrimônio Líquido	1.328.526	128.795	57.401	87.243	405.723	(679.162)	1.328.526
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	139.658	139.658
Total dos passivos	13.918.245	1.165.570	70.068	139.034	944.636	(2.053.719)	14.183.834

d) Saldos dos ativos e passivos por segmento operacional do exercício de 2016

	Intermediação financeira		Administração de				
	Banco Múltiplo	Financeira	Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado	Operador a de Cartões de crédito	Eliminações	Saldo Final
ATIVO							
Caixa e equivalentes de caixa	611.107	818	8.643	3.121	808	(2.825)	621.672
Reservas no Banco Central do Brasil	351.746	-	-	-	422	-	352.168
Ativos financeiros para negociação	-	-	41.036	112.805	349.130	(391.236)	111.735
Ativos financeiros disponíveis para venda	865.109	-	-	-	-	-	865.109
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	395.247	90	11.124	542	1.026	-	408.029
Empréstimos e adiantamentos	8.931.771	1.232.251	-	-	426.872	(1.010.638)	9.580.256

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	Intermediação financeira		Administração de		Operador a de Cartões de crédito	Eliminações	Saldo Final
	Banco Múltiplo	Financeira	Recursos de terceiros	BRB Corretora Consolidado			
Participações em coligadas e controladas	431.101	554	-	-	94.404	(526.059)	-
Ativos tangíveis	71.859	6	12	5.418	6.739	-	84.034
Ativos intangíveis	109.273	-	-	2.161	35.801	35.305	111.930
Créditos tributários	565.942	19.673	3.096	3.247	25.685	(51.295)	566.348
Outros ativos	982.535	19.183	6.751	8.156	5.533	(56.058)	966.100
Total dos ativos	13.315.690	1.272.575	70.662	135.450	946.420	(2.073.416)	13.667.381
PASSIVO							
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.049.050	1.156.632	-	-	-	(1.564.585)	10.641.097
Depósitos	9.590.983	1.156.632	-	-	1.480	(1.566.287)	9.182.808
Dívidas subordinadas	559.198	-	-	-	-	-	559.198
Outros passivos financeiros	899.182	-	-	-	-	(91)	899.091
Provisões	528.186	1.284	3.268	3.535	3.420	-	539.693
Passivos fiscais	30.956	2.175	6.628	3.197	8.112	(3.525)	47.543
Outras obrigações	581.626	8.933	4.734	34.314	429.750	(33.440)	1.025.917
Patrimônio Líquido	1.125.559	103.551	56.032	94.404	503.658	(614.365)	1.268.839
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	144.292	144.292
Total dos passivos	13.315.690	1.272.575	70.662	135.450	946.420	(2.073.416)	13.667.381

Nota 32 Patrimônio líquido

	31.12.2017	31.12.2016
Capital social	860.500	860.500
Aumento de capital	39.500	39.500
Reservas de lucro	602.818	532.751
Outros resultados abrangentes	(174.292)	(163.912)
Patrimônio Líquido	1.328.526	1.268.839

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas em 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais têm direito a pelo menos 10% (dez por cento) a mais de dividendos em relação às ações ordinárias.

Não houve movimentação de ações em circulação.

b) Reservas

- Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal (-), limitado a 20% (vinte por cento) do Capital Social.
- Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do Capital Social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

1. Equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;
2. Equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
3. Decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.
 - Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do Capital Social.

c) Dividendos

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 os acionistas têm direito a receber, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em BRGAAP de cada exercício a título de dividendos. As ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendos, por ação ordinária, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à cada ação ordinária.

d) Dividendos/juros sobre Capital Próprio Líquido por ação

Classes	Qtde. Ações	31.12.2017		31.12.2016	
		Dividendos/Lote mil ações	Total	Dividendos/Lote mil ações	Total
Ações ordinárias	28.014.650	2,665934	74.685	1,286115	36.031
Ações preferenciais	8.290.000	2,932528	23.310	1,414775	11.728
Total de ações	36.304.650		97.995		47.759

O valor dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2017 foi de R\$ 83.451 (R\$ 42.000 em 2016), calculado com base na Lei n.º 9.249/1995 proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 37.553 (R\$ 18.900 em 2016) e encontra-se registrado na rubrica "Sociais e Estatutárias".

Em 04.05.2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, distribuição de dividendos complementares do exercício de 2016 no montante de R\$ 47.627, que correspondem a R\$ 1,2825 por ação ON e R\$ 1,4108 por ação PN.

e) Lucro Líquido por ação

31.12.2017		31.12.2016	
Composição acionária	Composição acionária	Composição acionária	R\$/Lt. mil
36.304.650	5,52152	36.304.650	3,64760

O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação dada a ausência de potenciais diluidores.

Nota 33 Gerenciamento de riscos (informações não auditadas)

I – Gestão corporativa

A governança corporativa da Instituição, pautada nas melhores práticas de mercado, gerencia os seus riscos institucionais e o capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Executivos específicos, que se reportam à Alta Administração e possuem abrangência sobre todas as empresas subsidiárias integrais do BRB.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

1. Comitê de Risco de Mercado e Liquidez e de Gerenciamento de Capital (COMRM):

Coordenado pelo Superintendente de Risco Institucional. Sua responsabilidade principal é avaliar, monitorar, gerir e aprovar parâmetros e critérios relacionados aos riscos de mercado e de liquidez, bem como as atividades relacionadas ao Capital.

2. Comitê de Risco de Crédito:

Coordenado pelo Superintendente de Risco Institucional. Tem por objetivo apoiar a Alta Administração no processo decisório das matérias pertinentes ao Risco de Crédito. Avalia e monitora volume das carteiras, modelos e indicadores de gestão, além de aprovar manuais, critérios e parâmetros relacionados ao crédito e risco de crédito.

3. Comitê de Risco Operacional e de Controles Internos (COMRO):

Coordenado pelo Superintendente de Controladoria e Controle Interno. Tem como objetivo zelar e fazer cumprir as estratégias para a gestão dos riscos operacional, reputacional e de imagem, socioambiental, controles internos e da conformidade, bem como prestar apoio à gestão dos negócios por meio da avaliação e do monitoramento dos riscos e dos controles.

II – Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional do gerenciamento do risco do Conglomerado Prudencial BRB, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna, é compatível com a exposição ao risco das suas operações e composta por Comitês Executivos que subsidiam a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas.

O BRB conta com estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

À Superintendência de Risco Institucional – Suris, vinculada diretamente à Diretoria de Risco e Controladoria do Banco de Brasília S.A., atua na identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos financeiros e não financeiros, inclusive daqueles associados às empresas integrantes do Conglomerado Prudencial do BRB. As gerências que compõem a SURIS atuam na gestão dos riscos operacional, socioambiental, reputacional e de imagem, de mercado, de liquidez e de crédito, e ainda no gerenciamento do capital. É feito o monitoramento dos riscos inerentes aos negócios da organização e a apuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos identificados, de forma a atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e subsidiar a definição das estratégias da instituição. São considerados também os riscos relacionados a serviços terceirizados e as ações necessárias para a aculturação do corpo funcional em relação à prevenção dos riscos geridos, com o intuito de minimizar prejuízos financeiros e de imagem ao BRB.

O organograma e o detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos pode ser consultado no site de Relações com Investidores do BRB - Relatório de Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e Alocação de Capital ou através do link:

http://ri.brb.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=56954

III – Gerenciamento de riscos

1. Risco de crédito

1.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito:

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

O risco de crédito nasce da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A gestão do risco de crédito do Conglomerado BRB é realizada de forma consolidada (identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados). Para as demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial BRB, o risco de crédito é identificado e acompanhado conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009.

O processo de gerenciamento de risco de crédito no Conglomerado Prudencial BRB é constituído pelas seguintes atividades:

- Elaboração e apresentação ao Comitê de Risco de Crédito – COMRC de relatórios gerenciais contendo análises acerca das carteiras de crédito do Conglomerado Prudencial BRB, inferindo sobre a qualidade e evolução dos níveis de crédito concedido, inadimplência e provisão, o monitoramento da recuperação, do prejuízo, bem como a composição dos maiores devedores e as concentrações por setor econômico;
- Acompanhamento da evolução das exposições ao risco de crédito pelo Comitê de Risco de Mercado e Liquidez e de Gerenciamento de Capital - COMRM, propondo medidas para redução e mitigação do risco de crédito, buscando o equilíbrio do Índice de Basileia da Instituição;
- Utilização de modelos internos de *Credit Scoring* para classificação do risco das operações de crédito que utiliza regressões logísticas binomiais, sendo os menores escores atribuídos às operações de maior probabilidade de descumprimento e os maiores escores às operações de menor probabilidade de descumprimento. Esses escores são convertidos nas classificações de provisão estipuladas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 a partir da sua distribuição em função da expectativa de inadimplência do produto ou carteira.
- Também são utilizados modelos estatísticos para a classificação do cliente pessoa física e pessoa jurídica. Este modelo classifica o cliente em quatro níveis de risco e define os limites de crédito global de pessoa física e pessoa jurídica;
- Atribuição de três limites de risco ao valor da exposição do cliente, o Limite de Crédito Global – LCG, o Limite de Crédito por Modalidade – LCM e o Limite de Crédito por Produto – LCP. O LCG tem por objetivo determinar o máximo valor de exposição ou risco que o Banco deseja correr com determinado cliente. O LCM determina o valor máximo de exposição ou risco por modalidade (Parcelado, Rotativo e Antecipação) que o Banco deseja correr com determinado cliente. E o LCP visa estipular o limite máximo de crédito em função das características negociais do produto;
- Acompanhamento do histórico de prejuízo das operações de crédito e das recuperações de crédito. O prejuízo e as recuperações são monitorados mensalmente por carteira e de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial BRB. Os dados são divulgados por meio de relatórios gerenciais que são submetidos à apreciação mensal do Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Acompanhamento dos limites de risco de crédito definidos pelo Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Análise de todos os produtos em criação no âmbito do Conglomerado BRB, verificando o impacto no risco de crédito, tanto do ponto de vista dos limites internos definidos quanto da alocação de capital;
- Análise e discussão das alterações da modelagem para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no Comitê de Risco de Crédito – COMRC;
- Mensuração adequada do risco de crédito de contraparte advindo de instrumentos financeiros derivativos e demais instrumentos financeiros complexos;

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

- Estimação das perdas associadas ao risco de crédito e realização de *backtesting* para comparação, por safra, dos valores estimados das perdas (perdas prováveis) com as perdas efetivamente observadas.

1.2. Gestão e Apuração do Risco de Crédito:

O BRB, com vocação predominante de Banco de varejo, em dezembro de 2017, apresentou a seguinte composição por Segmento, conforme ilustrado nos gráficos (gráfico 1) a seguir:

Gráfico 1

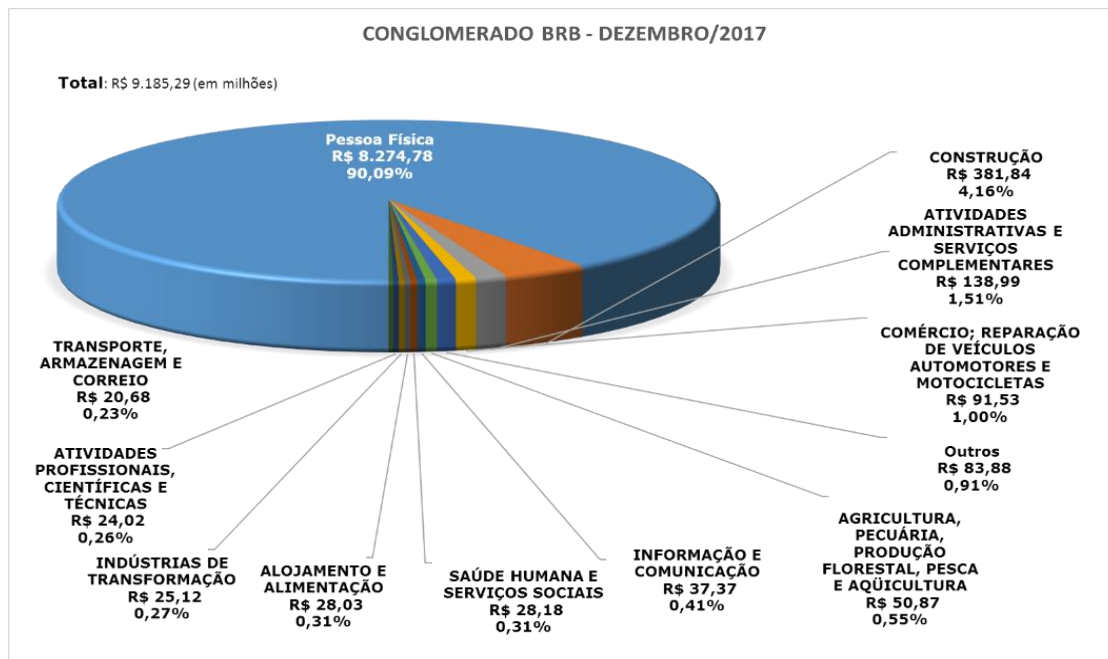
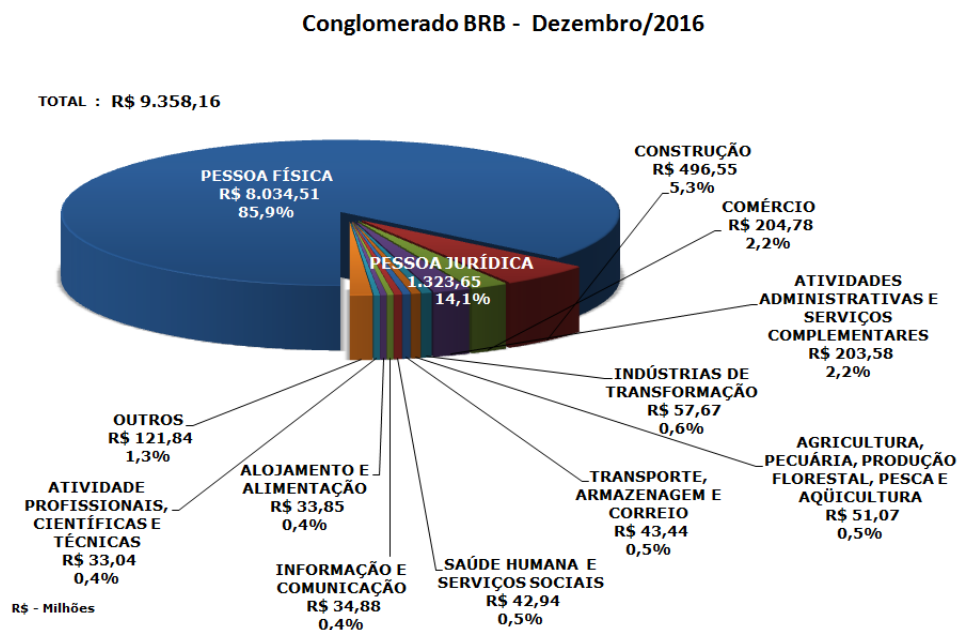


Gráfico 2



BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Nota-se que o crédito destinado às pessoas físicas representou 90,09% do estoque de crédito, com crescimento, em 12 meses, de 4,19 p.p na participação da carteira de crédito total do Conglomerado Financeiro BRB, enquanto o segmento pessoa jurídica representou 9,91%.

No segmento PF, o crédito consignado, no âmbito do GDF (BRB Serv. Consignado), mediante averbação em folha de pagamento, correspondeu a 40,80% (R\$ 3,376,18 milhões) e 36,76% de todo o estoque de crédito do BRB.

1.2.1. Carteiras de Crédito:

As áreas responsáveis pela gestão das carteiras de crédito são a SUFEM - Superintendência de Financiamentos e Empréstimos e a SUDES - Superintendência de Desenvolvimento, sendo que os principais procedimentos de controle de riscos são gerenciar o desenvolvimento, desempenho e suporte operacional dos produtos de crédito, por meio de elaboração de manuais e parametrização de sistemas sob sua gestão em conformidade com o Planejamento Estratégico e Política de Crédito do BRB.

Em dezembro de 2017, a Carteira Comercial participava com 66,86% do Crédito total do Conglomerado Financeiro BRB e em dezembro de 2016 a concentração ficou em 70,6%. Em 12 meses, nota-se a retração 3,74 p.p. de sua representatividade.

Gráfico 3

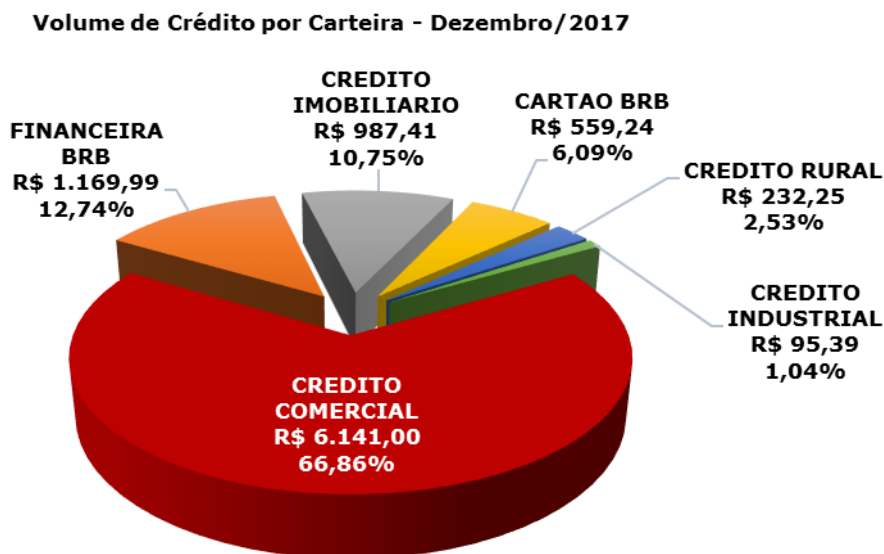
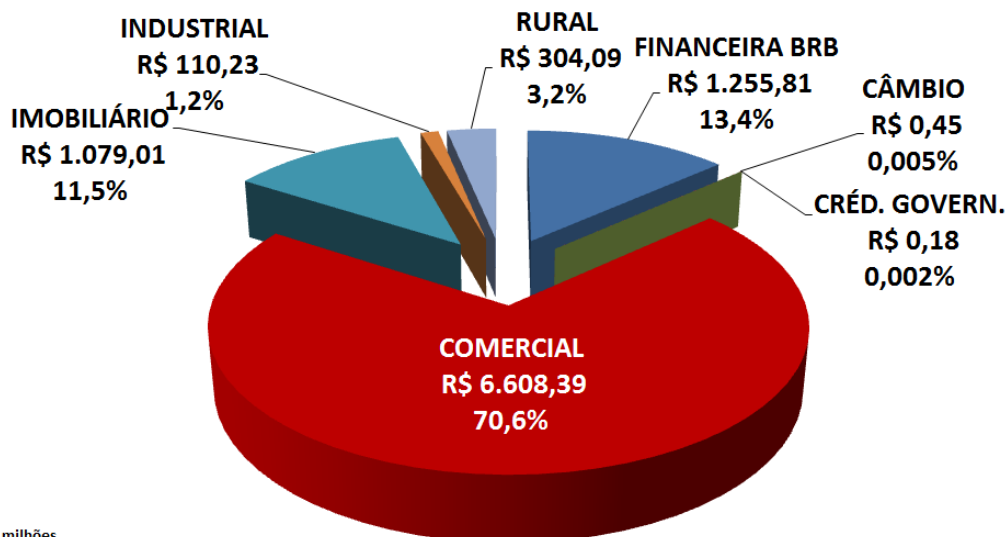


Gráfico 4

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Volume de Crédito por Carteira - Dezembro/2016

Total: R\$ 9.358,16



No segmento Pessoa Física, os convênios para concessão de empréstimo sob consignação em folha de pagamento são de responsabilidade da Gerência de Pessoa Física (Gepef) subordinada à Superintendência de Financiamentos e Empréstimos (Sufem). Consta em cláusula dos convênios que, ocorrendo o descumprimento, por parte do conveniente, de qualquer cláusula ou condição estipulada em convênio, assim como irregularidades nos recolhimentos efetuados, a concessão de novos empréstimos estará automaticamente suspensa, ficando o restabelecimento do convênio a critério do BRB.

Como regra, na concessão do crédito é analisada a situação econômico-financeira do cliente, verificando-se a necessidade de agregar garantias (fidejussórias ou reais) às operações de crédito. Sendo assim, as garantias são avaliadas gerencialmente na concessão da operação por seu grau de liquidez. Quanto à suficiência, o nível de cobertura dos contratos e carteiras de crédito é controlado automaticamente obedecendo o percentual mínimo fixado pelo Banco ou para cada produto de crédito quanto a garantias exigidas para uma determinada operação, sendo tais parâmetros definidos nos manuais de produtos. O Sistema de Garantias tem como objetivo centralizar o cadastramento e manutenção dos dados e informações de todas as garantias oferecidas pela clientela do Banco.

O controle das garantias é feito de forma automática e segregada, por meio do Sistema de Garantias disponível na Base Única de Contratos. Etapas: a parametrização das regras é realizada pela Gerência de Controle e Monitoramento de Políticas de Crédito; o Ponto de Atendimento detentor da conta corrente é responsável pelo registro dos bens na base de dados e pela vinculação desses à proposta de negócio, diretamente no Sistema de Gestão de Crédito; a avaliação da garantia fica a cargo da Gerência de Engenharia e Manutenção, sem vínculo à área de negócio; a contabilidade é feita de forma integrada ao Sistema Contábil do Banco; e quando da retomada do bem em processo judicial, o cadastramento e controle está sob a responsabilidade da Gerência de Serviços Gerais. Para o gerenciamento, ficam disponíveis consultas on-line e relatórios.

A liberação dos recursos está normatizada nos Manuais das Carteiras, que obedece às linhas gerais da Política Geral de Crédito e Manual de Gestão de Crédito. As Propostas de Negócios de PJ com valores iguais ou superiores a R\$20 mil e de PF, clientes espontâneos, de valores iguais ou superiores a R\$10 mil são formalizadas pela Ceser - Coordenadoria de Serviços de Retaguarda.

O monitoramento está sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito - Sucre, acompanhando o comportamento de clientes e de operações de crédito, em suas respectivas carteiras, realizando estudos que subsidiam a tomada de decisão do Comitê de Risco de Crédito - COMRC.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

1.2.2. Carteira Imobiliária:

Nesta carteira, que em 12/2017, representou 10,75% de todo o estoque de crédito do Conglomerado BRB, com redução, em 12 meses, de 0,75 p.p na sua representatividade. Todos os produtos respeitam a seguinte regra interna do Manual de Crédito Imobiliário, "Nos produtos destinados à aquisição e construção de unidades residenciais e comerciais, a operação de financiamento imobiliário, seja enquadrada dentro ou fora do Sistema Financeiro da Habitação – SFH terá como garantia a alienação fiduciária ou hipoteca do imóvel a ser financiado". Dessa forma, os financiamentos imobiliários são garantidos pelo instituto da alienação fiduciária ou pela hipoteca em 1º grau, com a aplicação da Consolidação de Propriedade ou retomado do imóvel em caso de inadimplência (Lei 9.514/97 e Dec. Lei 70/66). Dentro das características de cada produto, há um limite máximo para o valor do imóvel financiado, bem como um limite máximo para concessão do financiamento, respeitando-se um percentual que varia de 60% a 90% do valor de avaliação ou da venda do bem, o que for menor, levando-se em conta também o tipo de pessoa, física ou jurídica.

O produto Plano Empresário, representando 20,63% do crédito da carteira Imobiliária, em 12/2017, apresenta características próprias, quais sejam:

Financiamento a empresas do ramo da construção civil para produção de unidades habitacionais ou comerciais, observados os critérios estabelecidos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH, Taxa de Mercado, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, previstos nas legislações vigentes.

São beneficiárias as Pessoas jurídicas, correntistas do Banco que possuem capacidade econômico-financeira comprovada, compatível com o tipo e o valor do empreendimento, objeto do financiamento, devendo apresentar prova de atuação no ramo da construção civil.

Em se tratando de incorporador, é necessária a apresentação de contrato de construção da obra por empreitada, que está sujeito à aprovação do BRB. O limite do financiamento poderá ser de até 80% do valor do custo da obra.

1.2.3. Carteira Comercial:

Em dez/2017, na Carteira Comercial, a mais representativa do Conglomerado BRB (66,86% dos empréstimos), o segmento Pessoas Físicas, representou 90,83% de todo o estoque de crédito da Carteira, enquanto que Pessoas Jurídicas, respondeu por 9,17%, conforme Tabelas a seguir:

Carteira Comercial - 12/2017	
Pessoa Física	
Crédito (milhões)	% Participação no Crédito
R\$ 5,578,01	90,83

Carteira Comercial - 12/2017	
Pessoa Jurídica	
Crédito (milhões)	% Participação no Crédito
R\$ 562,99	9,17

Tabela 1

Verifica-se que o seu maior produto é o BRB Serv, produto consignado, o qual representou em dez/2017, 54,98% da Carteira, cuja a liberação é realizada mediante averbação em folha de pagamento, de acordo com convênio celebrado entre o órgão conveniente (GDF) e o BRB, e monitorado permanentemente pela área gestora do produto.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Com respeito às garantias, o Manual de Produtos de Crédito da Carteira Comercial prescreve: *"Todas as operações devem ser lastreadas por Garantias que assegurem a plena liquidação do principal e dos Encargos financeiros e despesas que o Banco tiver para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório com as preferências estabelecidas na legislação em vigor."*

Os empréstimos podem ser lastreados - isolada ou conjuntamente - por Garantias:

- *Reais: hipoteca, penhor e alienação fiduciária;*
- *Pessoais: aval e fiança.*

No segmento PJ, as concessões exigem no mínimo o aval dos sócios, que mitigam o risco de crédito, podendo ser exigido a constituição das garantias reais acima descritas. As garantias reais devem ser suficientes para amparar o saldo devedor da operação, obedecido o percentual mínimo de 130%.

1.2.4. Carteira Industrial:

A Carteira Industrial, em dezembro de 2017, representou apenas 1,04% do Conglomerado Financeiro BRB.

Os recursos da Carteira de Crédito Industrial, oriundos de repasses do BNDES e FCO, têm por objetivo proporcionar o financiamento de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social da região. O conjunto de orientações essenciais ao desenvolvimento das atividades operacionais está contido no Manual da Carteira de Crédito Industrial.

Respeitados os percentuais de apoio previstos em cada linha de crédito, as garantias reais devem observar o percentual desejável de 130% do financiamento. Além das garantias reais e pessoais, os financiamentos às micro e pequenas empresas podem apresentar garantia complementar do Fundo de Aval às micro e pequenas empresas - FAMPE, administrado pelo SEBRAE.

1.2.5. Carteira Rural:

As operações de crédito da Carteira Rural, em dez/2017, representaram 5,53% do Conglomerado Financeiro BRB.

Na Carteira Rural, segundo o seu Manual, as garantias são regidas nos seguintes termos:

Modalidades de Garantia: Alienação fiduciária, aval, fiança, hipoteca, penhor censual e fundo de aval do Distrito Federal- FADF: *"As operações de crédito rural são lastreadas por garantias reais representadas por penhor censual, rural (agrícola ou pecuário), ou mercantil, alienação fiduciária, hipoteca (comum ou censual), seguro rural ou Proagro, ainda por garantias pessoais, representadas por aval ou fiança ou outras que o Conselho Monetário Nacional - CMN admitir."*

De acordo com a finalidade das operações de crédito rural, as linhas de custeio e investimento têm limites fixados de acordo com o porte do produtor rural e suas características. No entanto, para algumas linhas com recursos oriundos do BNDES, o limite de financiamento é de até 100% do item financiável.

1.2.6. Financeira BRB:

Em dezembro de 2017, a Financeira BRB representou 12,74% do estoque de crédito do Conglomerado Financeiro BRB. A expansão dessa Carteira baseia-se na prospecção de clientes espontâneos, direcionando negócios para os servidores públicos da Administração direta e indireta, exceto GDF, alcançando, também, o nicho dos servidores públicos federais, por meio do crédito consignado.

Entre dezembro/2017 e dezembro/2016, nota-se o crescimento da concentração do produto CONSIG PUB FINA. O mesmo é concedido mediante consignação em folha de pagamento.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Financeira BRB	12/2017		12/2016	
Produtos	Crédito (R\$)	%Part. Cred.	Crédito (R\$)	%Part. Cred.
CDCPJ	915.144,28	0,13	1.664.301,56	0,13
CONSIG PUB FINA	1.060.372.224,64	90,63	1.099.991.200,26	87,59
CONSIP	6.331.509,01	0,54	16.751.823,96	1,33
CPVL	297.132,89	0,03	576.893,58	0,05
CREDCH	-	-	3.456,69	0,0003
CREDITO PESSOAL	1.716,61	0	6.265,10	0,0005
CREDTAXI	463.228,47	0,04	693.275,21	0,06
CREDVEICULOS	101.450.873,18	8,67	135.893.200,70	10,82
GIROBRB	158.987,87	0,01	227.199,45	0,02
Total:	1.169.990.816,78	100	1.255.807.616,51	100

1.3. O valor que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito, sem levar em consideração nenhuma garantia detida ou melhoria de crédito:

Em dezembro/2017, a exposição máxima ao risco de crédito correspondeu a R\$ 15.850.476 mil, desconsiderando garantias detidas e mitigadores de risco de crédito.

Conglomerado Prudencial BRB	12/2017
Exposição máxima ao risco de crédito	R\$ 15.850.476

Fonte: Suris/Gepec

Essa exposição, segregada por fator de ponderação de risco (FPR), pode ser observada na tabela abaixo.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA	
FPR	VALOR CONTA
0%	2.662.848
2%	19.493
20%	1.296.707
35%	620.251
50%	388.887
75%	7.962.232
100%	2.705.193
250%	113.410
300%	44.123
1081,08%	309
Não Exposição	37.022
TOTAL	15.850.476

Fonte: Suris/Gepec

Com relação às operações de crédito, a exposição correspondeu a R\$ 8.233.044 mil.

EXPOSIÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
FPR	VALOR CONTA
35%	620.251
50%	133.808
Mit 50%	712.289
75%	6.204.195
100%	562.501
TOTAL	8.233.044

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Fonte: Suris/Gepec

1.4. Em relação ao item anterior, uma descrição das garantias e outras melhorias de crédito:

O Banco utiliza garantias reais e fidejussórias para mitigar o risco das operações de crédito, conforme determinado pelas regras do produto ou pela análise de crédito.

Nos casos de financiamento de bens, como crédito imobiliário, financiamento de veículos e outros, o próprio bem financiado garante a operação. Os principais objetos de garantias aceitos pelo BRB são os seguintes:

- Imóveis urbanos e rurais;
- Penhor de safra;
- Cessão de direitos creditórios;
- Máquinas e equipamentos;
- Veículos.

O BRB SERV. CONSIG., pela própria característica do produto, apresenta baixo índice de inadimplência, 0,62% em 31/12/2017. O estoque de crédito do produto, R\$ 3,34 bilhões em 31/12/2017, representou 55% das operações da Carteira Comercial do Banco, sendo liberado mediante averbação em folha de pagamento, que mitiga consideravelmente o risco, favorecendo assim a melhoria do crédito.

A Instituição também utiliza como instrumentos mitigadores de risco de crédito, acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Resolução 3.263/2005, bem como de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional.

Registra-se também, que a Instituição, no que diz respeito à exposição relativa ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações compromissadas, no final do período em análise, detinha R\$ 482.849 milhões como ativos objeto, em sua totalidade, compostos de títulos públicos federais (NTN-B, LFT e LTN).

Fonte: Suris/Gepec

1.5. Qualidade dos créditos de ativos financeiros que não estão vencidos nem com problemas de recuperação:

	Em R\$ milhões			
	Operações em Curso Normal			
	dez/17	%Participação no Crédito	dez/16	%Participação no Crédito
Operações com atraso	642,69	7%	703,21	7,5%
Operações sem atraso	8.542,60	93%	8.654,95	92,5%
Total	9.185,29	100,0%	9.358,16	100,0%

Em 12 meses, observa-se uma melhora de 0,5 p.p. na qualidade da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial BRB, influenciada, principalmente, por uma política de concessão de crédito mais restritiva e por ações de cobrança.

1.6. Valor contábil de ativos financeiros que, de outro modo, estariam vencidos ou com problemas de recuperação, cujos termos foram renegociados (adimplentes e renegociadas):

Do total de 19 (Dezenove) operações individualmente significativas analisadas, na data-base de 29.12.2017, o valor contábil das operações renegociadas adimplentes totalizou R\$ 32.467.814,88.

Fonte: Surec/Gecat.

1.7. Análise do “aging” (idade) dos ativos financeiros que estejam vencidos no final do período, mas não com problemas de recuperação:

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

No final do exercício de 2017, do total de 19 (dezenove) operações individualmente significativas analisadas, nenhuma apresentou atraso de até 60 dias, conforme o seguinte quadro de “aging” e valores:

	De 01 a 14 Dias	De 15 a 30 Dias	De 31 a 60 Dias
Saldo vencido	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo vincendo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Surec/Gecat.

1.8. Análise dos ativos financeiros que foram determinados individualmente (significativos) com problemas de recuperação no final do período, e os fatores considerados na determinação de ativos com problemas de recuperação:

De acordo com análise individualizada de evidências objetivas de “*impairment*,” na data-base de 29/12/2017, das 19 (dezenove) operações analisadas, identificou-se 3 (três) operações em situação de “*impaired*”, por ter alcançado pontuação mínima para análise, enquadradas em um ou mais dos seguintes quesitos: (a) dificuldade financeira significativa do emissor; (b) quebra de contrato; (c) Concessões feitas do credor ao devedor; (d) com atraso superior a 90 dias e (e) com enquadramento aos critérios de renegociação. Porém, não houve indício de perda efetiva, de acordo com os critérios estabelecidos.

Ressalta-se, que 19 (dezenove) operações foram analisadas individualmente para verificação de evidências de “*impairment*”, considerando os seguintes quesitos:

1) dificuldade financeira significativa do emissor; 2) quebra de contrato; 3) Concessões feitas do credor ao devedor; 4) Desaparecimento de mercado ativo para um ativo financeiro; 5) Operações com atraso superior a 90 dias; 6) Fraude Material; 7) Deterioração de *Rating*; 8) Ressalva em pareceres de auditores internos e externos; 9) Enquadramento aos critérios de renegociação.

Fonte: Surec/Gecat.

1.9. Juros reconhecidos em contratos com redução do valor recuperável registrado:

Na data-base de 29/12/2017, da análise individualizada das evidências objetivas de “*impairment*”, feitas em 19 operações, não foram reconhecidos juros de inadimplência.

Fonte: Surec/Gecat.

2. Riscos de Mercado e de Liquidez

2.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado:

O risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilem em resultado de mudanças nos preços de mercado, conforme definição constante do Apêndice A do IFRS 7. Esse risco abrange a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, o BRB conta com uma Política de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB revisada anualmente após aprovação nas instâncias competentes e no Conselho de Administração. Esse documento define as diretrizes e as estratégias de atuação na gestão do risco de mercado. Além da Política, o Banco dispõe de outras normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento do risco de mercado, como a Política de Alocação de Recursos e o Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

O processo de gerenciamento do risco de mercado envolve diversas áreas. No entanto, a mensuração e o controle desse risco são realizados de maneira centralizada e independente. O processo é aprovado pelas instâncias competentes – chegando ao Conselho de Administração – e é revisado, no mínimo, anualmente.

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de ferramentas como Value at Risk (VaR), Teste de Estresse, Análise de Sensibilidade e Backtesting, além de limites de risco para as carteiras de negociação e bancária. O uso combinado de diversas ferramentas garante a captura de um número maior de cenários e situações, tornando o gerenciamento de risco mais efetivo. Para efeito de gerenciamento de risco, as operações são segregadas em duas carteiras: negociação e bancária.

A carteira de negociação é composta pelas operações para as quais existe intenção de negociação ou de destinação à hedge de outros elementos da carteira e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade. Os instrumentos detidos com intenção de negociação são aqueles destinados à revenda, obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. Os instrumentos não classificados na carteira de negociação constituem a carteira bancária.

Títulos públicos, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras são classificados na carteira de negociação. Já as operações de crédito, depósitos a prazo, depósitos de poupança, letras financeiras, alguns títulos mobiliários e depósitos interfinanceiros, dentre outros papéis, compõem a carteira bancária. As maiores posições nas carteiras bancária e de negociação são majoritariamente suscetíveis às taxas de juros, em razão da concentração de compromissadas, títulos públicos e operações de crédito prefixadas, conforme demonstra a tabela a seguir:

Fator de risco	Negociação	Bancária
Taxas de juros	1.629.354.452,52	1.963.185.614,63
Inflação	13.954.250,83	(35.630.549,61)
Renda variável	21.473.506,65	3.512.873,21
Câmbio	4.944.787,00	-
Total	1.669.726.997,00	1.931.067.938,23

Base: dezembro de 2017.

Fonte: Suris/Gelim

2.2. Análise de Sensibilidade:

2.2.1. Considerações iniciais:

Foi realizada análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, para o Conglomerado BRB. Para realização desta análise, as operações estão segregadas nas carteiras de negociação e bancária (de acordo com as Resoluções CMN n.º 3.464/2007 e nº 4.557/2017, além da Circular BACEN n.º 3.354/2007).

Em 29.12.2017 o BRB não possuía instrumentos financeiros derivativos em seu portfólio.

2.2.2. Metodologia:

Para a análise de sensibilidade foram considerados três cenários, aplicados às carteiras de negociação e bancária. O primeiro cenário foi desenhado pela área de cenários e projeções da Instituição e reflete a projeção do cenário provável para os próximos três meses, na visão da Instituição, com base nas condições de mercado observadas em 29.12.2017. Os cenários II e III são combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial. Para a simulação dos cenários, as curvas de juros, de preços, os índices e as taxas cambiais são estressados conforme orientações da Instrução CVM n.º 475/08.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico – em dezembro de 2017 – foram: Selic a 7% a.a. projetada a 6,75% a.a.; taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 3,30 sem variação; Ibovespa a 76.402

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

pontos projetado a 71.935 pontos; IPCA a 2,95% a.a. projetado a 3,18% a.a. e IGP-M a -0,53% a.a. projetado a 0% a.a.

Cenário II: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes, por fator de risco.

Cenário III: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo, encontram-se, sintetizados, os resultados para a carteira de negociação:

Em milhares de R\$

Exposição Financeira – em R\$			
Fator de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixados	170,55	(1.174,56)	(2.315,66)
Inflação	(3.875,15)	(1.214,78)	(2.284,25)
Renda variável	(1.256,20)	(5.368,38)	(10.736,75)
Câmbio (USD)	-	(915,14)	(1.830,27)
Total	(4.960,80)	(8.672,86)	(17.166,93)

Base: dezembro de 2017.

Fonte: Suris/Gelim

A seguir estão os resultados para a carteira bancária:

Em milhares de R\$

Exposição Financeira – em R\$			
Fator de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixados	39.898,62	(1.143,28)	(511.995,68)
Inflação	(1.560,20)	(1.418,66)	(2.039,28)
Total	38.338,42	(2.561,93)	(514.034,96)

Base: dezembro de 2017.

Fonte: Suris/Gelim

2.3. Análise de vencimento de ativos e passivos (abertura do prazo de vencimento de ativos e passivos) e demonstração do "GAP de liquidez":

A Gestão de Ativos e Passivos (ALM) avalia o risco de liquidez inerente aos descasamentos provenientes do saldo líquido resultante da diferença entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis da Instituição, nos vencimentos superiores a noventa dias. Em outras palavras, o ALM é realizado por meio da identificação e análise dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, em cada vencimento, no longo prazo, detalhando a composição do fluxo de caixa da Instituição, que neste momento, é classificado por prazo, volume, moeda e indexador.

Os cálculos realizados consideram o valor final dos instrumentos financeiros, ou seja, o valor estimado para o vencimento de cada produto ou título no último dia útil de cada mês. As informações obtidas compõem o Relatório Mensal de Gestão de Ativos e Passivos, que é apresentado ao Comitê de Risco de Mercado e Liquidez e de Gerenciamento de Capital (COMRM).

O estudo de ALM pretende subsidiar a tomada de decisão dos administradores caso sejam necessárias providências em relação aos descasamentos estruturais constatados. As principais ferramentas utilizadas nessa avaliação são: a análise do fluxo de caixa contratado (por ativo e passivo, por indexador e por total); a construção e o estudo do fluxo de caixa projetado; a análise da *duration* e a apuração do Índice de Gap,

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

que verifica o nível de descasamento dos ativos e passivos em função do vencimento e possui um limite mínimo de 1,2. Abaixo constam os índices calculados durante todo o ano de 2017:

Índice de Gap						
Mês	janeiro-17	fevereiro-17	março-17	abril-17	maio-17	junho-17
Índice de Gap	2,76	2,83	2,87	2,91	3,01	2,95
Mês	julho-17	agosto-17	setembro-17	outubro-17	novembro-17	dezembro-17
Índice de Gap	3,03	3,10	3,04	3,00	3,09	3,21
Limite	Maior que 1,20					

Fonte: Suris/Gelim

Ressalte-se que, como alguns descasamentos podem não ocorrer efetivamente, também é verificado o fluxo de caixa projetado, a partir da utilização de determinadas premissas, no fluxo de caixa contratado, que minimizam tais discrepâncias.

Em dezembro de 2017, a posição líquida do fluxo de caixa totalizou R\$ 4,73 bilhões. Em relação à posição total, a maior concentração de ativos está no grupo de produtos de crédito e a concentração de passivos está nas captações de CDB e Poupança/Dep. Judicial. No que se refere ao indexador, percebe-se que a maior posição ativa está em prefixados enquanto que os passivos se concentram em CDI/SELIC, refletindo uma característica comum dos agentes de intermediação financeira, que efetuam a captação de terceiros a uma taxa pós-fixada e emprestam a uma taxa prefixada.

2.4. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez:

O risco de liquidez pode ser resumidamente definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Também é mensurada a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em relação ao risco de liquidez, o Banco de Brasília trabalha para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez, de forma a manter os recursos disponíveis em níveis adequados aos compromissos da Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado BRB acompanha, diariamente, a composição dos recursos disponíveis, em cumprimento ao nível mínimo de liquidez, sendo que a gestão é independente e composta por fóruns de discussão sobre o risco de liquidez, quais sejam: Comitê de Risco de Mercado e Liquidez e de Gerenciamento de Capital (COMRM) e Diretoria Colegiada (DICOL).

Para a gestão do risco de liquidez de curto prazo, cujo escopo abrange operações com vencimentos de até 90 (noventa) dias, o Banco segue as diretrizes descritas na Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, executa sempre que necessário os procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez e apura/monitora a Reserva Mínima de Liquidez, a qual representa, no curto prazo, os compromissos da Instituição junto a terceiros. O valor da Reserva Mínima de Liquidez é estabelecido mensalmente e calculado diariamente, para acompanhamento. O Plano, a Política e os controles adotados atendem ao disposto nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e 4.557/2017.

Também é calculado, diariamente, o Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP), o qual mensura a relação entre os Ativos de Liquidez Imediata, compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas, ponderações de ações, e a Reserva Mínima de Liquidez (RML). O ILCP foi desenvolvido com base nas premissas e diretrizes do LCR, indicador do Banco Central utilizado para verificar o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse, no horizonte de 30 dias. Essas verificações são reportadas diretamente à Alta Administração por meio de relatórios diários.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

3. Risco operacional:

O gerenciamento do risco operacional busca mitigar a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos. Inclui-se nesse escopo o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão do risco operacional é realizada por meio de monitoramento e tratamento de eventos potenciais que possam gerar riscos e das causas das perdas já incorridas.

4. Risco Reputacional e de Imagem:

O gerenciamento do risco Reputacional busca monitorar e tratar a ocorrência de eventos que possam comprometer a confiança das partes relacionadas em relação à capacidade do Banco em cumprir sua missão institucional.

5. Risco Socioambiental:

O BRB tem baixa sensibilidade ao Risco Socioambiental em razão, em especial, de sua área e nicho de atuação.

O gerenciamento desse risco objetiva o monitoramento dessa sensibilidade buscando manter o crescimento aliado aos controles exigidos em relação à exposição a esse risco. O risco de crédito associado ao risco socioambiental é monitorado através de limites de exposição.

Nota 34 Gestão do capital

O BRB - Banco de Brasília S.A. gerencia o seu capital regulamentar pautado nas diretrizes do Acordo de Basileia, adotando a Abordagem Padronizada para o cálculo do capital exigido referente ao risco de crédito e mercado e para o risco operacional utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA).

A partir de 1º de janeiro de 2015 teve início a vigência do Conglomerado Prudencial, conceito tratado na Resolução CMN nº 4.280/13.

O Patrimônio de Referência – PR, composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II, com as deduções previstas em norma específica, atingiu o montante de R\$ 1,41 bilhão em dezembro de 2017.

Os instrumentos de dívida subordinada do Banco de Brasília S.A. atendem aos requisitos do BACEN e já tiveram sua aprovação homologada como dívida subordinada, passando a integrar o Nível II do Patrimônio de Referência – PR.

Já o Montante dos ativos Ponderados pelo Risco - RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), em dezembro de 2017, foi de aproximadamente R\$ 8,98 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia atingiu 15,69%.

	31.12.2017	31.12.2016
Risco de Crédito – Parcela RWA _{CPAD}	7.886.946	8.609.477
Risco de Mercado	177.940	133.755
- Risco de Taxa de Juros - Parcela RWA _{JUR}	95.170	64.832

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017	31.12.2016
- Risco de Moeda - Parcela RWA _{CAM}	44.432	33.319
- Risco de Commodities - Parcela RWA _{COM}	601	781
- Risco de Ações - Parcela RWA _{ACS}	37.737	34.823
Risco Operacional – Parcela RWA _{OPAD}	916.964	855.810
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	8.981.850	9.599.041
Patrimônio de Referência (PR)	1.409.019	1.465.275
Excesso de Patrimônio em relação ao limite	-	-
Índice de Basileia*	15,69%	15,26%

*calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

Nota 35 Partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas do conglomerado, pessoas-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

a) Transações com o controlador e outros saldos não eliminados

O Conglomerado BRB realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários (CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo		
Operações de Crédito		
Administração Indireta(**)	-	282
Passivo		
Depósitos à vista		
Administração Direta(*)	48.226	71.257
Administração Indireta(**)	131.053	152.338
Vinculadas ao funcionalismo(***)	1.417	6.950
Pessoal-chave da administração(****)	84	23
Depósitos a prazo		
Administração Direta(*)	516.819	244.188
Administração Indireta(**)	256.425	320.212
Vinculadas ao funcionalismo(***)	66.035	66.818
Pessoal-chave da administração	7.838	1.570
Outras Obrigações		
Administração Direta(*)	3.529	2.745
Administração Indireta(**)	-	8

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

- (*) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;
 (**) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;
 (***) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;
 (****) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius – Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB – Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB – é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar nº 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar nº 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. – é uma empresa que oferece soluções em tecnologia de meios de pagamento, da qual a BRBCard, empresa do conglomerado BRB, participa com 10% das ações.

b) Saldos de partes relacionadas eliminados na consolidação

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os saldos de contas referentes às transações entre empresas do conglomerado BRB são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas (nota 3II).

	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Ativos				
Disponibilidade	3.249	-	4.599	-
Ativos para negociação	280.554	-	338.219	-
Ativos mantidos até o vencimento	91.377		92.057	

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Empréstimos e adiantamentos				
Empréstimos a instituições financeiras	995.407	43.210	1.180.957	146.584
Investimentos	483.462	46.416	431.655	45.036
Intangível(*)	21.040	14.264	35.305	14.264
Outros ativos	43.362	-	56.243	-
Passivos				
Passivos Financeiros ao custo amortizado				
Depósitos				
Depósitos à vista	3.249	-	4.599	-
Depósitos Interfinanceiros	995.407	43.210	1.180.957	146.092
Depósitos a prazo	362.619	14.878	380.731	44.002
Outros passivos financeiros				
Outras obrigações	20.766	-	40.027	491
Resultado				
Receitas				
Receitas de juros	14.723	-	30.940	-
Receitas com tarifas e comissões	25.759	-	22.127	-
Outras receitas	14.087	-	9.349	-
Despesas				
Despesas de juros	(706)	-	(7)	-
Outras despesa	(46.731)	-	(55.239)	-

(*) Refere-se ao contrato de direito de exclusividade de uso do balcão celebrado entre a BRBCard e o BRB pelo prazo 10 anos, prazo pelo qual é amortizado. Em 2013 foi elaborado um laudo de avaliação patrimonial, por empresa especializada, certificando a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros suficiente para recuperar a valor contábil desse ativo.

I - Remuneração do pessoal-chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

	31.12.2017	31.12.2016
Remuneração fixa	5.564	5.280
Remuneração variável	1.385	795
Total	6.949	6.074

Política de remuneração do pessoal-chave da Administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2017 a abril de 2018 foi fixado em R\$ 7.271, mais encargos de R\$ 2.006.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta do Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

Remuneração variável

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 3 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 2.244 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Por força da legislação em vigor, o Conglomerado BRB não concede operações de empréstimos ou adiantamentos com a alta administração para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem do seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Fiscal e da Diretoria Executiva não possuem participação acionária nas respectivas empresas do Conglomerado BRB.

Nota 36 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (BRB e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 31 de dezembro de 2017, conforme Relatório Técnico de 16 de janeiro de 2018, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores

	31.12.2017		31.12.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(2.418.343)	(11.690)	(2.170.533)	(10.045)
Valor justo dos ativos do plano	2.067.393	37.830	1.883.800	24.440
Resultado do plano	(350.950)	26.140	(286.733)	14.395

	31.12.2017		31.12.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBC	(1.434.211)	(2.684)	(1.160.006)	(3.983)
RMBAC	(1.051.395)	(9.006)	(1.063.198)	(6.045)
Contribuição extraordinária de ativos e assistidos	67.263	-	52.671	-
Total	(2.418.343)	(11.690)	(2.170.533)	(10.045)

A Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder representa o valor presente do benefício atribuído em anos anteriores de serviço prestado pelo empregado. Apresentou-se maior em relação ao período anterior, influenciado pela Taxa real de juros e o nível de salários.

A alteração na premissa de taxa de juros real, que foi modificada de 5,91% a.a. para 5,26% a.a., tendo sido obtida a partir dos rendimentos da NTN-B com vencimento em 2030, conforme pesquisa realizada em 31.12.2017. Em relação à reavaliação de 31.12.2017, o valor justo dos ativos do plano cresceu de R\$ 1.883.800 para R\$ 2.067.393, representando uma elevação de 9,75%, enquanto a obrigação atuarial registrou um aumento de 11,42%.

a.2 - Premissas biométricas

Plano PB-01

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000, segregada por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 *Disabled*, por sexo;
- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

Plano PB-03

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo;
-
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
-
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85, por sexo;
-

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

a.3 - Principais premissas econômicas

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa real de juros - Plano PB-01	5,26%a.a	5,91%a.a
Taxa real de juros - Plano PB-03	5,33%a.a	5,91%a.a
Taxa estimada de inflação	3,83%a.a	5,13%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano PB-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) – Plano PB-03	2,60%a.a	2,60%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano BD-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano PB-03	2,92%a.a	2,92%a.a
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0,00%a.a	0,00%a.a
Capacidade de benefícios:		
PB-01	100%	100%
PB-03	100%	100%
Capacidade salarial	100%	100%

Índices dos Planos:	31.12.2017	31.12.2016
PB-01	IPCA	IPCA
PB-03	IPCA	IPCA

a.4 - Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes por Plano - Ativos								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV – 03		Plano CD – 05	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	688	779	509	558	2.095	2.093	34	-
Regius	5	5	5	5	23	23	-	-
BRBCard	-	-	-	-	102	109	23	-
BRB Seguros	-	-	-	-	64	64	49	-
BRB Saúde	-	-	-	-	-	-	66	-
Total	693	784	514	563	2.284	2.289	172	-

Assistidos por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV – 03		Plano CD – 05	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	1.018	940	70	50	15	14	-	-
Regius	-	-	-	-	3	3	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	1.018	940	70	50	19	17	-	-

Pensionistas por Plano								
Participantes	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV – 03		Plano CD – 05	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	128	120	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	128	121	-	-	-	-	-	-

a.5 – Alocação por categoria de ativo

Plano BD-01	31.12.2017		31.12.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	1.671.713	86	1.570.615	86
Títulos de renda variável	81.762	4	68.582	4

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Plano BD-01	31.12.2017		31.12.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Investimentos estruturados	12.858	1	14.913	1
Imóveis	126.184	7	119.273	7
Empréstimos a participantes	41.630	2	39.450	2
Disponibilidades	34	-	31	-
Depósitos judiciais	461	-	123	-
Contas a receber/a pagar	-	-	(14)	-
Contingências	(653)	-	(299)	-
Total	1.933.988	100	1.812.674	100

O plano BD-01 possui um total de R\$ 183.122 (R\$ 164.950 em 31.12.2016) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	31.12.2017		31.12.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	58.753	100	48.990	100
Disponibilidades	22	-	20	-
Total	58.774	100	49.010	100

Plano CV-03	31.12.2017		31.12.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	223.345	89	176.304	89
Títulos de renda variável	9.509	4	8.016	4
Investimentos estruturados	1.933	1	1.922	1
Empréstimos a participantes	15.265	6	12.629	6
Disponibilidades	66	-	-	-
Outros	-	-	56	-
Total	250.117	100	198.927	100

O plano CV-03 possui um total de R\$ 13.200 (R\$ 11.893 em 31.12.2016) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD - 05	31.12.2017		31.12.2016	
Categorias	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	834	98	-	-
Disponibilidades	13	2	-	-
Total	847	100	-	-

a.6 - Conciliação da obrigação atuarial

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2015	1.679.619	5.896
Custos dos juros	237.411	834
Custo do serviço corrente	38.925	483
Benefícios pagos pelo fundo	(89.078)	(1.128)
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	303.656	3.960
Valor presente da obrigação em 31.12.2016	2.170.533	10.045
	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2016	2.170.533	10.045
Custos dos juros	246.207	1.139
Custo do serviço corrente	23.988	713
Benefícios pagos pelo fundo	(103.703)	1.287
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	81.318	(1.494)
Valor presente da obrigação em 31.12.2017	2.418.343	11.690

a.7 - Conciliação de ativos do plano

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2015	1.510.751	5.896
Rendimento esperado dos ativos do plano	213.543	834
Contribuições recebidas pelo fundo	39.474	838
Benefícios pagos pelo fundo	(89.078)	(1.128)
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	209.110	18.000
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.800	24.440

	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.800	24.440
Rendimento esperado dos ativos do plano	213.683	24.440
Contribuições recebidas pelo fundo participante	14.086	2.772
Contribuições recebidas pelo fundo patrocinador	34.006	-
Benefícios pagos pelo fundo	(103.703)	810
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	25.521	1.287
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.393	8.521

a.8 - Ganhos e perdas atuarias

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2015	-	-
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidos em 31.12.2015	-	-
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(303.656)	(3.960)
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	209.110	18.000
Ganhos/perdas atuariais do exercício	(94.546)	14.040
Ajustes nos ganhos/perdas acumulados	-	-
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	94.546	(14.040)
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2016	-	-

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2016	-	-
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(81.318)	1.494
Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	25.521	8.521
Ganhos/perdas atuariais do exercício	(55.797)	10.015
Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado	55.797	(10.015)
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2017	-	-

a.9 - Cálculo da obrigação atuarial descoberta

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2016	(2.170.533)	(10.045)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.800	24.440
Valor presente da obrigação descoberta	(286.733)	-

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2017	(2.418.343)	(11.690)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.393	37.830
Valor presente da obrigação descoberta	(350.950)	26.140

a.10 - Cálculo da despesa do exercício

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	26.498	483
Custo dos juros	237.411	834
Rendimento esperado dos ativos do plano	(213.543)	(834)

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

	PB-01	PB-03
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2016	50.366	483
	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	9.901	713
Custo dos juros	246.208	1.139
Rendimento esperado dos ativos do plano	(213.683)	(2.772)
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2017	42.426	(920)

a.11 - Movimentação do passivo líquido

	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido reconhecido em 31.12.2015	168.868	-
Despesas do ano	50.366	483
Pagamento de contribuições	(27.047)	(838)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	94.546	(14.040)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2016	286.733	(14.395)
	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido reconhecido em 31.12.2016	286.733	(14.395)
Despesas do ano	42.426	(920)
Pagamento de contribuições	(34.006)	(810)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	55.797	(10.015)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2017	350.950	(26.140)

a.12 - Cálculo da despesa estimada para 2018

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	16.199	1.009
Custo do serviço corrente – bruto	22.119	1.009
Contribuições dos participantes	(5.920)	-
Custo dos juros	224.845	1.098
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.215)	(3.553)
Despesa estimada	48.829	(1.445)

a.13 - Análise de sensibilidade

Os próximos quadros apresentam análises de sensibilidade em relação à taxa de desconto de longo prazo e à tábua de mortalidade geral, em função de essas serem as principais variáveis de determinação das obrigações atuariais dos planos de benefícios. Foram elaborados dois cenários adicionais: a) para a taxa de desconto: variação de +1 p.p. e -1 p.p. em relação à taxa de desconto utilizada como premissa nesta avaliação; e b) para a tábua de mortalidade geral: suavização de 5% e agravamento de 5% nas taxas de mortalidade.

a.14 - Obrigação atuarial com a variação na taxa de desconto de longo prazo

Taxa de desconto	Plano PB-01
4,26%	2.721.118
6,26%	2.168.752
Taxa de desconto	Plano PB-03
4,35%	13.841
6,35%	10.033

a.15 - Obrigação atuarial com a variação nas taxas de mortalidade geral

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

Taxa de mortalidade	Plano PB-01
20,48%	2 .436.161
19,63%	2 .401.183

Conforme estabelecido no Pronunciamento CPC 33 (R1), o resultado positivo (ativo líquido atuarial) somente deve ser reconhecido pela empresa se houver fortes evidências de que o mesmo será transformado em benefício financeiro, situação não aplicável ao Banco.

Quanto ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefício definido BD-01, a administração firmou entendimento de que a quantificação dos montantes encontra-se adequada e fundamentada em laudo atuarial preparado por atuário independente e mensurado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – revisão 1 – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nesse contexto, cabe mencionar as ponderações que se seguem:

A obrigação de benefícios de pós-emprego que o BRB está vinculado são regidos por acordos formais concretizados entre a patrocinadora (BRB) e a administradora do plano de benefícios (Regius), os quais são constituídos pelo estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e convênio de adesão, além da legislação que rege tais acordos formais, que é emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, respectivamente os órgãos regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar brasileiro no tocante às entidades fechadas de previdência complementar, conforme disciplina a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Os benefícios pós-emprego, cuja obrigação o CPC-33 R1 determina que a empresa contabilize e divulgue, no caso daqueles relativos aos planos de previdência, devem obedecer os acordos formais entre a empresa e a administradora do plano de benefícios, os quais se compõem de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, conforme estabelece a legislação de previdência complementar brasileira, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade;

Conforme disciplina o CPC-33 R1, a contabilização de planos de benefício definido envolve calcular a obrigação atuarial com o benefício pós-emprego, a valor presente, utilizando o método denominado Crédito Unitário Projetado, e deduzir o valor justo dos ativos do plano, resultando em um déficit ou superávit, o qual, se for o caso de superávit, deverá ser ajustado pelo efeito da limitação do teto de ativo.

O plano foi criado em 1985 e, à época, já eram previstas contribuições sobre benefícios. Para que houvesse viabilidade financeira no plano de benefícios, foi necessária a instituição de contribuições sobre os benefícios em percentuais iguais a 10% para a patrocinadora (BRB) e 10% para os assistidos. Inicialmente, já havia a previsão de que não seriam constituídas provisões matemáticas de 100% dos montantes necessários aos pagamentos dos benefícios, sendo previstas contribuições para reduzir a despesa com os benefícios, as quais até hoje compõem o plano de custeio referente ao plano de benefícios.

Desde o início, o plano foi modelado para capitalizar reservas de 80% dos recursos necessários ao financiamento dos benefícios, sendo a parcela restante financiada em regime de caixa, através das contribuições da empresa e do assistido, que são exigível mensalmente enquanto o assistido sobreviver. As contribuições sobre benefícios estão previstas em plano de custeio avaliado anualmente de forma atuarial. Não há contrato de dívida relativo às contribuições que o BRB aporta ao plano incidentes sobre os benefícios.

Posteriormente, após aprovação pela direção do BRB, o plano de custeio foi inserido no regulamento inicial do plano de benefícios, no capítulo V, que trata das contribuições, integrando o art. 42 (aposentados) e art. 45 (patrocinadora), sendo que os percentuais iniciais foram ajustados ao longo do tempo de forma a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios e, atualmente, perfazem, de forma geral, 15% para a patrocinadora e 15% para o aposentado, ambos incidentes sobre o valor do benefício pago pela Regius.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

A criação de contribuição para o alcance e manutenção do equilíbrio atuarial de planos de benefícios previdenciais de EFPC é permitida pela legislação desde a época em que o plano de benefícios foi constituído, admitindo-se, no cálculo do resultado atuarial do plano que essas contribuições, tanto da patrocinadora quanto dos assistidos, incidentes sobre benefícios sejam utilizadas como redutoras da obrigação atuarial, de forma que o resultado do plano de benefícios – deficitário ou superavitário – já se encontra subtraído, inclusive, das contribuições futuras da patrocinadora incidentes sobre os benefícios dos aposentados.

O procedimento adotado pela Administração se fundamenta no entendimento de que a obrigação atuarial para com os aposentados deve ser líquida das contribuições incidentes sobre ela, conforme permite a legislação das EFPC, e que o método atuarial estabelecido no CPC 33-R1 não modifica essa obrigação, uma vez que o método é utilizado para o cálculo da reserva matemática constituída pelo participante ativo em função dos anos de serviço que prestou à empresa e, no caso do aposentado, o método atuarial já não é aplicável, pois a reserva matemática necessária ao financiamento do benefício já está constituída.

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre BRB - Banco de Brasília e Saúde BRB - Caixa de Assistência está sujeito especialmente à Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e suas alterações, Estatuto da Saúde BRB e ao regulamento do plano A.

O objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os beneficiários abrangem empregados ativos, diretores, conselheiros, dependentes, ocupantes de cargo em comissão, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal), receptores de Benefício Diferido pago pela Regius (sem contribuição patronal) e contribuintes avulsos.

O plano de custeio está determinado no regulamento do plano A. Os recursos são originários essencialmente:

- Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A com contribuição mensal no percentual de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Das associadas BRB Clube de Seguros e Assistência; BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A; Cartão BRB S/A; Regius e Saúde BRB com contribuição mensal no percentual de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- De todas as associadas com contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

Nota 37 Outras informações

a) Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 3.445 (R\$ 4.631 em 31.12.2016), os quais estão relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional caucionados referentes ao processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL, conforme mencionado na nota 6 b.3.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
 (Em milhares de reais)

b) Seguros (informação não auditada)

Seguros - O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas, tendo como objeto a prestação dos serviços de seguro ramo incêndio para a cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário de propriedade ou sob a responsabilidade do BRB.

c) Conciliação da diferença entre IFRS e BRGAAP

Conciliação	2017	2016
a) Patrimônio líquido em BR GAAP	1.270.882	1.174.156
b) Ajustes IFRS Acumulados (c+d)	57.644	94.683
c) Em PL	117.119	154.631
Prov. Para perdas com operações de crédito	168.230	281.334
Tarifas INSS	-	(3.316)
Equalização Finame	(329)	(1.604)
Leasing não contabilizados em BR GAAP	7.979	2.603
Passivo atuarial - credito tributário	21.749	
Efeitos tributários sobre diferença de GAAP	(75.569)	(124.386)
Participação do não controlador	(4.941)	
d) Em resultado no período	(59.475)	(59.948)
Prov. Para perdas com operações de crédito	(88.648)	(113.103)
Variação do não controlador	4.814	(4.941)
Ajuste de TVM	(8.942)	3.316
Ativos leasing não contabilizados em BR GAAP	(7.979)	5.375
Efeitos tributários sobre diferença de GAAP	41.280	49.405
e) Patrimônio líquido devido após ajustes de IFRS (a+b)	1.328.526	1.268.839

Os ajustes referentes a empréstimos e recebíveis referem-se às perdas com operações de crédito calculadas de acordo com a política contábil, conforme nota 5.VI.a. e os demais ativos que referem-se ao ajuste de recebimento de parte de equalização Finame e a aplicação da política contábil para rubrica "Outros créditos" nota 5.VI.a ajustados em contrapartida de Patrimônio Líquido.

d) Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração do BRB - Banco de Brasília S.A., aprovou, entre outras, a seguinte deliberação, consoante artigo 28 inciso XVIII do Estatuto Social, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio/dividendos aos Acionistas do BRB, no valor de R\$ 98.774, referente ao exercício de 2017, o que representa R\$ 2,65 por ação ordinária e R\$ 2,92 por ação preferencial, os quais serão pagos em até 60 dias após a publicação.

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Vasco Cunha Gonçalves

DIRETORIA

Vasco Cunha Gonçalves (Diretor-Presidente)
Carlos Artur Hauschild
Cristiane Maria Lima Bukowitz
Dario Oswaldo Garcia Júnior
Gustavo Costa Oliveira
Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Marco Aurélio Monteiro de Castro
Nilban de Melo Júnior

CONSELHO FISCAL

Wilson José de Paula (Presidente)
Antônio Valdir de Oliveira Filho
Antonio Eigi Nishiyama
Dalmo Jorge Lima Palmeira
Pedro Meneguetti

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Antônio Fleury Teixeira (Presidente)
Arthur Pereira de Castilho Neto
José Renato Casagrande
Oswaldo Serrano de Oliveira
Romes Gonçalves Ribeiro
Vasco Cunha Gonçalves

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson de Araújo Lôbo (Presidente)
Elias José Pereira de Sousa Filho
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador CRC/DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

BRB – Banco de Brasília S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade
Em 31.12.2017
(Em milhares de reais)

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
BRB - Banco de Brasília S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do BRB - Banco de Brasília S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do BRB - Banco de Brasília S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a nota 16(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante de R\$ 150.187 mil. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 94.637 mil e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 63.630 mil. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já habilitados e homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 55.550 mil, em 31 de dezembro de 2017, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas, necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da equipe de tecnologia nos testes dos

controles gerais de tecnologia, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acessos a usuários aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo os controles automatizados desses sistemas.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas aos processos de gestão de acessos e mudanças nas aplicações e sistemas. As deficiências do desenho e da operação dos controles gerais de tecnologia da informação e dos controles aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos de avaliação de controles e procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os procedimentos de avaliação dos controles que suportam os processos significativos de negócios do Banco e os respectivos registros contábeis das operações.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme divulgado na nota explicativa 12 (II), em 31 de dezembro de 2017, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$9.057.165 mil, para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$343.864 mil, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidas despesas com créditos de liquidação duvidosa, líquidas das reversões efetuadas no exercício, no montante de R\$ 340.882 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação as provisões por impairment calculadas que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; entre outros.

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração para provisionamento, bem como a realização de testes dos controles internos relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas pelas políticas internas do Banco; (iii) atribuição de níveis de provisão por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) a análise da suficiência de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na atribuição dos níveis de provisão por operação e indicadores de dias em atraso, envio de cartas de confirmação de saldo diretamente aos tomadores de crédito selecionados, além de confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis, assim como avaliamos a apresentação e divulgações efetuadas na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Realização dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2017, o BRB possui R\$ 527.136 mil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias, contribuição social a compensar e base negativa de contribuição social. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, e também pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas altamente subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o envolvimento de especialistas para, (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a constituição e realização dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotadas pela Administração na apuração e no reconhecimento desses créditos tributários, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Avaliação da obrigação dos planos de previdência complementar de benefício definido

O Banco é patrocinador de planos de previdência complementar na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Para fins de avaliação atuarial, são consideradas pela

Administração do Banco premissas e estimativas complexas e altamente subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Conforme descrito na nota explicativa 36, em 31 de dezembro de 2017, o saldo do passivo atuarial referente aos planos de previdência complementar do BRB totalizava R\$ 350.950 mil.

Nossa abordagem incluiu o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios, metodologias e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 36 às demonstrações contábeis consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

O BRB – Banco de Brasília S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 05 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, e incluem a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BRB – Banco de Brasília S.A., consoante Artigo 65 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o Artigo 163, Incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa que o acompanham, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, incluindo a proposta de Destinação do Resultado relativo ao exercício de 2017.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, do Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e do Relatório da Auditoria Independente, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e que os documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

O Conselho Fiscal esclarece que, até 31 de dezembro de 2017, com base nos documentos apresentados pelo Banco, não é de seu conhecimento a existência de pendências financeiras em nome dos atuais administradores, para com a Instituição.

Brasília, 05 de março de 2018.

WILSON JOSÉ DE PAULA
Presidente

ANTONIO EIGI NISHIYAMA
Conselheiro

ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO
Conselheiro

DALMO JORGE LIMA PALMEIRA
Conselheiro

PEDRO MENEGUETTI
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º Semestre de 2017

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento que se reporta diretamente ao Conselho de Administração do BRB–Banco de Brasília S.A. tendo supervisão sobre todo o Conglomerado Econômico Financeiro BRB, tendo como atribuições principais revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis do Conglomerado, zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente. As análises e avaliações do Comitê basearam-se nas informações recebidas da Administração, das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores independentes, dos auditores internos, e dos responsáveis pela contabilidade, gerenciamento de riscos e de controles internos.

Os Gestores do Banco são responsáveis por estabelecer todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que comporão as demonstrações contábeis, inclusive a geração e emissão de relatórios. Cabe, ainda, aos gestores, a garantia da efetividade do sistema de controles internos, gestão de riscos, políticas e procedimentos internos, assim como pela conformidade das operações do Banco de acordo com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração que aprova e acompanha a execução do seu Plano Anual de Atividades. A Auditoria Interna atua com independência, permitindo verificação sistemática da qualidade dos processos internos quanto à conformidade, controles e gestão de riscos.

A Ernst Young – EY é a empresa de auditoria independente responsável por verificar a efetividade dos controles internos relacionados ao processo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, bem como a sua adequação para demonstrar a posição financeira e patrimonial do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais Atividades do COAUD

Para cumprir o seu programa de trabalho, o Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, analisou relatórios e outras informações recebidas da auditoria independente e da auditoria interna, controles internos, segurança corporativa, gestão de riscos e controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, jurídico, ouvidoria e outras áreas do BRB, além de gestores das empresas que compõem o Conglomerado que geram, fornecem ou organizam informações que integram as demonstrações contábeis do Banco.

As reuniões com gestores estratégicos realizadas pelo COAUD, contemplaram pauta de assuntos prioritários como planejamento estratégico, execução orçamentária, gestão de riscos, controles internos, atendimento a demandas de órgãos reguladores e supervisores, provisões para perdas, tecnologia da informação, situação atuarial e outros temas importantes para o processo de avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, conforme previsto no Artigo 17 – Inciso V da Resolução CMN 3.198/2004. O Comitê manteve permanente interação com a Auditoria Interna, analisou e opinou sobre a elaboração e a execução do seu Plano Anual de Atividades durante o ano de 2017, além de acompanhar o nível de cumprimento das recomendações emitidas às áreas estratégicas do Banco e outras atividades especiais.

Da mesma forma, acompanhou os trabalhos da Auditoria Independente que mostrou-se efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a sua objetividade e independência. Nesse contexto, o COAUD, ao analisar as demonstrações contábeis do Banco e suas notas explicativas, discutiu com o auditor independente o seu relatório consolidado, datado de 05/03/2018, emitido sem ressalvas. Contudo, em relatórios individualizados de subsidiárias e controladas, houve ausência de opinião quanto às demonstrações contábeis da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (nota nº 05 às demonstrações contábeis) e anotações de ressalvas nos relatórios da Cartão BRB e Corretora BRB (nota nº 05 às demonstrações contábeis). O COAUD acompanhará esses assuntos até a efetiva solução.

No endereço “<http://ri.brb.com.br>” o Comitê de Auditoria disponibiliza canal para recepção de informações acerca de eventual descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as limitações inerentes ao alcance de sua atuação e responsabilidades, concluiu que as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2017, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 05 de março de 2018.

EDSON ARAÚJO LÔBO
Presidente

ELIAS JOSÉ PEREIRA DE SOUSA FILHO
Membro

SÉRGIO RICARDO MIRANDA NAZARÉ
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Revisamos as Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 do BRB - Banco de Brasília S.A e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Brasília, 26 de abril de 2018.

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que:

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório elaborado pela EY – Ernst & Young Auditores Independentes.

Brasília, 26 de abril de 2018.

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34